

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARCELO DA LUZ BATALHA

**NOVAS FRONTEIRAS PARA A COMUNICAÇÃO ATIVISTA EM REDE:
UM OLHAR SOBRE O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do Título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer

CAMPINAS
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

B311n **Batalha, Marcelo da Luz**
Novas fronteiras para a comunicação ativista em rede: um olhar sobre o centro de mídia independente / Marcelo da Luz Batalha. -- Campinas, SP: [s. n.], 2010.

Orientador: Thomas Patrick Dwyer.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais. 2. Cibercultura. 3. Espionagem. 4. Hacker. 5. Política e cultura. 6. Mídia digital. I. Dwyer, Thomas Patrick. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: New frontiers for activist communication network: a look on the independent media center

Palavras chaves em inglês (keywords): Social movements
Cyberculture
Social networks
Espionage
Hacker
Politics and culture
Digital media

Área de Concentração: Movimentos Sociais, Cultura e Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora: Thomas Patrick Dwyer, Luciana Ferreira Tatagiba, Henrique Zoqui Martins Parra

Data da defesa: 13-12-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Marcelo da Luz Batalha

**NOVAS FRONTEIRAS PARA A COMUNICAÇÃO ATIVISTA EM REDE: UM OLHAR
SOBRE O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção
do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr.
Thomas Patrick Dwyer.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 13/12/2010 .

BANCA EXAMINADORA

Dr. Thomas Patrick Dwyer - IFCH/Unicamp (Orientador)

Dra. Luciana Ferreira Tatagiba - IFCH/Unicamp

Dr. Henrique Zoqui Martins Parra - Unifesp - Guarulhos

Dr. Jorge Alberto Silva Machado - USP - Leste (Suplente)

Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa – IFCH/Unicamp (Suplente)

Campinas, 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela formação e apoio às minhas escolhas. À Marli, mãe e amiga, que me ensinou e deu o exemplo de vida para enfrentar todas as dificuldades, sem encurtar os caminhos e evitar os problemas da vida. Ao Mário, pai e amigo, que na sua vida de longas andanças nas estradas desse Brasil, me apoiou e não me deixa faltar a vontade de trabalhar para que futuramente possamos passar mais tempo juntos. *In memoriam* de Mário Lopes Batalha (avô) e Daniele Batalha (prima). Aos demais familiares meus sinceros agradecimentos por acreditarem na realização desse trabalho.

À família Sombini que me acolheu em Campinas e Indaiatuba: Fernando, Abigail, Lígia e Daniel. Serei sempre grato por me aceitarem. Ao Eduardo Sombini, um agradecimento especial, pelas descobertas e companheirismo de quase todos os dias nesses anos. Agradeço e desejo uma longa vida de realizações e muitas felicidades.

Aos amigos que estiveram longe durante esse período por motivos que nos levam a pensar a verdadeira amizade e confiança nas relações humanas. Espero que um dia nos encontremos e possamos compartilhar as nossas experiências.

Aos professores e funcionários do IFCH que me acolheram como se fosse *da casa*. Aos colegas da pós-graduação que passaram e aos que se tornaram amigos e com quem pude contar nos momentos de maior aflição, mas também nos momentos de alegria e coletividade. Agradeço especialmente ao Tom Dwyer, que sem me conhecer anteriormente, acreditou em mim, me aceitou como seu orientando e encarou todos os obstáculos dessa *longa jornada*.

À FAPESP que garantiu, com a bolsa de pesquisa, que eu pudesse realizar todas as *minhas viagens* nessa pesquisa. Espero ter contribuído com o conhecimento e aproveitado com sabedoria os recursos disponibilizados.

Agradecimento especial a todos os envolvidos nessa pesquisa, a todos os voluntários do Centro de Mídia Independente, e a todas as famílias e amigos que fiz durante as minhas pesquisas de campo no Real Conquista.

Toda crise que prepara ou acompanha a mutação profunda de uma sociedade nos obriga a enfrentar de novo o problema fundamental de toda a vida coletiva: o problema do poder". Michel Crozier.

RESUMO

Esta pesquisa resulta de uma investigação sobre os repertórios de ação política do Centro de Mídia Independente, uma rede de ativista organizada e distribuída através da rede mundial de computadores. A proposta de investigação dirige-se à relação entre os movimentos sociais e a mídia, no que conforma uma nova estrutura de comunicação e recurso material com o advento da Internet e a sua apropriação pelos movimentos sociais e grupos ativistas. Através do Centro de Mídia Independente se teoriza sobre a cultura hacker, seus fundamentos e orientações morais e éticas de acesso, abertura e compartilhamento coletivo do conhecimento e informação, fundamentados pelo movimento do software livre. Esses princípios éticos e a prática ativista para fins políticos colocam desafios às instituições estabelecidas como os Estados e a mídia de massa. Sobremaneira, essas instituições estão a reorientar a geopolítica do ciberespaço, se justificando principalmente pelos acontecimentos do 11 de setembro, em que se declarou um estado de suspeita e vigilância total sob a ameaça iminente de uma ciberguerra declarada por grupos étnicos e políticos aos Estados. No entanto, as fronteiras do ciberespaço estão mais do que abertas, estão em constante expansão, como atesta os repertórios de segurança e privacidade dos grupos ativistas frente à tentativa de controle das suas atividades online.

Palavras-chaves: movimentos sociais, política e cultura, mídia eletrônica, cibercultura, vigilância.

ABSTRACT

This research stems from an investigation into the repertoires of political action of the Independent Media Center, a network of activist organizations and distributed through a worldwide network of computers. The proposed research addresses the relationship between social movements and the media, which conforms to a new structure of communication and resource material with the advent of the Internet and its appropriation by social movements and activist groups. Through the Independent Media Center is theorizes about the hacker culture, its foundations and moral and ethical guidelines for access, openness and sharing of collective knowledge and information, substantiated by the free software movement. These ethical principles and practice for political activist pose challenges to established institutions like the States and mass media. Overwhelmingly, these institutions are to reorient the geopolitics of cyberspace, is justified mainly by the events of September 11, which declared a state of total surveillance and suspicion under the imminent threat of cyberwar declared by ethnic and political groups to states. However, the boundaries of cyberspace are more than open, they are constantly expanding, as evidenced by the repertoires of security and privacy advocacy groups before the attempt to control their online activities.

Key Words: social movements; politics and culture; electronic media, cyberculture, surveillance

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	7
NAVEGAR PELAS TEIAS DE SIGNIFICADOS	7
1.1. Os imponderáveis da pesquisa de campo e as reviravoltas metodológicas	7
1.2. Por uma etnografia do virtual	21
1.3. Notas sobre a análise de redes sociais	24
1.3.1. Questões éticas da aplicação da ARS	30
CAPÍTULO 2	33
INDYMEDIA: OPORTUNIDADE POLÍTICA NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES	33
2.1. Indymedia	34
2.2. Mídia e Movimentos Sociais	36
2.3. Mídia e Oportunidade política	44
2.4. Internet: nova oportunidade política	48
2.4.1. Internet e a arquitetura distribuída de comunicação	50
2.4.2. Emergência dos movimentos sociais em rede e a Internet	54
2.4.3. Ferramentas básicas de organização e comunicação em rede	58
2.4.2.1. Correio eletrônico (<i>E-mail</i>)	59
2.4.2.2. <i>Internet Relay Chat (IRC)</i>	62
2.4.2.3. Site de publicação	63
CAPÍTULO 3	73

TÉCNICA E POLÍTICA NA REDE INDYMEDIA	73
3.1. HACKER: desconstruindo e definindo o conceito	74
3.1.2. O modelo de aprendizagem dos hackers	77
3.1.3. A política do commons	81
3.2. Prática Hacker e ação política	84
3.2.1. Política de inversão: o movimento do software livre	86
3.2.2. Política da transgressão e desobediência civil	92
CAPÍTULO 4	95
OS LIMITES DA LIBERDADE: CONTROLE, PRIVACIDADE E REPERTÓRIO DE SEGURANÇA DA REDE DA REDE INDYMEDIA	95
4.1. Declaração de Independência do Ciberespaço	95
4.2. Guerra da Informação e Guerra em Rede	101
4.3. Terrorismo e vigilância: o contexto de controle das redes de informação	107
4.4. Guerra contra a rede Indymedia	114
4.4.1. <i>CMI Brasil: questões legais e de controle da Internet</i>	123
4.4.2. <i>Riseup: direito ao anonimato e à privacidade</i>	129
5. CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

INTRODUÇÃO

A Internet oferece facilidades poderosas para grupos e organizações atuarem fora das instituições e estruturas convencionais através das subversões econômicas e logísticas da oferta e acesso de informação e comunicação. As organizações civis e movimentos sociais se adiantaram em perceber as potencialidades da Internet, e estão transformando constantemente as suas ferramentas originais com sucesso para o êxito das suas propostas e atividades sociais. Essa constatação não se torna uma surpresa, dado o *ethos* libertário da Internet e a sua arquitetura descentralizada.

O uso político dos meios de comunicação, desde antes da Internet, sempre possibilitaram manifestações políticas mais criativas e flexíveis que as formas de se fazer política institucionalizada nos Estados. Porém, a potencialidade *anárquica* e libertária *da Internet* se manifesta na liberdade de criar e difundir informações independentes, utilizando-se apenas de um computador e uma conexão à rede mundial de computadores, construindo e compartilhando conhecimento sem qualquer controle ou *filtros* que privilegiam este ou aquele grupo, e qual o tipo de discurso que será dito.

O objeto dessa pesquisa é o Centro de Mídia Independente (CMI), um dentre muitos movimentos que surgiram nas grandes ondas de protesto em fins do século XX contra o sistema global neoliberal. No entanto, tornou-se uma referência quando o tema é “política e internet”, pois no ano de 1999 a Internet ainda ganhava popularidade, e nem completava seu decênio de idade, enquanto serviço acessível ao grande público. De lá para cá muitas transformações aconteceram: a notória expansão do movimento de software livre e o seu impacto sobre políticas públicas de inclusão digital e dos direitos de propriedade intelectual, as legislações de controle e vigilância sobre a rede mundial de computadores após os ataques terroristas de 11 de setembro, em sintonia com a criminalização de práticas que envolvem a ética hacker de liberdade e autonomia na

construção do ciberespaço, onde os Estados estão sendo desafiados por políticas transgressoras e de desobediência civil contra a manifestação do seu poder institucional.

Sobre o pressuposto elementar da cultura de liberdade que sustenta a construção da Internet, os ativistas do CMI enquadram-se na ética e prática da cultura *hacker*, de produção e disposição livre dos seus conhecimentos, tanto no trabalho de criação dos sítios e ferramentas que permitem o trabalho colaborativo e de publicação aberta dos ativistas políticos que utilizam o CMI, quanto do trabalho ativista de cobertura dos eventos políticos e a disposição das informações sobre o domínio do *copyleft*.

O conceito de cultura hacker que me refiro, e defendo nessa dissertação, é contrária ao senso comum que vincula o *hacker* à prática criminosa da quebra de segurança dos sistemas informáticos, invasão e disseminação de *códigos maliciosos*¹. A cultura *hacker* se apresenta na sua forma da criação, curiosidade, colaboração e afinidade aos princípios de liberdade do conhecimento, da manutenção da abertura e do livre conhecimento impulsionado pelo conhecimento coletivo, possibilitado pela revolução das novas tecnologias da comunicação e informação materializada na Web. É importante fundamentar e destacar a diferenciação conceitual entre o conceito *hacker*, da prática e uso malicioso e criminoso dos sistemas de informação, enquadrado no conceito do *cracker*.

O movimento do software livre é a referência maior dessa cultura que emerge do estudo e uso dos computadores desde os anos 60. Nos anos 80, Richard Stallman, fundou a Free Software

¹ A vinculação do conceito de hacker à prática criminosa se tornou senso comum, e o seu uso está disseminado pelos mais diversos meios de comunicação de massa. Assim como a associação do senso comum do conceito hacker a prática criminosa, as proposições legais que visam o controle da rede mundial de computadores também fazem essa associação, tanto pela sustentação teórica de autores que defendem uma regulação vis-à-vis uma iminente ciberguerra (ARQUILLA, RONFELDT, 2000) que ameaça à ordem pública através de disseminação de informação com o objetivo de confundir, difamar e causar injúrias e calúnias a instituições e pessoas. O resultado que temos acompanhado é a definição e a proposta de leis, como o Projeto de Lei 89/2003 sobre cibercrimes no Brasil, que incorpora e associa a prática hacker ao ato de promoção de códigos maliciosos e a elaboração de “programas desenvolvidos especificamente para executar ações danosas”, como os vírus de computador.

Foundation², e iniciou uma campanha política para a manutenção da cultura hacker da criação espontânea e voluntária de ferramentas e programas computacionais e o seu acesso sem restrição de propriedade intelectual, manifesta no domínio *copyleft*. Vários grupos de estudiosos e programadores, que iniciaram o movimento do software livre, influenciaram e criaram uma dezena de milhares de comunidades para desenvolvimento e compartilhamento de conhecimentos sobre códigos, sistemas e programas *livres*³, que resultaram em uma revolução na forma de produção do conhecimento e riqueza na sociedade da informação.

O conceito hacker também enquadra os simples aficionados por computadores, usuários e simpatizantes do movimento do software livre, que apenas fazem o uso dos programas e produtos originários da cultura e prática hacker. Por vezes, esses hackers usuários⁴ não orientam suas ações para, nem se associam a grupos especializados de programadores, mas se filiam política e ideologicamente ao princípio da *máxima* hacker: “o conhecimento quer ser livre” (WARK, 2007).

O Centro de Mídia Independente, portanto, se define pela cultura hacker emergente e seu ideário libertário de exploração das múltiplas potências que cabem na rede mundial de computadores. Desde o uso de softwares livres, a organização em rede através de canais de comunicação *online*, ações coletivas que impactam a dinâmica discursiva de instituições poderosas

² Free Software Foundation: <www.fsf.org>.

³ O Linux é o mais conhecido sistema operacional livre, que se contrapõe ao domínio comercial do sistema operacional Windows da Microsoft, proprietário de código fechado. O sistema operacional Linux está em contínuo desenvolvimento pelos programadores e usuários que tenham necessidades e interesses em desenvolver um aplicativo novo, e assim o fazem sem *quebrar* ou incorrer em crime de violação de direitos autorais ou de propriedade intelectual. O seu código é aberto e está protegido sob a licença do *General Public License (GPL)*, que permite que a sua alteração e distribuição seja contínua, sem regras que imponham limites restritivos aos próximos que se interessam no seu estudo e desenvolvimento.

⁴ Uso o termo *usuário* para referir às pessoas que apenas fazem o uso de sistemas e programas livres em contraponto com os *usuários-desenvolvedores* que além do uso de programas livres ajudam a desenvolver novos programas e produtos baseados na ética do movimento do software livre. Os usuários que apenas usam programas livres quando o faz demonstram apoio e compromisso com a cultura hacker e seus princípios de liberdade e compartilhamento de conhecimento. Para uma tipologia sociopolítica da categoria hacker MAZIERS, Antoine Bernard Marie. **Uma análise do movimento do software livre e do código aberto**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009, p.90.

e que alteram os resultados das ações políticas dos movimentos sociais, o CMI converge uma gama rica de repertórios de ação e aponta para os *novos* limites do sistema.

A dissertação está organizada em quatro capítulos: o primeiro capítulo diz respeito aos problemas metodológicos que as ciências sociais, e mais especificamente as pesquisas com movimentos sociais e a Internet implicam: atores reflexivos e conscientes das suas capacidades transformadoras e dos valores políticos implícitos nas novas tecnologias de comunicação e informação. Os métodos de pesquisa e os esquemas interpretativos *neutros* das ciências sociais não têm a eficácia em um campo dinâmico e altamente reflexivo, que exige a constante atualização do pesquisador para acompanhar o fluxo do seu objeto. A Internet é uma rede de distribuída e difusa, e o CMI é apenas um dos nós de uma vasta rede de movimentos e ativistas sociais na Internet. É impossível dar conta da sua complexidade apenas lendo os manuais e os livros que contam sua história, ou acompanhando as últimas notícias e campanhas ativistas ou publicitárias na rede mundial de computadores. Foi preciso navegar na rede, sempre em constante expansão, ir fundo para alcançar e entender os fluxos e os contatos que tornam o CMI um exemplo de uso político por ativistas dentro e fora da Internet.

O segundo capítulo trata das relações entre política e comunicação, os meios de comunicação enquanto recursos e estruturas de oportunidade política. Trataremos dos padrões dos meios de comunicação de massa e do modelo de comunicação em rede distribuída, característica da Internet, a ruptura e a oportunidade para os movimentos sociais se organizarem e contribuírem para um debate mais aberto e democrático. A argumentação se assenta sobre o debate teórico e empírico da relação entre mídia e oportunidade política para a ação coletiva dos movimentos sociais.

O terceiro capítulo reforça o substrato cultural hacker, e as disputas políticas emergentes em torno das elaborações técnicas e conceituais do projeto do Centro de Mídia Independente.

Entrar nessa discussão é fundamental, como aponteí acima, porque ainda há pouca clareza sobre o caráter político emergente da cibercultura.

Início o quarto capítulo com a Declaração de Independência do Ciberespaço, de John Perry Barlow, que, por mais que seja criticado pelos teóricos mais realistas, ainda é o texto político base que orienta pesquisadores, políticos e ativistas que debatem e defendem a liberdade, a privacidade e o anonimato na Internet. O capítulo busca trazer o debate entre liberdade de expressão, controle e censura, através de casos em que o CMI foi alvo de bloqueios e repressão por parte das instituições de polícia, motivados politicamente pelo contexto do pós 11 de setembro e o processo político de regulação e combate ao ciberterrorismo. Os relatos dos voluntários, neste capítulo, foram negociados e escritos até o último momento, por se tratar de questões delicadas da interna do CMI e os enfrentamentos dos eventuais processos abertos contra alguns voluntários da rede.

CAPÍTULO 1

NAVEGAR PELAS TEIAS DE SIGNIFICADOS

A imagem do trabalho de campo como uma “aventura” em busca de povos geográfica e culturalmente distantes continua viva até hoje, mesmo quando os antropólogos pesquisam grupos sociais que habitam bairros próximos aos de sua residência. (...) O envolvimento com o campo pode inclusive começar antes do desembarque do antropólogo em sua “aldeia” e prosseguir mesmo quando ele já a abandonou. O “campo” não é somente a nossa experiência concreta (mesmo se esta fosse mensurável de forma tão objetiva) que se realiza entre o projeto e a escrita etnográfica. *(O Antropólogo e sua Magia, Vagner Gonçalves da Silva, 2002)*

1.1. Os imponderáveis da pesquisa de campo e as reviravoltas metodológicas

O objetivo desse capítulo é aproximar os leitores dos problemas da pesquisa de campo e, quem sabe, compartilhar com e ajudar outros pesquisadores que estão às voltas com suas pesquisas cujos objetos e problemáticas são tão dinâmicos quanto os movimentos sociais e a Internet. Parto da minha proposta de pesquisa original, com a qual fui admitido no programa de mestrado em Ciência Política e posteriormente financiado pela Agência de Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Considero que a minha experiência de pesquisa de campo foi fundamental para descobrir e revelar as teias de significados através das quais os voluntários da rede Indymedia compreendem o mundo e são agentes dele, e encontrar o problema da pesquisa.

A pesquisa, na sua proposta original, teve como objeto o CMI Goiânia, que faz parte da rede do CMI Brasil, e como estudo de caso o ativismo político do coletivo no acompanhamento da operação policial em uma desocupação da área urbana na cidade de Goiânia, no ano de 2005. A

ocupação do Parque Oeste Industrial, que foi alvo da operação da polícia, ficou conhecida como Sonho Real, principalmente pelo enquadramento⁵ do CMI, e teve cobertura massiva dos meios de comunicação, com vinculação nacional da operação de desocupação através dos principais jornais impressos e televisivos do país.

O fenômeno, que mereceu o estudo de caso, foi o uso da Internet, mais especificamente o site do CMI Brasil (www.brasil.indymedia.org), para a divulgação do uso excessivo da violência policial e a violação dos direitos humanos durante a desocupação, que resultou na morte de dois civis e em mais de 12 mil pessoas desabrigadas, e logo repercutiu através de toda a rede de ativistas e movimentos sociais que acessavam o site do CMI, gerando ondas de protesto em âmbito nacional e internacional, em solidariedade e apoio às famílias desabrigadas de Goiânia.

A proposta da pesquisa envolvia o estudo da rede de solidariedade a partir do CMI Goiânia, através da análise de redes sociais, que resultaria em um modelo da rede de contatos e mobilização da campanha em torno do caso do Sonho Real. A proposta da aplicação da análise de redes sociais visava dar materialidade à metáfora da *rede de coletivos* e movimentos sociais em rede (SCHERER-WARREN, 2005)⁶ através da apresentação de gráficos e sociogramas⁷.

A construção da pesquisa e aplicação da metodologia da análise de redes sociais exige do pesquisador alto grau de confiança dos seus informantes com os objetivos da pesquisa, garantia de segurança dos dados coletados e a veracidade e acuidade dos dados fornecidos ou coletados, através de entrevistas, questionários ou a mineração e tratamento dos dados obtidos a partir dos

⁵ Enquadramento é a tradução de *frame* que se refere ao *frame analysis* (processo de enquadramento), repertório estratégico de ação dos movimentos sociais para dar destaque aos seus eventos e suas causas, principalmente pela elaboração de nomes, *slogans* e campanhas midiáticas.

⁶ A autora faz a distinção de coletivos em rede, uma forma mais instrumentalizada de grupos ou coletivos, que fazem parte de um movimento social, difundir informações e manter relações de solidariedade e de trabalho independentes da rede do movimento. O movimento em rede, portanto, seria uma organização mais complexa, que se expande para além dos coletivos que constituem o movimento, agregando outras redes de movimentos (idem, p.35-36).

⁷ O sociograma é a representação das relações entre os *nós* (indivíduos) ligados por linhas (setas) que indicam as relações entre os indivíduos ou grupos da rede social.

fluxos de comunicação, das publicações, das trocas de e-mails, para evitar *buracos* ou estabelecer relações *estranhas* entre os nós que supostamente estariam em contato (ou não).

Porém, antes mesmo de permitir a coleta dos dados para a análise da rede social que envolvia o estudo de caso, houve uma indisposição por parte de alguns voluntários do CMI Goiânia com a presença de *um pesquisador entre eles*. As entrevistas programadas para a coleta das histórias de vida e participação dos voluntários do CMI foram obstinadamente bloqueadas pelos informantes, assim como o registro de áudio de conversas e reuniões para os fins da pesquisa⁸. O acesso às listas de e-mails e dados da rede só foram permitidas após adequação aos princípios políticos e de segurança do grupo – uso das listas para comunicação e trabalho com o(s) coletivo(s) do CMI e o uso de uma conta de e-mail seguro no *Riseup*⁹. Essa indisposição levou à revisão profunda da metodologia e objetivos da pesquisa, exigindo que a metodologia fosse além da obtenção dos dados através de entrevistas e coleta de dados *online*, programada, segundo o cronograma de pesquisa, para ser realizada nos dez primeiros meses da pesquisa¹⁰.

Com os imponderáveis do campo, não só a metodologia precisou ser revisada, mas também uma reflexão crítica do papel do pesquisador em campo, do pesquisador em relação (de poder) com o seu objeto. O ponto de inflexão metodológico do trabalho de campo foi a leitura de uma pesquisa antropológica em *terreiros de candomblé* (SILVA, 2000). Silva relata o seu trabalho de campo na pesquisa com terreiros e grupos de candomblé, em São Paulo, durante o seu mestrado, dando enfoque às dificuldades, aos obstáculos e imponderáveis que encontrou na sua realização. A identificação com a descrição de Silva não se sustenta apenas como uma *desculpa* para a não realização de tal e qual tarefa proposta na pesquisa, mas pelas *nossas* semelhanças dos imponderáveis do campo. Como ele fora adepto do candomblé antes mesmo de propor a sua pesquisa de mestrado, também fui voluntário e participei das atividades do CMI Goiânia antes de

⁸ BATALHA, Marcelo da Luz. **Um Sonho Real: ciberativismo na cidade de Goiânia**. Relatório Parcial de Pesquisa. Não publicado. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), São Paulo, 2008.

⁹ No capítulo 4 tratarei das questões sobre segurança na comunicação da rede Indymedia.

¹⁰ BATALHA, Marcelo da Luz. **Um Sonho Real: ciberativismo na cidade de Goiânia**. Projeto de Pesquisa. Não publicado. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), São Paulo, 2007.

propor a pesquisa do mestrado, mas foram “os problemas que enfrentei no meu trabalho de campo especialmente por pertencer ao universo do terreiro e da academia que marcaram minha experiência de pesquisador” (SILVA, 2002, p. 29).

A relação entre pesquisador e objeto, ou com os vários interlocutores – ativistas e acadêmicos – que falam pelo e sobre o seu *objeto de pesquisa*, é delicada e exige muita perícia e *sentidos* apurados para capturar e observar as “teias de significados” (idem, p. 36). “A chegada do antropólogo aos terreiros para realizar uma pesquisa é um momento delicado e decisivo e implica certas dificuldades ou idiosincrasias desse campo com as quais é preciso saber lidar”, adverte Silva (p. 36).

Algumas delas relacionam-se ao maior ou menor domínio que ele tem das regras básicas de relacionamento do grupo, tais como o modo pelo qual nos terreiros as categorias de tempo, espaço, hierarquia, entre outras são pensadas e vividas. No entanto, ainda que o conhecimento e a superação dessas dificuldades sejam reconhecidos pelos antropólogos como fundamentais para o sucesso do trabalho de campo, pouco se tem escrito sobre eles.

Já de início o antropólogo, no campo dos terreiros, vê-se inserido na estrutura de poder que eles estabelecem entre si e em virtude da qual nem sempre pode desenvolver o tema do seu projeto apenas considerando os interesses inerentes a este. (SILVA, 2000, p. 36)

A citação de Silva faz ficarem muito claras as dificuldades que enfrentei no campo para manter e adaptar a minha presença nele, frente à obstinação de alguns informantes em negar o meu papel de pesquisador, quando *traduziam* as minhas investidas iniciais com as seguintes palavras: “*para quê você quer saber a respeito da minha origem, como vim parar no CMI, parece pergunta de investigador de polícia*” (idem, 2008).

Contudo, antes de seguir à descrição do campo, é preciso reforçar a ideia das estruturas de poder existentes no campo, especialmente entre o pesquisador e os seus informantes. Esse é um problema que deve afligir muitos pesquisadores dos movimentos sociais, que encontram na *negativa* de lideranças e informantes em conceder entrevistas e fornecer dados aos pesquisadores,

sobre o argumento de que “os grupos contatados sejam vistos [apenas] como o capital do antropólogo ou sua ‘rede de campo’, isto é, um conjunto de relações sociais que o antropólogo estabelece com as pessoas pesquisadas e que [apenas] permite a realização do trabalho etnográfico” (SILVA, 2000, p. 32).

Melucci (2005) organizou um livro sobre pesquisa e metodologia qualitativa a partir das suas experiências no campo da pesquisa com movimentos sociais. O pressuposto básico que o lança à investida de uma pesquisa reflexiva com os movimentos sociais (e os indivíduos que os compõem¹¹) é o seguinte: na pesquisa social é rara a obtenção de conhecimento que não envolva, direta ou indiretamente, a relação social entre os pesquisadores e os atores sociais, os objetos das pesquisas, seja porque o foco da observação esteja nas práticas dos atores, ou porque estes são os depositários das informações que interessam para a pesquisa (MELUCCI, 2005, p. 30).

A pesquisa social, segundo Melucci (2005) e Ranci (2005), deve ser encarada em todos os sentidos como um jogo relacional entre o pesquisador e os sujeitos da sua pesquisa. Para Melucci, a pesquisa social deixou de ser uma conexão linear entre hipóteses e sua verificação, que resultaria na explicação clássica científica, se tornando uma explicação plausível e interpretativa da produção de conhecimento através da relação entre o pesquisador e o seu objeto.

Essa relação entre o pesquisador e o objeto pressupõe a superação do limite e do controle dessa relação, reconhecendo que a observação é também uma intervenção no campo, modificando a relação estabelecida por ora entre o pesquisador e os informantes. Essa intervenção transparece nos comportamentos dos atores envolvidos e, ainda, segundo Melucci, essa reação e comportamento nos oferece pistas para a interpretação dos sentidos das ações dos atores envolvidos (MELUCCI, 2005, p. 33).

Seguindo a defesa do jogo relacional entre pesquisador e atores sociais da pesquisa, Ranci (2005) defende que essa relação pode constituir não só fontes de problemas, como o impedimento

¹¹ Para Melucci, os movimentos sociais não são uma unidade empírica, homogênea, mas uma construção analítica do pesquisador, que investe seu tempo em conversas e tentativas de traçar identidade, objetivos e antagonistas (Melucci, 2001).

da aplicação rigorosa dos procedimentos e distanciamento científico, mas também gera oportunidades valiosas para observar aspectos pouco evidentes, graças ao confronto entre interpretações dos atores envolvidos, pesquisador e informantes. O jogo relacional, segundo Ranci, fundamenta-se na implicação do pesquisador (e a comunidade científica da qual participa) e os atores sociais, resultando o trabalho da pesquisa da capacidade de fazer deste jogo relacional uma importante fonte de informação e interpretações.

A inclusão da relação com o ator social dentro do campo de observação e o direcionamento da pesquisa, implica, acima de tudo, a concepção que se tem dos atores sociais no processo cognitivo, reconhecendo o seu ponto de vista como elemento fundamental no processo de conhecimento:

O ator não pode mais ser reificado na figura reductiva do informador; ora ele é o portador dos códigos necessários para atribuir um significado adequado aos fenômenos que são explorados: não um simples “transferidor”, mas um sujeito que seleciona e ordena a realidade com base em estruturas precisas de significados. O ator, na verdade, se de um lado será modificado pela investigação, do outro manterá de qualquer forma uma liberdade própria de ação. (RANCI, 2005, p. 61)

Melucci, didaticamente, apresenta a mudança da relação entre o pesquisador, o objeto e o campo da pesquisa, através da alegoria do filme de Lewis Carrol, *Alice no país das maravilhas* (idem, 2005, p. 317). Segundo o autor, Alice descobre maravilhada que no campo de críquete da rainha as bolas são porcos-espinhos vivos, os bastões são guarás vivos e as portas são feitas por soldados que dobram o arco, e que estes estranhos instrumentos se movimentam enquanto Alice se move, ao mesmo tempo em que eles se interagem com ela, tornando a partida difícil de ser jogada. Como o jogo de críquete, *no país das maravilhas*, o campo observado pelo observador é continuamente mutável (idem, 2005, p. 318). Portanto, o que a alegoria da Alice traz para o aprendizado da pesquisa social é que o *campo* interage com o pesquisador, os atores sociais se movem, pensam, agem “enquanto nós os observamos” (idem, 2005, p. 318).

Nesse sentido, como afirma Melucci, “toda observação é sempre intervenção” (idem, 2005, p. 329). No entanto, dizer que toda a observação é uma intervenção não significa que deve existir uma escala de intensidade e objetivos para a intervenção no campo, e mesmo entre as pesquisas teóricas ou especulativas, ditas isentas de interação, o grau de interação e intervenção é prévia e institucionalmente determinado. Quando se diz que uma observação é intervenção no campo da pesquisa, não se justifica uma hierarquia de valores entre os diversos tipos de pesquisas, fundamentados no paradigma objetivista da ciência moderna. Contudo, é o próprio pesquisador que define o escopo da sua pesquisa e como irá se comportar diante do seu “sujeito-objeto” (idem, 2005, p. 327), orientando-se pela implicação moral e ética dos efeitos da interação entre ambos (p. 330).

Mas e a objetividade científica? Como salvaguardar a ideia de fazer ciência (social) de um relativismo catastrófico sem correremos o risco de jogar fora o bebê com a água do banho? Os critérios de objetividade e validade dos procedimentos científicos (regularidade dos procedimentos, generalização e repetição dos resultados) não são propriedades ontológicas dos objetos, mas regras e paradigmas institucionais produzidos por uma comunidade científica. A explicitação da *relação* na pesquisa social não é, contudo, relativizar em absoluto os critérios de validade da ciência, mas apenas mostrar os limites da objetividade da ciência moderna para empurrar as possibilidades de ação e aplicação da pesquisa social (idem, 2005, p. 334). Se esta hoje está enquadrada sob os termos do pós-empirismo, isso não significa que a prática sociológica abandonou a capacidade de observação empírica, mas abre um terreno fértil para o enriquecimento de tal observação no sentido de explicitar o contexto relacional da observação do pesquisador em relação ao seu campo observado (idem, 2005, p. 336).

As reflexões de Melucci sobre a prática sociológica no contexto da modernidade avançada, em que os atores estão aptos a aplicar sua reflexividade, nas suas relações mais cotidianas, levam ao limite o sistema institucional da pesquisa científica moderna:

O conhecimento científico permanece, de qualquer maneira, diferente do conhecimento comum por duas razões fundamentais. A primeira é que existe uma instituição que dá a esse tipo de conhecimento um *status* particular e lhe garante certas condições de produção e de controle. A segunda é que, graças a este espaço institucional, o conhecimento científico goza de recursos específicos que o colocam em condições de ser auto-reflexivo mais do que outras formas de conhecimento podem sê-lo. Todos os atores sociais são antropólogos ingênuos da sua sociedade, mas no caso da ciência são colocados à disposição os recursos necessários para poder suspender as práticas sociais correntes e tornarem-se somente observadores. Este privilégio nos é concedido raramente e ocasionalmente quando estamos imersos na nossa condição de atores, enquanto o distanciamento necessário que permite observar as relações sociais constitui, exatamente, o recurso que as instituições dedicadas à pesquisa social colocam à disposição dos seus membros. Graças a esta condição é possível assumir a posição de observadores profissionais e utilizar, de modo apropriado, as linguagens e as técnicas que permitem fazer das relações sociais um objeto específico de análise. (MELUCCI, 2005, p. 335)

O contexto e a negativa dos voluntários do CMI Goiânia diante da minha pesquisa de campo são reveladores do modo como os voluntários do CMI Brasil, inclusive alguns professores e pesquisadores universitários, pensam a relação entre a academia e a pesquisa com o CMI. Em uma série de emails trocados em uma lista de discussão interna da rede, datada de setembro de 2007, vários voluntários expressam suas opiniões sobre uma pesquisa proposta por uma professora universitária sobre o projeto CMI. A discussão se inicia sobre a seguinte proposta: *“sabemos que o CMI já foi objeto de muitas pesquisas, que teríamos que discutir isso coletivamente, porque, afinal, estamos disponibilizando dados nossos... e do mesmo modo que um meio de comunicação distorce os fatos, o mesmo pode ocorrer com os meios acadêmicos [...] Acho que essa é uma questão que temos que discutir: a relação do CMI com os meios acadêmicos/científicos (CMI como “objeto” de pesquisa)”*¹². As respostas se alternam entre favoráveis, porém com ressalvas, e contrários à pesquisa científica. Um dos voluntários responde:

¹² **Sobre Questionário de Professora.** Lista de email CMI-Brasil-Rede, 06 de Setembro de 2007.

Sou a favor de pesquisas acadêmicas sobre o CMI desde que feitas por gente que no mínimo sabe de verdade o que é o CMI. Já cansei de ver neguinho pesquisando a gente e falando um monte de merda. Teve um cara que no TCC chegou ao absurdo de falar que tínhamos no site uma seção especial só para receber denúncia de violência contra a mulher. Nossa, de onde ele tirou isso? Há uns anos atrás, me lembro de alguém ter falado que só recebendo bolsa da Fapesp pra pesquisar a gente tinha mais de cinco caras. Como assim? Onde estão *esses caras*? É o fim da picada esse povo querer pesquisar a gente sem sequer pra fazer uma pesquisa decente (isso sem entrar na discussão de como essas pesquisas podem ser usadas). Acho as pesquisas acadêmicas importantes, mas sei lá, talvez devêssemos ajudar somente pessoas da nossa confiança e que conheçam o projeto de verdade.

Contrário à relação de pesquisas acadêmicas com o CMI, um voluntário destaca e aponta os riscos para o grupo, que refletem a formação de uma opinião em torno da segurança e confiança entre os voluntários e os pesquisadores, e as consequências que as pesquisas trazem para a rede, em tempos de vigilância.

Eu sou contra em estar respondendo questionários de pesquisas, mesmo sem ou com perguntas “boas” ou “ruins”... Estamos na era dos bancos de dados, e acho que não é algo benéfico para o próprio CMI – pelo menos nunca vi nada de retorno nesse processo ai de ficar ajudando com pesquisas acadêmicas... pelo contrário, vejo meio mundo sugando o que a gente faz para criar teorias que muitas vezes não batem com nada da nossa prática e também não são feitas para ajudarem no nosso trabalho... pelo contrário, muitas vezes o resultado dessas pesquisas ficam com o/a próprio/a pesquisador/a e universidade ou instituição que bancou tal coisa... isso também cria um banco de dados com informações importantes da nossa rede que é de super fácil acesso a quem quiser se apropriar do que estamos fazendo.... sei lá, não vejo nada nessa relação que seja colaborativo com a proposta do CMI... pelo contrário, vejo tudo indo só para um lado, o lado acadêmico, que sinceramente é um *puta* espaço limitado e fora do alcance da maioria.¹³

¹³ **Sobre Questionário de Professora.** Lista de email CMI-Brasil-Rede, 07 de Setembro de 2007.

Outro voluntário se demonstra favorável à pesquisa acadêmica e vê na relação entre pesquisadores e voluntários do CMI uma maneira de quebrar os paradigmas e privilégios acadêmicos, demonstrando como uma pesquisa pode se diferenciar e os resultados podem ser outros quando se abre a relação entre o pesquisador e os atores.

Claro que tem muita gente boa e bons trabalhos na Universidade. Não podemos ficar só na *panelagem*. Um processo de trabalho entre pesquisador e CMI é uma ótima solução, e podemos exigir o compromisso do pesquisador com os procedimentos e princípios que garantam um diálogo autêntico e respeitoso conosco (podemos olhar o projeto e rascunhos do trabalho, sugerir correções e alterações, cobrar a realização de palestras e trabalhos de “devolução”/troca, publicação final em *copyleft*). Pensando com calma, podemos pensar ótimos critérios e exigências que, eventualmente, vão até ensinar um pouco de ética na pesquisa e produção colaborativa de conhecimento para esses estudantes e pesquisadores. Vamos fortalecer coisas boas que já existem na universidade.¹⁴

Mais recente ao término da pesquisa, quando o CMI preparava uma reunião nacional de seus voluntários e surgiu o eixo de discussão “CMI e Universidade”, uma voluntária reflete sobre a realização da pesquisa por pesquisadores *de fora e de dentro* da rede:

Para falar a verdade eu já fui contra sim (pesquisa com o CMI), mais com os de fora do que com os de dentro, e ainda tenho as minhas suspeitas com sobre os pesquisadores de fora da rede. O problema maior que eu vejo ao participar de pesquisas realizadas por pesquisadores que não participam da rede são as próprias perguntas e objetivos das pesquisas, dá pra ver de cara que eles não sabem o funcionamento da rede, o dia-a-dia de um coletivo e por isso sempre fico um pouco decepcionada e fico imaginando que no final a tese ficará algo que não analisou de verdade a realidade. Acho que uma pessoa interessada em pesquisar a rede não deveria se limitar a fazer entrevistas por contatos rápidos ou emails. Acho que a melhor forma seria acompanhar um coletivo, as coberturas, as oficinas, coisas desse tipo. Entende? Não sei o que ensinam nas universidades sobre o método de pesquisas, mas posso dizer que simplesmente ter

¹⁴ **Sobre Questionário de Professora.** Lista de email CMI-Brasil-Rede, 08 de Setembro de 2007.

um monte de perguntas respondidas por email sobre algo nunca vai realmente revelar a visão verdadeira do mesmo. Enfim, acho que quem quiser fazer um trabalho sério sobre o CMI não pode ficar simplesmente nas entrevistas, tem que dedicar um bom tempo em acompanhar os coletivos, participar das reuniões, saber das *tretas*, as dificuldades, as soluções criadas para enfrentar as dificuldades. Se os pesquisadores fizessem isso teriam com certeza um trabalho mais interessante e muito mais próximo da realidade das coisas para apresentar.¹⁵

Para superar a opacidade da relação estabelecida com alguns voluntários da rede CMI, sugerida pela aversão momentânea do debate em torno da participação ou não em pesquisas, ou através da proposta de investigação através da metodologia das redes sociais, reforcei a minha relação com os voluntários do CMI Goiânia tomando parte das atividades da rede, sempre a negociar os interesses em jogo: a tese sobre os usos de recursos tecnológicos de produção e comunicação de informação pelos movimentos sociais e o contexto político da rede Indymedia.

A minha imersão no campo do ativismo do CMI se deu precisamente junto com as atividades do CMI Goiânia na comunidade do Real Conquista, na periferia de Goiânia, comunidade formada pelas famílias que sofreram a desocupação da área do Parque Oeste Industrial em Goiânia, no ano de 2005. O trabalho que o coletivo CMI Goiânia tem realizado no Real Conquista hoje busca dar continuidade ao trabalho de produção independente de notícias e capacitação local das pessoas para serem a “própria mídia, como propõe a rede Indymedia”. Esse trabalho teve início no mês de maio de 2008, durante o evento em comemoração ao 1º de Maio, o qual foi realizado pelo CMI Goiânia juntamente com outros movimentos sociais que compõem a rede do próprio CMI, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o *Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis* (MNCR) e as lideranças dos movimentos sociais locais de Goiânia. Para o evento, foram programadas várias oficinas de discussão sobre o papel da mídia na produção da imagem da comunidade, com a exibição de vídeos documentários, inclusive o que foi produzido pelo CMI

¹⁵ **CMI e universidade e ciência na reunião nacional.** Lista de email CMI-Brasil-Rede, 11 de julho de 2010.

Goiânia durante a desocupação do Parque Oeste Industrial – *Sonho Real: uma história de Luta por Moradia (60')*¹⁶.

No mês de junho de 2008, foi lançado o projeto da oficina de produção de imagem e vídeo popular no Real Conquista, a qual durou três meses e agregou os voluntários do CMI Goiânia e outros movimentos e ativistas ligados à produção de vídeos e às novas tecnologias. A oficina de vídeo popular no Real Conquista teve como objetivo a “formação audiovisual com foco no gênero documentário, que possibilita moradores/as da comunidade a utilizarem o audiovisual como uma ferramenta de interpretação e transformação da realidade na qual estão inseridos/as”¹⁷. Nesse projeto, participei ativamente do processo de mobilização dos grupos interessados e nas reuniões de estudo, em que discutíamos a questão política da imagem e a produção independente de notícias pelos movimentos sociais. A atividade buscou tanto o envolvimento da comunidade com a produção de imagens e documentários, como inserir as pessoas numa perspectiva de conscientização e postura crítica diante do bombardeio de imagens e da passividade imposta pelos meios de comunicação, bem como possibilitar uma visão crítica e a apropriação pela comunidade dos recursos e meios de produção audiovisual, possibilitados pelas novas tecnologias de informação.

A vivência do trabalho de campo durante a produção dos vídeos aproximou-me do repertório ativista de produção de vídeos e possibilitou-me observar os recursos materiais que o grupo utiliza nas suas atividades: filmadoras caseiras, *notebooks* e computadores pessoais dos voluntários do CMI e máquinas fotográfica digitais. Para a montagem e execução dos documentários, foi utilizado um software livre de edição de vídeos, Cinelerra. Nessa etapa, fui apenas mais um aprendiz da oficina, pois começava a se revelar para mim o universo do software

¹⁶ Sonho Real: Vídeo Documentário sobre a Ocupação Sonho Real. Centro de Mídia Independente. Disponível em:<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/04/315460.shtml>>.

¹⁷ A oficina teve a participação de 20 pessoas da comunidade do Real Conquista, as quais foram orientadas pelos voluntários para fazer o uso direto dos equipamentos de filmagem e edição. O resultado foi a produção de quatro vídeos documentários de 10' cada, que estão disponíveis para o *download* no site do Movimento do Vídeo Popular do Real Conquista <<http://videopopular.naxanta.org>>.

livre. Durante a oficina, entrei em contato com o sistema operacional livre usado nos computadores dos voluntários do CMI, com o qual acabei me adaptando e passei a usar em meu computador pessoal. Quanto ao Cinelerra, o seu uso revelou o caráter colaborativo entre os usuários do programa: quando surgia algum problema, acessavam-se os tutoriais escritos pelos próprios usuários em busca de solução, ou, ainda, a ajuda vinha através de salas de bate-papo na Internet, onde os outros voluntários da rede CMI e usuários com mais experiência no uso do Cinelerra ofereciam suporte aos participantes da oficina no Real Conquista¹⁸.

Participando da oficina do vídeo popular alcancei outro nó da rede Indymedia, que configura um projeto a mais do repertório ativista na Internet, relacionado às questões da liberdade e segurança da rede. A criação do sítio da oficina de vídeo popular na Internet - <http://videopopular.naxanta.org> – para a divulgação das atividades, imagens e os documentários produzidos, foi feita em colaboração com o projeto de servidor livre Xanta, mantido por hackers, técnicos e ativistas sociais. A Xanta é um servidor livre que tem por princípios a autonomia financeira, a autogestão e compromisso dos voluntários do projeto com a liberdade de criação e compartilhamento de informação. O projeto Xanta é um projeto *vizinho*¹⁹ de outros grupos na

¹⁸ Considerando as observações do trabalho de campo, apontamos que a questão da divisão digital dos que têm acesso aos recursos materiais e do conhecimento, para colocar em prática o ciberativismo segundo o repertório de produção de imagens e vídeos do CMI, é quase intransponível se consideramos que para o ciberativismo os indivíduos necessitam de tecnologias e computadores com alta capacidade de processamento e armazenamento de dados ou filmadoras e aparelhos com alta definição. Contudo, a oficina de vídeo popular no Real Conquista buscou conscientizar os moradores que eles podem realizar seus vídeos com poucos recursos e computadores pessoais simples, pautados na proposta do repertório ativista do CMI que *“varia desde cópias de xerox, em formato de jornais, zines ou cartazes, às fotos e vídeos transmitidos via Internet. O que vale é a criatividade e a capacidade de combinar o high-tech-com gambiarras, coisas que qualquer um com um computador e uma conexão pode estar executando”*. Durante as oficinas, quando não se tinha acesso à Internet, uma lan-house servia de base para descarregar fotos, acessar o e-mail, se comunicar e coordenar as atividades.

¹⁹ A Xanta é um projeto vizinho ao projeto Saravá <http://sarava.org>, mantido por grupos de hackers, pesquisadores e ativistas sociais para sustentar movimentos e conteúdos políticos na Internet. Porém, o conhecimento desses projetos e a minha ligação e envolvimento com os princípios e as atividades da Xanta só vieram com a participação no coletivo do CMI Goiânia e na medida em que os temas da segurança e vigilância foram se tornando os eixos centrais da pesquisa.

manutenção de servidores de conteúdo e serviços na Internet de forma autônoma para os movimentos e grupos sociais que trazem à tona discussões e questões políticas radicais, orientado para a estratégia do anonimato e da segurança dos usuários e grupos na comunicação na Internet. Foi a partir do encontro com o projeto da Xanta que as questões que estavam pendentes sobre o *bloqueio* à pesquisa se revelaram.

Nesse mesmo momento, por volta do mês de agosto ou setembro de 2008, o servidor Saravá, um projeto de servidor para fins políticos e autônomo, mantido também por voluntários da rede Indymedia e outros grupos políticos, foi apreendido na Unicamp pela Polícia Federal, em um processo que, posteriormente, se apresentou muito comum no tipo de prática política *online*: a perseguição, a busca e a apreensão de máquinas/computadores dos ativistas. O caso envolvia uma organização ativista holandesa que hospedava sua página no servidor Saravá. A página desse grupo ativista holandês era voltada para a defesa dos direitos dos imigrantes que sofreram com as duras políticas anti-imigrantes na Holanda. A apreensão do computador tinha como objetivo a perícia policial para, através dos rastros digitais, identificarem os ativistas, que publicaram informações que o governo holandês não achou pertinente e resolveu reagir à liberdade de manifestação dos seus cidadãos sobre um tema político tão caro ao país. O caso da apreensão abriu o caminho para a discussão sobre os riscos da pesquisa e o uso da metodologia da análise de redes sociais, levando ao questionamento dos interesses dos ativistas e da pesquisa em si.

Foi a partir desse evento que houve a inflexão do problema da pesquisa para entender o repertório ativista através das transformações culturais, políticas e tecnológicas, orientada pela cultura hacker e a radicalização da liberdade de expressão na rede mundial de computadores, sempre em confronto com o tema emergente da vigilância e do controle policial na Internet. Tornou-se claro, nesse contexto, que a própria pesquisa em andamento representava *uma ameaça policial*, pela elaboração e proposição da metodologia de análise de redes sociais, que buscava, através dos dados disponíveis na Internet, mapear e apresentar um modelo da rede social do CMI a partir do caso do Sonho Real.

Nesse ínterim é que considero que o trabalho de campo participativo, no qual o pesquisador não evita o contato e se deixa conduzir pelos caminhos e orientações dos sujeitos da sua pesquisa, colocando-se à disposição das suas tarefas e tomando parte da reflexão das ações práticas do grupo, torna a experiência pessoal e o aprendizado e formação do pesquisador mais ricos e legítimos, apesar de ter que enfrentar muitas vezes reações contrárias aos dogmas da objetividade da ciência.

1.2. Por uma etnografia do virtual

A mesma reflexividade apresentada por Melucci et al. (2005) sobre a questão epistemológica e metodológica na pesquisa social pode ser encontrada em Hine (2000), em “*Virtual Ethnograph*”, que trabalha com o outro campo dessa pesquisa: a etnografia *online*. A autora busca conceituar o método etnográfico nas pesquisas que envolvem as novas tecnologias de comunicação. Ela reforça o princípio básico da etnografia: o estudo aprofundado e detalhado dos modos que essas tecnologias são usadas pelos indivíduos, através da imersão no campo e da vivência prolongada com os sujeitos da pesquisa, para então “enxergar através dos 'olhos' dos participantes” (HINE, 2000, p. 21).

A etnografia da Internet, segundo Hine, coloca novos desafios à pesquisa social dependendo de como foi desenhado o projeto de pesquisa. A coleta dos dados não está necessariamente ligada aos encontros face-a-face, e os pesquisadores podem lançar mão de dados informatizados disponíveis nos arquivos digitais da Internet. Esses dados podem ser documentos – textos, vídeos, áudios, entrevistas – que estejam disponibilizados em um banco de dados acessível a qualquer interessado, como é o caso das FAQ's (Frequently Asked Questions)²⁰, ou arquivos de

²⁰ Indymedia Frequently Asked Questions. Disponível em <<https://docs.indymedia.org/Global/FrequentlyAskedQuestionEn>>.

vídeos e áudios que possam ser acessados e salvos no computador pessoal do pesquisador, não precisando de um pedido formal ou pessoal para acesso e cópia do material²¹.

Outra estratégia que o pesquisador pode lançar mão na sua pesquisa etnográfica é o acompanhamento das atividades online do grupo. Se o grupo possui canais de comunicação, sejam as listas de e-mail ou um canal de bate-papo, os dados podem ser registrados automaticamente, contribuindo para o enredamento das hipóteses da pesquisa e para a análise posterior. O pesquisador pode participar ativamente e orientar discussões, não sendo necessário um encontro face-a-face para interagir ou realizar entrevistas.

Porém, como adverte Hine, o desenho metodológico de pesquisa à distância ou mediada por computador pode trazer problemas à pesquisa: ora pela questão da legitimidade dos dados coletados e apresentados na análise, ora pelas questões éticas e de controle que pode haver com a relação face-a-face entre o pesquisador e os informantes.

O problema da legitimidade dos dados tem a ver com a própria prática etnográfica tradicionalmente conceituada através da participação, aberta ou encoberta na vida diária do grupo por um longo período de tempo, observando o que acontece, escutando o que é dito, fazendo perguntas – de fato coletando qualquer tipo de dado disponível para jogar luz sobre as questões que orientam a pesquisa.

Hine adverte para a participação visível do pesquisador, que ao invés de se manter “escondido” ou distante do objeto da pesquisa através da coleta em bancos de dados e conversas virtuais, deve tornar-se visível e ativo no campo da pesquisa, pois isso o possibilita obter novos *insights* e identificar zonas sensíveis da pesquisa.

Questions can be asked and emerging analytic concepts tested and refined, with the cooperation of informants. This kind of engagement also allows for a reflexive understanding of what it is to be a user of CMC (computer mediated communication).

²¹ Os documentos do Centro de Mídia Independente e os produtos em vídeo e áudio do projeto estão todos registrados sobre a licença *copyleft*, ou seja, são livres de qualquer restrição de cópia e distribuição para fins não lucrativos e comerciais, desde que citada a fonte de origem.

(...) Reflexive engagement with the medium brings the interpretive problems of being a user of the medium to the fore, and in this way provides new angles on the experience of being a user for exploration. A reflexive understanding of the medium, if critically examined, can provide for insights not accessible from the analyses of archives. (HINE, 2000, p. 23)

Essa interação é particularmente importante para evitar fazer julgamentos a priori (para se fazer uma adequação etnográfica do campo e da pesquisa) da riqueza das relações e representações que se estabelecem sobre a Internet, reforçando, ao mesmo tempo, a validade do trabalho de campo, do estar lá, da interação face-a-face com os informantes e sujeitos da pesquisa, do “ver, ouvir e relatar a experiência do trabalho de campo” (HINE, 2000, p. 45). Metodologicamente, a pesquisa apresentou desafios e limites às técnicas tradicionais, forçando a busca por novas estratégias de coleta e pesquisa de campo. A adequação se deve ao objeto da pesquisa ser um fenômeno heterogêneo, múltiplo em sua organização e representações, que não se encerra em uma localidade geográfica – Goiânia, São Paulo, Nova York ou qualquer coletivo que represente um território ou nacionalidade –, mas ser um fenômeno etnograficamente distribuído, que deve ser estudado e pensado na sua complexa rede de significados. Cada coletivo e voluntário da rede, com quem se estabelece contato e se observa, caracteriza-se por múltiplas filiações randomicamente distribuídas. Nesse sentido, o estudo do fenômeno das redes ativistas on-line, através da rede Indymedia, não permitiu que se fechasse necessariamente em um local e fenômeno, mas possibilitou a navegação e a reflexão mais ampla de uma prática emergente e diversificada, que aqui é apenas uma manifestação particular.

Não teria sido possível problematizar categorias, repertórios e temas emergentes, como o controle da Internet, sem navegar pela rede de significados do Indymedia, o que prova que o trabalho etnográfico, de aprofundamento e envolvimento, é um encontro epistemológico, que requer atenção sempre redobrada para a revisão conceitual e metodológico dos dados empíricos

obtidos na experiência do campo, sempre buscando um sentido coerente para a malha difusa dos significados e práticas dos sujeitos.

1.3. Notas sobre a análise de redes sociais

Toda pesquisa social é motivada por interesses pessoais do investigador, sejam pragmáticos, institucionais ou ideológicos. Pode estar ligado aos compromissos que o pesquisador tem com o objeto da pesquisa ou à difusão de um campo de estudos e conhecimento. Para alcançar o segundo interesse, o pesquisador seleciona um objeto de análise com o qual poderá colocar em prática uma metodologia de pesquisa inovadora ou pouco conhecida e utilizada, bem como demonstrar e difundir as suas vantagens de uso. Se essa era a motivação inicial da pesquisa ao propor a utilização da Análise de Redes Sociais (ARS), o enfrentamento com o objeto de estudo obrigou a revisão crítica do método sobre a ótica dos sujeitos pesquisados.

A pergunta que deve orientar essa breve revisão sobre a ARS é: quais são os impactos de uma análise de rede social sobre uma organização ativista? O objetivo é problematizar o método de análise de redes sociais, frente à resistência de vigilância e controle social através da rede mundial de computadores, por meio de um breve histórico da análise de redes sociais, seus fundamentos e técnicas.

O conceito de rede social enfatiza o fato de que os indivíduos têm ligações com outros indivíduos, os quais têm outras ligações com outros indivíduos, e assim por diante. Portanto, o termo rede social refere-se a uma série de pessoas ligadas entre si, e o pesquisador que elege a análise de redes para o seu estudo procura modelos e padrões de relações entre pessoas e grupos que compõem uma determinada rede. A abordagem da análise de redes sociais diferencia-se das abordagens mais tradicionais da ciência social por não fundamentar as suas análises em atributos e percepções autônomas individuais, mas sempre a partir das relações entre duas ou mais entidades.

A análise de redes sociais está explicitamente interessada na interconectividade dos indivíduos e grupos sociais.

A análise de redes sociais é inerentemente interdisciplinar, desde que os seus fundamentos se desenvolveram dos estudos da sociologia, antropologia e estudos comportamentais, até o desenvolvimento de métodos e técnicas matemáticas e estatísticas para a aferição de modelos de redes sociais. Hoje, com o advento das novas tecnologias e seus impactos na sociedade, que convém chamar de sociedade informacional ou em rede, a análise de redes sociais se confunde mesmo com os usos dos computadores e seus recursos.

Os pioneiros dos estudos de rede sociais vieram da sociologia, da antropologia e psicologia social, e logo a metáfora da rede como relações sociais ganhou reconhecimento em outras áreas. Orientado pelo interesse em compreender o comportamento social e psicológico, especialmente na dinâmica em grupo, Moreno inventou o método de descrever e representar as relações e estruturas grupais, sendo considerado o fundador da sociometria – precursora da análise das redes sociais – que é o desenho de figuras que representam pessoas, ou qualquer unidade social, em relação umas com as outras através de linhas ou flechas. Segundo Moreno, a sociometria foi criada para se ver por dentro, e não superficialmente, a estrutura de uma organização, e que antes da sua invenção ninguém conhecia a imagem de uma estrutura de relações interpessoais (WASSERMAN, FAUST, 1994).

Nas décadas de 1960 e 1970, a ARS ganhou o reconhecimento como uma especialidade das Ciências Sociais, especialmente com os trabalhos de Stanley Milgram (1967), que realizou a experiência que ficou conhecida como “mundo pequeno” e que pressupõe que as pessoas estão separadas por apenas seis outras pessoas, e com o trabalho de Mark Granovetter (1973), que atesta o poder dos laços fracos para alcançar oportunidades individuais e se inserir em outros grupos sociais, enquanto os laços fortes (familiares) reforçam a identidade grupal, criando mais fragmentações que integração.

De forma sucinta, Aguiar (2006) divide o desenvolvimento da perspectiva da ARS em quatro fases: a) aqueles produzidos entre os anos 1930 e 1970 – sobretudo nos Estados Unidos – no âmbito da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social, marcadamente estruturalistas e funcionalistas, em que predominaram as análises sociométricas de organizações sociais; b) o desenvolvimento da “análise de redes sociais” (*social network analysis*), entre os anos 1970-90; c) a emergência de pesquisas multidisciplinares motivadas pelo aumento da complexidade da vida urbana e pelas comunicações mediadas por computador, a partir de meados dos anos 1980, em que as metáforas de rede são retomadas como base para análise de fluxos de informação através das interações entre pessoas, grupos humanos e organizações, sob forte influência da teoria dos sistemas; d) e a fase atual, em que a análise de redes sociais se sofisticava com o apoio de variadas técnicas e ferramentas computacionais, agora mais acessíveis²² (AGUIAR, 2006, p. 11). É o que afirma Watts (2004) sobre a nova ciência das redes:

Spurred by the rapidly growing availability of cheap yet powerful computers and large-scale electronic datasets, researchers from the mathematical, biological, and social sciences have made substantial progress on a number of previously intractable problems, reformulating old ideas, introducing new techniques, and uncovering connections between what had seemed to be quite different problems. The result has been called the “new science of networks” – a label that may strike many sociologists as misleading, given the familiarity (to social network analysts) of many of its central ideas. (WATTS, 2004, p. 243)

Em função dessa característica multidisciplinar, nota-se que algumas preocupações atravessam diferentes disciplinas – como as relações interpessoais cotidianas dentro de uma empresa, o papel das redes de identidade nos processos de educação, as redes de movimentos sociais e seu potencial de intervenção, as articulações sócio-demográficas de mobilidade

²² Para conhecer mais o estado da arte atual da pesquisa de Análise de Redes Sociais, visite o portal da ISNA – International Network for Social Network Analysis – www.isna.org. Ele oferece *links* para downloads de programas computacionais para a construção de modelos de redes sociais – como o Pajeck e o Ucinet. Através do portal pode-se acessar o jornal internacional que trata do tema da ARS, *Connections*.

populacional, os impactos das tecnologias nas relações de produção de conhecimento em comunidades virtuais, a criação, organização e distribuição de informação nas redes digitais.

Para Barry Wellman (2001), até os anos 60, os computadores eram máquinas pessoais, onde as pessoas sentavam-se sozinhas e isoladas dos seus pares. Com o desenvolvimento de interfaces mais interativas entre os usuários e seus computadores, das redes de comunicação entre computadores, o aumento do volume de e-mails na década de 1980 e a expansão da Internet em meados dos anos 90, tornaram os computadores mais do que simples ferramentas de trabalho e comunicação, mas “entidades sociais” que se relacionam. Como aponta Aguiar (2006), em seu relatório sobre o estado dos estudos de redes sociais no Brasil de 1996-2006,

as “redes sociais” tornaram-se indissociáveis das “redes digitais” ou “redes virtuais”, e nomeiam as novas relações interpessoais estabelecidas em ambientes de comunidades virtuais como o Orkut, os weblogs e os fotologs. As pesquisas discutem os atuais padrões de interações, sociabilidades, colaborações, vínculos e compromissos estabelecidos no “ciberespaço”, e os desafios e possibilidades de constituição de uma “cibercidadania”. A rede de redes também aparece nas pesquisas como instrumento de governança, embora o acesso à informação governamental ainda esteja sob investigação, bem como as possibilidades de liberdade e cooperação vis a vis as tendências e regulação e controle dos seus conteúdos e meios de acesso (idem, 2006, p. 23).

Como desdobramentos dessas abordagens, proliferam estudos sobre o papel da informação, da comunicação e das TIC's nas redes de movimentos sociais contemporâneas, com a emergência de novas modalidades de ativismo político com extensão global, identificadas por diferentes termos: cibermilitância, webativismo, ativismo em rede e, em sua forma mais radical, ciberterrorismo (AGUIAR, 2006, p. 24).

As técnicas de ARS têm o mérito de permitir ao pesquisador especificar os indicadores empíricos em termos de relações entre indivíduos e estruturas de relações em uma organização. A abordagem da ARS se tornou, assim, uma ferramenta poderosa para o estudo e investigação de redes criminosas, na acusação e comprovação de crimes, fraudes e casos de conspirações,

principalmente pelas novas formas organizativas em redes difusas dos movimentos e grupos sociais, possibilitadas pelas novas tecnologias de comunicação. O contexto do pós-ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 deixa evidente o potencial para as investigações policiais através da ARS.

Logo após os atos terroristas aos EUA, Krebs (2001) foi um dos primeiros pesquisadores a utilizar a ferramenta de análise de redes sociais para mapear as relações entre os sequestradores e as organizações responsáveis pelos ataques, apresentando um sociograma contundente dos principais suspeitos que cometeram os atentados e as suas relações. Com a coleta de dados públicos nos jornais e noticiários e o cruzamento de outros dados pessoais dos suspeitos coletados – lugar de origem, sobre os suspeitos de participarem dos atos terroristas –, Krebs construiu um modelo da rede de contatos de um dos sequestradores, Mohammed Atta, no qual ele afirma: “depois de um mês de investigação, era do conhecimento geral que Mohamed Atta era o líder principal da rede [terrorista]²³” (idem, 2001, p. 47).

Mark Sageman, também reconhecido estudioso da ARS e pelo seu trabalho de investigação das redes terroristas ligadas aos atentados nos Estados Unidos, utilizou dados de análises de redes já realizadas sobre a rede Al Qaeda e informações públicas sobre indivíduos envolvidos com a luta islâmica e suspeitos terroristas, para produzir um estudo detalhado da rede *Salafi Jihad*, apurando os perfis dos indivíduos e agrupando-os em quatro grupos de terroristas com maior influência na rede Al Qaeda (RESLLER, 2006).

Fica evidente, com esses dois exemplos, que a ARS se tornou uma ferramenta potente de trabalho e investigação sobre os grupos e organizações sociais, principalmente com o aumento do volume de informações e rastros digitais mediados pelos canais de comunicação – jornais, televisão e Internet. Isso significa que, além de mapear “pessoas” e fazer inferências sobre as relações que essas “pessoas” estabelecem com outras em uma rede, a ARS possibilita também o mapeamento e fluxos de conteúdos, no que convém chamar de análise dinâmica da meta-rede

²³ “After one month of investigation it was ‘common knowledge’ that Mohamed Atta was the ring leader.”

(*dynamic metanetwork analysis*). É o que propõem Carley e McCulloh através do método de análise *meta-rede* em oposição à ARS clássica, na qual se procura conhecer “quem”, incluindo “quando, o que, onde e por que” na relação/comunicação. Sua aplicação tem a ver com os tipos de dados disponibilizados pelos grupos em questão: imagens, vídeos e áudios disponibilizados nas redes de comunicação mundial. Segundo Carley, esse tipo de análise de rede social é aplicado na análise dos vídeos e imagens distribuídas pelas redes de insurgentes no Iraque. Ela defende, ainda, que: “by capturing these layers, metanetworks begin to get at culture” (BOHANON, 2009, p. 411).

Carley (2001) aponta para o benefício da aplicação da ARS para investigar grupos e organizações terroristas, na busca do controle e desmantelamento das suas redes. Segundo a pesquisadora, a combinação das técnicas e análises sobre os objetos de interesse dos analistas possibilita visualizar e interferir pontualmente no nó da rede, causando a sua desestabilização e potencial anulação. Carley toma como exemplos gerais redes de comunicação, estrutura de alianças, fluxos de informações, em que os nós são indivíduos, grupos, computadores, sites, onde se pode localizar, através das medidas de qualidades das redes (centralidade, proximidade, intermediários), os nós críticos e agir sobre eles. Resumidamente, ela elenca as possíveis intervenções e avaliações que podem ser feitas: remoção ou anulação de indivíduos ou grupo, alterando significativamente o funcionamento da rede; repasse ou bloqueio de informações para indivíduos ou grupos com grande número de contatos para alterar o fluxo da comunicação; aferição sobre o poder²⁴ que um indivíduo ou grupo tem a partir das suas conexões; aferição do grau de ameaça ou estabilidade das suas ações segundo a sua centralidade ou isolamento em uma rede (idem, 2001, p. 80).

²⁴ Os métodos de análise de redes sociais proporcionam algumas ferramentas úteis à compreensão das fontes e distribuição de poder. A perspectiva da ARS sugere que o poder dos atores é um atributo individual que surge com as suas reações com outros indivíduos. O poder é deduzido a partir da ocupação de posições vantajosas na rede de relações, e o grau de desigualdade ou concentração de poder pode ser atribuído e indexado aos indivíduos de um grupo, segundo o grau de centralidade e de “vizinhança”. Para entender os princípios básicos, as variáveis e ferramentas da ARS, ver: HANNEMAN, Robert. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales**. Disponível em <<http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html>>.

1.3.1. Questões éticas da aplicação da ARS

A questão ética da ARS é complexa e requer um cuidado extra ao ser aplicada nas pesquisas sociais. Borgatti e Molina (2003), ambos referências nos estudos de redes sociais, esclarecem os pontos mais sensíveis da ARS. O aspecto de maior crítica – que por sinal é também o mais acentuado pelo CMI – é o anonimato. Na pesquisa de redes, o pesquisador precisa saber quem é o respondente ou alguma variável que o identifique para fazer relações com outros respondentes ou nós da rede, sejam nomes ou endereços eletrônicos e e-mails.

Em segundo, a coleta de dados deve ser exaustiva para se construir um mapa das relações entre indivíduos e grupos. Portanto, na falta de alguns dados, a construção da rede fica prejudicada ou não agrega os dados suficientes para fazer uma análise de qualidade.

O terceiro ponto, que no estudo de caso é apontado juntamente com o anonimato como o ponto mais crítico, é a coleta de dados de indivíduos que não autorizam ou não estão dispostos a participar da pesquisa. No estudo de redes, algumas pessoas podem indicar inadvertidamente a relação que mantém com outras pessoas, que talvez não estivessem dispostas a entrar no rol dos dados da pesquisa. Mesmo que se considere que as respostas dos informantes sejam a percepção dos contatos que têm na rede, existe a preocupação dos voluntários do CMI em tratar essa informação com advertência para não responder por outrem e nem tornar os dados alheios acessíveis sem a autorização do referente dos dados. Dessa maneira, com a permissão ou não do uso das informações referentes aos respondentes, a questão está diretamente ligada ao problema anterior: a negação do uso dos dados pessoais para a pesquisa torna o rol dos dados incompletos e a construção do modelo da rede inviável.

A exposição dos problemas críticos da pesquisa em redes sociais aponta para duas tipologias de risco, segundo Borgatti e Molina (2003): os riscos éticos para o pesquisador e os informantes, no que se refere à quebra do anonimato e à falta de permissão para o uso dos dados coletados; e os riscos para o objeto e campo de investigação. Segundo os autores, a estratégia para

evitar o risco da quebra de anonimato é a oferta da confidencialidade dos dados, através da alteração dos nomes e codificação numérica, e da segurança sobre os dados, para não serem repassados a terceiros, mesmo sob ordem judicial ou policial²⁵.

Os riscos para o objeto da pesquisa dizem respeito ao grau de conhecimento das qualidades da rede estudada e às possibilidades de intervenção gerencial nas mesmas. Portanto, com o avanço da ARS e o desdobramento crítico das suas implicações, há indícios de que os informantes e objetos de estudos que são implicados nas ARS estão declinando aos pedidos para participar das pesquisas ou manipulando as respostas e dados que possam comprometer o resultado final da investigação. Diante das inúmeras indeterminações que envolvem a prática da ARS, os indivíduos e grupos não estão dispostos a assumir os riscos.

O questionamento da ética na pesquisa com ARS vai mais além, como demonstra Kadushin (2005), que desenvolve pesquisas com ARS desde a década de 1960, quando questiona: quem ganha mais com a ARS, as organizações e indivíduos alvos das pesquisas ou os pesquisadores? Segundo Kadushin, as organizações, movimentos e indivíduos tendem mais a perder do que ganhar em relação aos pesquisadores, por causa do retorno que a pesquisa traz (idem, 2005, p. 143): os informantes se tornam alvos de manipulação e mais vulneráveis – como é o caso das pesquisas com as redes sociais de trabalhadores de uma empresa, em que os resultados podem ser utilizados para despedir ou desligar um indivíduo da sua atividade. Dados e informações importantes são coletados e ficam disponíveis para a manipulação do pesquisador, mas podem ser passados para outros indivíduos e instituições ou utilizados para outros fins que não a pesquisa, como para o uso policial. É preciso ter em mente que os informantes não têm ideia e controle dos dados e resultados em jogo na ARS, que ficam sob a responsabilidade do pesquisador para sua utilização e

²⁵ A segurança dos dados sob a guarda dos pesquisadores é fundamental para a segurança do objeto e da organização que se estuda, como pode ser o caso de redes de organizações criminosas, de trocas de conteúdos protegidos por direitos de copyright. Os autores sugerem que os dados devem ser guardados com terceiros em lugares onde não haja jurisdição legal sobre as informações (BORGATTI, MOLINA, 2003, p. 343), ou que, no limite, os dados sejam apagados ao término da pesquisa.

apresentação. Nas palavras do autor, ressoa a avaliação dos voluntários do CMI com relação à pesquisa e a ARS:

the truth is that neither science nor humanity in the abstract is the beneficiary in academic research. Rather, the investigators are the beneficiaries: their ego, prestige, science citation index and/or salaries are at stake. Those who teach may gain the added advantage of live example for their classes. (...) We are the prime beneficiaries (KADUSHIN, 2005, p. 151)²⁶.

A sugestão final que os autores oferecem para quem se propõe a trabalhar com a ARS e evitar danos indesejáveis às organizações ou aos informantes da pesquisa é: evitar pesquisar grupos que envolvem vítimas e que sofram perseguição política, considerando, acima de tudo, os valores colocados pelo grupo alvo (BORGATTI, MOLINA, 2003, p. 347).

²⁶ Apesar de parecer um ataque contra o discurso sobre a objetividade científica, o autor ressalta que não tem a intenção de fazê-lo. Não é a sua intenção entrar no debate sobre o papel e os benefícios da ciência, mas colocar o tema da ARS no seu devido contexto. O autor afirma que a ARS tornou-se vítima do seu próprio sucesso, que a coleta de nomes, datas e lugares tornou-se uma indústria em nome da ARS. Compartilho, desde a minha experiência de pesquisa de campo, das críticas do autor.

CAPÍTULO 2

Indymedia: oportunidade política na rede mundial de computadores

“Odeia a Mídia? Seja a Mídia!”

Master frame do Centro de Mídia Independente

Neste capítulo seguiremos o pressuposto de que os meios de comunicação são recursos e estruturas de oportunidades para a construção de enquadramentos e estratégias de ação na disputa política. Através da leitura dos teóricos dos movimentos sociais sobre os modelos de organização e funcionamento dos meios de comunicação de massa, ressaltaremos as relações entre esses meios e os sistemas político e econômico, assim como o distanciamento das questões e pontos de vista dos movimentos sociais. A Internet surge nessa configuração de relação de poder entre mídia de massa e movimentos sociais como um recurso e oportunidade política para os movimentos se organizarem, potencializando a capacidade de circulação de informações e testemunhos de indivíduos e grupos sociais. Para tanto, faremos uma descrição sobre os pressupostos da comunicação distribuída, através da rede mundial de computadores, suas alteridades com os meios de comunicação de massa, a organização em rede dos movimentos sociais e as ferramentas que possibilitam a emergência de novas oportunidades de ação política na Internet, tendo como objeto empírico a rede Indymedia.

2.1. Indymedia

Seattle, 1999, dezenas de milhares de manifestantes, movimentos sociais e ativistas das mais diversas áreas ocupam as ruas da cidade e conseguem inviabilizar a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ali, o que se batizou de “Movimento dos movimentos”, uma convergência plural e em grande parte autonomista, conseguiu visibilidade global e trouxe à tona o que se desenvolvia de forma emergente - uma nova forma de organização horizontal e descentralizada, estruturada em rede, pluralista e de grande poder de alcance e mobilização, com funcionamento a várias escalas (da local à global).

O "surgimento" de uma nova resistência na esfera política mundial, que tem como grande referência o levante do Exército Zapatista no México em 1994, pode ser considerado conseqüência da junção de novas interpretações e possibilidades de ação coletiva advindas da utilização e apropriação de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que potencializou o uso destas ferramentas pelos movimentos sociais em vários lugares do mundo, obtendo resultados positivos no processo de transformação social.

A rede Indymedia nasceu dessa convergência de ativistas, projetos e produtores independentes de mídia, que se reuniram para fazer uma cobertura diferenciada dos eventos de Seattle e que, desde então, se caracteriza como uma forma de romper com o monopólio midiático e também como fonte de notícias e informação alternativa. A rede Indymedia²⁷ está organizada em torno de coletivos nacionais e locais comprometidos em promover e sustentar a democratização dos meios de produção e distribuição de informação e material midiático, de forma livre e aberta, através da apropriação dos recursos tecnológicos e das novas mídias de comunicação.

A rede propõe romper com o entendimento de que os meios de comunicação de massa e a produção de notícias sejam um terreno onde se prevalece a técnica profissional e o domínio

²⁷ Indymedia é o nome global para Centro de Mídia Independente, como é chamado no Brasil. O uso da expressão *rede Indymedia* ressalta que o projeto está organizado em rede, não tem uma organização centralizada e homogênea. Farei o uso indistinto dos termos *rede Indymedia* e Centro de Mídia Independente.

estrutural financeiro de alguns sobre os demais, incentivando e gerando possibilidades técnicas para que indivíduos e movimentos sociais tenham um espaço de convergência e troca de informações, conhecimento, experiências ou criação de laços e organização de forma autônoma.

É nossa intenção como um movimento de mídia criar esta estrutura, de forma que por um lado tenhamos coletivos locais espalhados por todo o mundo e autônomos em suas decisões, e por outro lado sejamos unidos em uma organização de rede que permita a colaboração em um nível anteriormente restrito ao Estado e a interesses corporativos. Nossa habilidade em criar estruturas descentralizadas definirá quando esta rede poderá efetivamente desafiar sistemas abusivos de poder. Nossa habilidade em sermos flexíveis e simultaneamente unidos tem se provado efetiva com o passar do tempo.²⁸

A rede Indymedia se declara uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários/as, que busca garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social possam publicar sua própria versão dos fatos. Ao se declarar uma mídia *independente* o projeto Indymedia afirma sua proposta política: independente dos interesses econômicos que dominam o campo das mídias de massa propõe romper com a relação *espectador passivo* das notícias como produtos finais. O termo *anticapitalista* contrapõe-se ao pressuposto da neutralidade dos meios de comunicação de massa, pois explicita que o tipo de comunicação proposta pelo projeto, não se propõe a ser neutra ou objetiva, mas "deixar claro o ponto-de-vista de onde se fala: o dos movimentos sociais".

Apropriando-se das tecnologias da informação e comunicação como instrumentos de seu ativismo e de sua auto-organização, a rede Indymedia tornou-se um exemplo de organização em rede: descentralizada, autônoma e difusa. Conta com uma rede de voluntários por todo o mundo, que elabora e compartilha ferramentas de comunicação para o empoderamento de grupos e movimentos sociais, e estimulam a produção de notícias e informações independentes, apropriando-se dos recursos tecnológicos e de comunicação sustentados pela rede.

²⁸ **A rede CMI Brasil – Teoria e Prática.** Centro de Mídia Independente. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270494.shtml>>.

Acreditamos que dessa maneira estaremos rompendo o papel de espectador(a) passivo/a e transformando a prática midiática. Para isso, o sítio do CMI funciona com um mecanismo de publicação aberta e automática, colocando no ar notícias, artigos, comentários, fotos, áudios e vídeos. Esse mecanismo rompe com a mediação do/a jornalista profissional e com a interferência de editores/as no conteúdo das matérias.²⁹

2.2. *Mídia e Movimentos Sociais*

A emergência da Internet teve um efeito significativo em muitos aspectos da sociedade. Uma área específica de crescimento nos anos recentes tem sido a utilização das tecnologias de comunicação e informação pelos movimentos sociais. Mesmo considerando as diferenças econômicas e sociais de acesso e uso das ferramentas digitais de comunicação, é indiscutível o amplo uso da Internet na organização e na ação dos movimentos sociais, nos últimos anos. Castells (2003) refere-se à Internet como uma ferramenta de comunicação (privada, pública e mediadora) para a organização e motivação para a ação política dos movimentos sociais. A Internet possibilita a publicação e armazenamento de informação, espaço de diálogo e debate ou canal para influenciar as tomadas de decisão de instituições políticas em nível mais geral.

O poder, cada vez mais, na sociedade que se convencionou chamar de *pós-industrial*, está se tornando o poder de informar, confrontar significados e criar visões aceitas como realidade. A capacidade de criar verdades e contestar fatos sobre a realidade é o que se convencionou chamar, na teoria dos movimentos sociais, de *processo de enquadramento*. O enquadramento, enquanto teoria e tática dos movimentos, é definido como um esquema interpretativo que condensa e simplifica o mundo, destacando objetos, sujeitos, situações e eventos que orientam e justificam as

²⁹ Sobre o Centro de Mídia Independente. **Centro de Mídia Independente**. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>.

demandas e ações sociais dos movimentos (SNOW, 2003). Os poderes de nomear e emoldurar a realidade são sujeito à mediação dos *medias* (mídia) que estruturam e organizam as relações de poder na sociedade (GAMSON, MEYER, 1996). E as novas tecnologias de comunicação, principalmente a Internet, tem tido um papel cada vez mais importante nesse processo, permitindo a ação e a auto-representação dos movimentos sociais, ou seja, a produção de fatos da realidade condizentes com as demandas e os pontos de vista dos movimentos sociais.

Assumindo o papel central de mediadores entre os processos políticos, além é claro de canais de entretenimento, os *media* tornaram-se *arenas* aonde ocorrem disputas de hegemonia dos processos políticos contestatórios. Se no espaço público de vivência cotidiana e direta dos movimentos sociais e os indivíduos, estes disputam a atenção com outras organizações civis – outros movimentos, partidos políticos, igreja, ONGS – na formulação de uma opinião pública favorável às suas demandas, no espaço dominado pela hegemonia dos *media* existem padrões de controle e regulamentos que filtram e selecionam as notícias que serão veiculadas ou terão a visibilidade adequada para a formação de uma opinião pública ampla³⁰. Para Gamson (2006), pesquisador da relação entre mídia e movimentos sociais, o processo político é sustentado pelo efeito das mídias na esfera da ação, que envolvem indivíduos e grupos sociais que participam ou se mantêm à parte das contestações políticas. Nessa relação em que a mídia tem um papel fundamental de influencia na tomada de decisão de ação dos indivíduos, aparecem os espectadores passivos dos processos políticos, que não participam nem influenciam direta e ativamente o curso dos processos políticos, mas apóiam, legitimam ou contestam através das declarações das suas opiniões, conformada com a construção da realidade emitida pelas mídias de massa, o que convém chamar de uma *opinião pública* (idem, 2006, p. 245). No entanto, como ressalta Gamson, nem todos os espectadores serão sempre passivos, e segundo as oportunidades políticas, os espectadores passam a ter o papel ativo da definição do jogo político.

³⁰ Esses filtros são reconhecidos pelo papel exercido pelo *gatekeeper*, traduzido como *porteiros*, os que selecionam, permitem ou bloqueiam a passagem de das notícias em um meio de comunicação.

Gamson considera que a estrutura da mídia é fundamental na orientação estratégica dos movimentos sociais e na tomada de partido dos indivíduos para se juntarem às ações coletivas, principalmente no que diz respeito a produção e difusão dos enquadramentos dos movimentos sociais para o grande público. As mídias em geral, nesse sentido, se tornaram espaços de disputas para a difusão de concepções, visões de mundo, *verdades* e versões sobre os diversos fatos políticos

the mass media are not simply a site that an observer can use to assess relative success or failure in cultural contests. They are not merely an indicator of broader cultural changes in the civil society but they also spread changes in language use and political consciousness to the workplace and other settings in which people go about the public part of their daily lives. When a social movement challenges a cultural code, a change in the media arena both signals and spread the change. (GAMSON, 2006, p. 243)

Contudo, em se tratando do modelo de emissão de informação *broadcast* (um para muitos) e da organização e caráter comercial das mídias de massa, é importante salientar alguns pontos que a tornam deficiente na promoção da transformação social, *vis a vis* às demandas dos movimentos sociais. O pressuposto da deficiência do modelo da mídia comercial de massa é que o tempo e o espaço para a exposição de determinados assuntos nas mídias é limitado, enquanto o volume de fatos e eventos noticiáveis é extenso, exigindo assim filtros restritivos de seleção das notícias. Segundo McCarthy et al. (1996) existem algumas linhas gerais para explicar o pressuposto da seleção dos eventos e fatos noticiados pela mídia de massa. O primeiro deles é a *rotina dos noticiários*, os procedimentos modelos e regulares do trabalho jornalístico. As notícias “prontas”, os relatórios regulares sobre instituições e fatos do dia-a-dia, e a relevância das fontes, como os acontecimentos oficiais do governo, partidos políticos e trâmites institucionais são exemplos de fatos que ganham visibilidade e destaque rotineiramente nos meios de comunicação. Na perspectiva da produção relevante de notícias, os governos e suas instituições são as fontes ideais, pois são reconhecidamente legítimas, respeitadas, e a proximidade dos interesses políticos e

comerciais dos meios de comunicação com os Estados, resultam na centralização dos fatos e eventos oficiais que serão noticiados. De certo modo, os Estados também mantêm sua margem de pressão sobre as “regras” dos noticiários, incentivando ou repreendendo meios de comunicação que seguem ou desviam as regras estabelecidas (McCARTHY et al., 1996, p. 296). Conseqüentemente, sobra pouco espaço e a mínima visibilidade, desde o ponto de vista dos movimentos sociais, é garantida no processo de produção rotineira das notícias.

Para um evento ou fato se tornar notícia, esse deve passar pelo filtro dos repórteres e dos editores, responsáveis pelo material a ser veiculado nos meios de comunicação, que segue linhas pré-estabelecidas nas redações: os personagens devem ser publicamente reconhecidos e socialmente importantes, com influência econômica e política na formação de opinião, como por ou serem astros apoiados pelos meios de comunicação. Devem ser ainda exclusivos, excepcionais e cativar a emoção do público. Seguindo essas orientações, os eventos políticos para chamar a atenção dos grandes meios de comunicação devem ser conflituosos, envolver questões de grande comoção social ou manter a expectativa de que terá uma duração longa para sustentar a produção de novas matérias (idem, 1996, 297). Portanto, entendendo esse processo de produção de notícias, é que os movimentos sociais têm elaborado seus repertórios voltados para ações mais teatrais, lúdicos e carnavalescos, como as grandes marchas e passeatas, que mais parecem desfiles de blocos, exemplificados pelas aberturas dos grandes fóruns e encontros de movimentos sociais, como o Fórum Social Mundial. Mas também, e é necessário, os movimentos reproduzem repertórios mais radicais, com teores exaltados de violência que reforçam o caráter conflitivo dos protestos, como os saques e ataques a instituições, bancos, lojas que são reconhecidamente representantes da ordem econômica e política ao qual se opõem os movimentos, ganhando a atenção e repercussão nos meios de comunicação.

Outro ponto susceptível de crítica é a *hegemonia* do modelo corporativo capitalista de produção de notícias: os modelos dos meios de comunicação de massa agem rigorosamente visando o lucro (idem, 1996, 297). Nesse sentido, se espera que as agências e veículos de

comunicação sempre irão filtrar e moldar as notícias que não contraponham aos interesses comerciais e às expectativas de lucro dos seus patrocinadores. Portanto, chega a quase zero a expectativa de que alguma notícia ligada aos movimentos sociais seja veiculada, valorizando os enquadramentos destes, principalmente quando suas demandas e conflitos são voltados para uma reforma ou ruptura dos modelos hegemônicos que ameaçam a estrutura do Estados e dos interesses econômicos das elites.

A última linha que orienta os meios de comunicação atravessa todas as anteriores, é mais uma especulação que deve ser dirigida a estudos de casos em específico. O consenso em torno do que é interessante para os repórteres e editores, suas rotinas de produção, os interesses que envolvem o jogo político e econômico entre os proprietários dos veículos de comunicação com os Estados e patrocinadores, isolada ou conjuntamente, não definem o que os autores chamam de *ciclos de atenção da mídia*: o interesse acedente por um fato, a manutenção da cobertura através da exposição e apuração dos fatos por um período de tempo até sua decrescente perda de interesse:

In competitive markets, news producers compete for ratings and circulation, which ultimately affect profits. Since the consumers of the news may lose interest in a story, one part of the issue-attention cycle relates to news producers' perceptions of their audience's interests. (idem, 1996, 298)

Desde finais do século XIX, e durante todo o século XX, principalmente no pós Segunda Guerra, o modelo democrático esteve respaldado nos meios de comunicação de massa, enquanto espaços de comunicação e difusão de informação entre os governantes e os cidadãos. A princípio eram os jornais impressos e os rádios, posteriormente, a televisão os responsáveis por manter os cidadãos informados sobre os processos políticos, e em função disso, mediar os debates entre os lados opostos. Se nos regimes autoritários os meios de comunicação estavam sob total controle dos governos, nos Estados democráticos os meios de comunicação de massa combinaram diversos

arranjos de propriedade, como apontado acima: meios de comunicação subordinados ao Estado, como rádios e TV estatais, concessões de rádio e TV para o setor privado, que alimentou um mercado competitivo por leitores e espectadores, sustentados e dependentes dos seus patrocinadores que usam o tempo e o espaço nos meios de comunicação para promover e vender seus produtos.

O problema do modelo organizacional das mídias de massa pautado na dependência dos subsídios governamentais, por um lado, e pelos patrocinadores que buscam o lucro e a defesa de interesses econômicos, por outro, está, segundo Benkler (2006), no poder concentrado dos proprietários desses meios em definir os fatos, apurarem os materiais, organizarem a sua apresentação e a apontar quem irá debatê-los e qual o formato. Benkler define a concentração do poder dos proprietários das mídias de massa como *efeito Berlusconi* (idem, 2006, p. 201), em referência ao primeiro ministro italiano dono da maior rede de meios de comunicação na Itália.

The degree of concentration in media markets supports the proposition that owners of media can either power over the programming they provide or what they write, or sell their power over programming to those who would like to shape opinions. (idem, 2006, p. 203)

Um dos trabalhos do ativismo e produção independente do CMI, que ganhou visibilidade internacional na rede Indymedia, foi a cobertura e atualização dos fatos durante a desocupação do Parque Oeste Industrial, na cidade de Goiânia. Tal evento, que propus originalmente ter como estudo de caso, endossa empiricamente a análise teórica da relação entre mídia e movimentos sociais e as críticas dos autores sobre o modelo dos meios de comunicação de massa. Desde o primeiro momento, os grandes jornais locais de Goiânia reportavam as notícias sobre a ocupação do Real Conquista a partir dos pontos de vistas das autoridades políticas e judiciais locais, visando conformar uma opinião pública que legitimasse a operação de desocupação, criminalizando as famílias que vivem há 4 anos no bairro. Contudo, voluntários do CMI Goiânia se colocaram a frente

para *re-enquadrar* os fatos desde os pontos de vista e dos acontecimentos dentro da ocupação. Atualizando fotos, vídeos e áudios de entrevistas realizados com os moradores do residencial Parque Oeste Industrial no site do CMI Brasil (www.midiaindependente.org), o CMI se tornou um dos principais meios de informação credenciados e legitimados, que gerou uma guerra de informação, ou de enquadramento, contra as informações veiculadas pelos grandes jornais.

Logo após a operação de desocupação, um dos jornais de maior circulação da cidade veiculou uma matéria, com a seguinte chamada: “Boatos pela Internet”³¹. O texto da reportagem, curto, porém incisivo na sua proposta de contra argumentar a legitimidade adquirida pelo CMI na divulgação das imagens e da violência policial durante a desocupação, afirma:

O Centro de Mídia Independente (CMI) é o principal órgão divulgador de boatos e fatos inverídicos sobre a desocupação do Residencial Sonho Real. O Diário da Manhã teve acesso a documentos confidenciais da polícia que mostram a distorção de fatos e promoção de histórias absurdas através do www.midiaindependente.org.

No site, a organização divulga boatos diversos, alguns até macabros, como de corpos enterrados na ocupação. Também afirma que “setores da esquerda em Goiás estão dando ajuda financeira ao movimento dos sem-teto e até material humano para a resistência”.

Além do uso da internet, o CMI distribui panfletos e prega cartazes em postes e muros sobre o assunto, fato que só aumentou a tensão entre moradores da invasão e a própria polícia. O Centro de Mídia também conclama a população a apoiar a causa e divulgar as tais “atrocidades”.

A tentativa de criminalizar o trabalho do CMI, em oposição à legitimidade e autoridade dos grandes meios de comunicação na divulgação dos fatos da desocupação, deixa clara a guerra de informação e de enquadramentos da realidade, possibilitado principalmente pelo uso e difusão de notícias pelo site do CMI na Internet. Em um email, um voluntário do CMI conclama a rede a apoiá-los, em Goiânia: “Pessoal, a coisa *tá* tomando proporções perigosas aqui e vamos precisar do

³¹ **Boatos pela Internet.** Diário da Manhã, 19 de fevereiro de 2005.

máximo de apoio. A guerra foi declarada e não queremos abandonar nosso posto”³². Em seguida, o CMI elabora uma carta de direito de resposta para o Diário da Manhã, na qual reafirma seus objetivos e valores de trabalho no site do Centro de Mídia Independente.

Na edição deste sábado, dia 19 de fevereiro de 2005, do jornal Diário da Manhã, um periódico da cidade de Goiânia, foi veiculada matéria de capa com o título “História Secreta do Sonho Real”, embasada em documentos produzidos pelo serviço de inteligência da Polícia Militar de Goiás. Nesta matéria o jornal apresenta graves acusações contra lideranças do movimento por moradia da ocupação Sonho Real, contra parlamentares e contra o Centro de Mídia Independente (CMI).

As lideranças são acusadas de tramar a morte de autoridades, como o governador do estado e o prefeito da cidade. Os parlamentares são acusados de incentivar a violência e a resistência contra as propostas de negociação do governo; e o CMI aparece como sendo o maior divulgador de boatos e notícias inverídicas. São acusações sérias e que o jornal apresenta como a realidade dos fatos. Isso não é verdade e queremos aqui fazer alguns esclarecimentos no que concerne às acusações feitas ao CMI.

Somos uma rede de coletivos que trabalham em busca da democratização dos meios de comunicação, buscando a construção de uma sociedade justa e igualitária. Em nossa página as matérias postadas na coluna central são responsabilidade do coletivo editorial do CMI. Possuímos também uma coluna de publicação aberta, regulada por uma política editorial. Nesta coluna colaboram diversas entidades, grupos e indivíduos, sendo que não somos responsáveis pelo conteúdo destas publicações e sim os autores dos artigos e notícias. Também faz parte de nossos princípios éticos como organização não possuir vínculos com o poder estatal, com siglas partidárias e empresas privadas.

Reafirmando o caráter de *independência* do projeto CMI com os vínculos e dependências governamentais e econômicas, a carta é explícita na sua defesa do compromisso com os moradores do Parque Oeste Industrial, e apontam os culpados pelas mortes e a violência da polícia contra a população:

Nosso trabalho é independente destes interesses, diferentemente da mídia local, atrelada principalmente às instituições do estado por dependerem financeiramente

³² **Resposta ao Diário da Manhã.** Lista de e-mail CMI-Brasil-Rede. 19 de fevereiro de 2005.

destas para se sustentarem, já que é fato notório que a verba publicitária privada arrecadada por essas empresas de comunicação é insuficiente para torná-las economicamente sustentáveis.

Fomos acusados de distribuir panfletos e jornais de muro, que teriam acirrado a tensão entre os moradores e a polícia. Isso não é verdade. Não distribuimos nenhum tipo de panfleto assinado em nosso nome. Divulgamos sim nosso jornal de muro, que procurava informar e mostrar uma visão diferente dos fatos apresentados pela imprensa local, que procurava criminalizar o movimento por moradia. Quem realmente acirrou os ânimos foi a PM goiana com as ações ilegais de intimidação durante as noites que precederam a desocupação.

Causa estranhamento que um jornal como o Diário da Manhã, que se diz tão comprometido com a veiculação da verdade, não tenha questionado o fato de a Polícia Militar ter afastado a imprensa no momento da desocupação da área no Pq. Oeste Industrial, e não ter permitido o acompanhamento da ação como vinha sendo anunciado pela Secretaria de Segurança Pública³³.

2.3. Mídia e Oportunidade política

No debate teórico e analítico dos movimentos sociais, o conceito de *oportunidade política* (OP), é extremamente importante para a compreensão das ações coletivas e das transformações e adaptações dos movimentos sociais. A oportunidade política pode estar relacionada com o contexto político, o equilíbrio ou a crise dos Estados, que possibilitam *caminhos* para que os atores alcancem seus objetivos utilizando os recursos disponíveis para a ação política, desde a abertura do sistema político para eleições até os golpes políticos, ou o uso estratégico de recursos materiais dantes alienados dos grupos sociais políticos.

O conceito de OP é desenvolvido por Sidney Tarrow (1998) para demonstrar quando e onde as ações coletivas acontecem. Segue o pressuposto de que: a contestação política aumenta à medida que os indivíduos e grupos têm maior acesso aos recursos externos para romper com suas conformidades: “quando o acesso institucional se abre as diferenças entre as elites aparecem,

³³ Resposta ao Diário da Manhã. Lista de e-mail CMI-Brasil-Rede. 21 de fevereiro de 2005.

aliados e opositores despontam em cena, os Estados agem repressivamente ou suas capacidades de repressão declinam e os indivíduos e grupos elaboram recursos e repertórios que aumentam sua eficiência de ação (TARROW, 1998, p. 71).

By the concept of political opportunity, I mean consistent – but not necessarily formal or permanent – dimensions of the political environment that provide incentives for collective action by affecting people’s expectations for success or failure. Compared with theorists of resource mobilization, with whom they are often confused, writers in the political opportunity tradition emphasize the mobilization of resources *external* to the group. They also, for the most part, emphasize elements of opportunity that are *perceived* by insurgents – for structural changes that are not experienced can hardly be expected to affect people’s behavior, except indirectly. (TARROW, 1998, p. 77)

Gamson e Meyer (1996) ressaltam que o conceito de oportunidade política tem se tornando um conceito abrangente, que absorve todos os tipos de análises e variáveis do ambiente em que os movimentos sociais se encontram: cultura política, instituições, balança de poder, crises, alianças políticas. Parte desse problema está no uso do conceito de oportunidade política indistintamente quando se busca explicar a emergência e a influência dos movimentos sociais ou comparar as dinâmicas de movimentos sociais em contextos políticos distintos. Se o conceito é tão amplo e possibilita o seu uso indistinto, é necessário que se explique a proposta do para o seu uso (idem, 1996, p. 275).

Os movimentos estão em constante atividade para criar oportunidades políticas para a ação e efetivação de seus objetivos, podendo aproveitar oportunidades abertas pelos seus predecessores ou criar novas *aberturas* para ações coletivas do futuro. O conceito de oportunidade política, para reforçar sua validade analítica, necessita de outros conceitos que nos ajudam a fundamentar as estratégias e operações dos movimentos, como o é as *estruturas de oportunidade política*: um conjunto de esquemas e recursos que fortalece e impulsiona as ações sociais, e que tende a ser reproduzida por outros atores (idem, 1996, 282).

A elaboração das estruturas de oportunidade política agrega para o conceito de OP o conceito de repertório de ação coletiva: *esquemas* culturais que os indivíduos e grupos *usam* quando engajados em ações coletivas de protesto (TARROW, 1998, p. 30). Ao expandir o conceito de OP através dos repertórios de ação, ou *kits culturais* (WILLIAMS, 2006, p. 96), abre-se um viés interpretativo culturalista que permite entender como os movimentos compreendem o seu ambiente e os recursos disponíveis para elaborarem e colocarem em prática suas campanhas e ações coletivas. Os recursos, por sua vez, são as ferramentas materiais, mas, culturais também, que podem ser atualizadas para o aumento ou a manutenção do poder de ação de determinado grupo, quando estes têm acesso e os usam de maneira estratégica³⁴.

Oliver e Marwell (1992) conceituam os métodos e estratégias de ação coletiva dos movimentos sociais, frente às estruturas de oportunidade política, como *tecnologias de ação*: conjunto de conhecimentos sobre como se fazer uma determinada ação e quais as suas conseqüências (idem, 1992, p. 255). Os conceitos de repertório de ação e estruturas de oportunidade política buscam combinar a escolha (racional) com as opções estruturais para a ação, abrindo o campo para a compreensão da agência e das tomadas de decisões estratégicas, enquanto reconhece que as circunstâncias históricas e culturais circunscrevem a disponibilidade e a oportunidade de acesso a recursos para a ação política, mesmo que o acesso a alguns recursos sejam privilégios para grupos distintos (WILLIAMS, 2006, p. 96).

O campo no qual *as vozes* dos movimentos sociais podem ser ouvidas é o discurso público, e esse campo sempre é visto como produto das mídias. A mídia se tornou, portanto, um recurso fundamental na disputa política e na estruturação da dinâmica das estratégias de ação dos movimentos sociais. Nesse ponto, o pressuposto da neutralidade da mídia pode ser criticado, pois como um canal potencializador de discursos previamente selecionados, o discurso nunca é

³⁴ Este enfoque nos recursos materiais é análogo à abordagem da teoria da mobilização de recursos, que tem como linha de investigação a emergência e o sucesso dos movimentos sociais através da investigação dos recursos materiais, humanos e financeiros: número de membros, dinheiro, vias de sustentação e outros recursos materiais, sendo relevante fatores e recursos específicos para cada movimento.

somente um dado, mas um produto resultante de um complexo jogo de interações, no qual intervêm os objetivos e interesses de grupos de poder políticos e financeiros (MELUCCI, 2001, 144). O papel da mídia de massa tem sido favorecer a representação e a difusão de mensagens de grupos privilegiados, em detrimento dos grupos sociais menos favorecidos material e culturalmente no jogo político.

A informação torna-se um recurso fundamental e serve ao poder como elemento de manipulação no campo simbólico. Na sociedade da informação o efeito comunicador é incomensurável, e tornam-se imprevisíveis quando bem trabalhada pelos movimentos sociais. A ação para modificar os modos de construção da realidade não depende mais unicamente da força material e força física, mas está no poder de nomear, colocar em ato a redefinição dos discursos públicos.

Mass media are a component of political opportunity structure that has both structural and dynamic elements. Ownership and consumption patterns of media, as well as their relation to the state and political parties, are relatively stable and generally beyond the scope of movement claims. At the same time, the content of news coverage and entertainment writing and programming are far more dynamic, and may dramatically influence the prospects for the mobilization of challenging claims and movements. (GAMSON, MEYER, 1996, p. 287)

No entanto, a centralidade dos meios de comunicação de massa na estruturação do discurso público, com todas as características que tornam o seu modelo e sistema críticos – centralização, comunicação unidirecional, alto custo de produção, impossibilidade de produção e difusão de informações originários dos receptores – vem sofrendo seu revés com o advento da comunicação em rede na Internet, através da qual os movimentos podem inventar novas estruturas de comunicação e convergência de informação que tornam reais as suas palavras. A breve descrição do evento de Goiânia, no qual o CMI foi o propulsor e promotor das demandas que criminalizaram o Estado de Goiás por uso excessivo de violência e violação dos direitos

humanos, exemplifica como a comunicação em rede na Internet potencializa os discursos e a visibilidade de um movimento social.

2.4. Internet: nova oportunidade política

Castells quando escreve sobre os movimentos sociais e o uso da Internet, postula que os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet e que o ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que “a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2003, p. 114).

A Internet permite que os indivíduos e grupos abandonem a idéia da comunicação e difusão de informações como um sistema centralizado de comunicação, baseado no modelo de produção e consumo de informações, enquanto produtos de mercado, produzidos por um pequeno grupo de especialistas e profissionais legitimados - os jornalistas, os redatores – considerados como *a mídia*, isentos de valores e parciais na produção das informações. Oposta a prática da produção centralizada e especializada, a Internet permite a produção da informação, a sua comunicação e difusão orientada pelo pressuposto da prática social pautada pela construção coletiva da informação.

A Internet oferece facilidades e oportunidades para grupos e organizações romperem estruturas convencionais de poder. Intrínseco a esse poder facilitador de oportunidades políticas está a sua lógica de comunicação e arquitetura da rede distribuída, que oferece um modelo de comunicação aberta entre todos, sob o padrão técnico de protocolos TCP/IP, o qual não permite a existência de um centro de controle sobre o fluxo de comunicação e a valorização da comunicação entre todos os *pontos* envolvidos na comunicação. Há poucas dúvidas de que a Internet representa uma transformação radical na nossa realidade econômica, política e cultural, principalmente pela

popularização do acesso à rede, tornado-a uma tecnologia potencialmente *subversiva* das estruturas de controle e mediação política e econômica.

Contudo, é importante frisar a história da origem da Internet, para entendermos como a sua arquitetura e princípios originais sustentam os pressupostos da liberdade e oportunidade para a comunicação independente na rede. A Internet teve origem em pesquisas militares do departamento de defesa dos EUA, que criou a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) para o desenvolvimento de um sistema de troca de pacotes de informação que permitia a comunicação entre computadores em rede. A ARPANET, como ficou conhecida essa primeira rede, começou a operar em 1969, e conectava as universidades e laboratórios responsáveis pelas pesquisas financiadas pelo departamento de defesa americano. Apesar do financiamento e os fins político-militares para a tecnologia de comunicação através de redes de computadores, o desenvolvimento da rede foi influenciada pela cultura acadêmica e pelo contexto político da contracultura dos anos 60³⁵.

Apesar dos usos primários da rede ser restritos aos pesquisadores ligados ao projeto da ARPA, que sem o financiamento do governo dos EUA não teriam condições de criar a rede, seus responsáveis sempre estiveram orientados para a construção de um sistema mais amplo, voltado para o uso coletivo e colaborativo que nada tinha a ver com a encomenda da estratégia militar (CASTELLS, 2003, MARKOFF, 2005). O quadro de pesquisadores era formado por cientistas, professores, alunos de pós-graduação, amigos e curiosos que utilizavam os recursos disponíveis para satisfazer a criatividade numa atmosfera totalmente relaxada do ponto de vista da

³⁵ Veremos no capítulo seguinte as implicações políticas e culturais, representadas pela cultura hacker, que teve origem no início do desenvolvimento e influenciou a Internet como um todo. Para quem quiser conhecer mais sobre o impacto cultural e político que imperava no contexto dos anos 69-70 nos *campi* universitários americanos, ver: MARKOFF (2005). O livro detalha os primórdios do desenvolvimento dos computadores pessoais através de histórias e fatos que ilustram o contexto político-cultural da contracultura que enquadrou as experiências dos pesquisadores, estudantes, ativistas e curiosos que colaboraram para o surgimento dos computadores e a rede de comunicação.

segurança³⁶. O sonho era transformar o mundo, dar às pessoas o poder através do uso dos computadores. Um dos pensadores e ideólogos da Internet para o empoderamento do social, através da apropriação das tecnologias que se desenvolveram desde há quatro décadas, Stewart Brand afirma categoricamente que a revolução das tecnologias é fruto da contracultura, e que nós devemos tudo aos *hippies*: “esqueçam os protestos anti-guerra, Woodstock, os cabelo cumpridos. O verdadeiro legado dos anos 60 é a revolução computacional” (TURNER, 2006).

A seguir veremos a descrição técnica da rede mundial de computadores, como uma rede distribuída de comunicação, e tentaremos aproximar a sua qualidade às novas oportunidades para a organização e ação dos movimentos sociais.

2.4.1. Internet e a arquitetura distribuída de comunicação

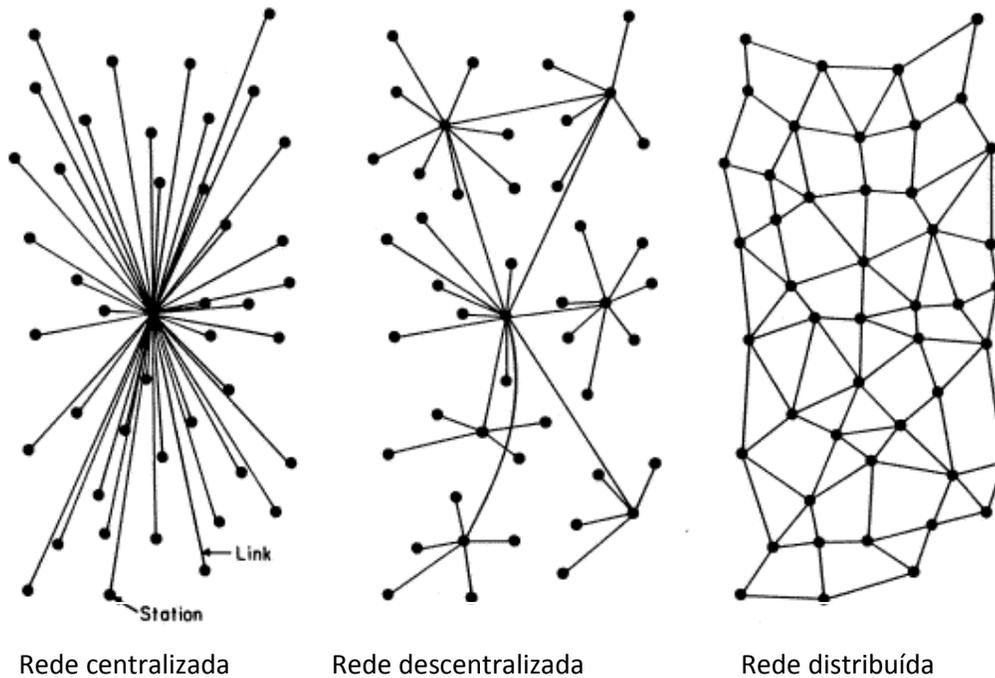
A Internet é popularmente conhecida como uma rede de computadores, mas a sua melhor definição seria “uma rede global de redes de computadores”. O tipo de comunicação existente na Internet é realizado através da arquitetura da sua rede que pode ser entendida através dos procedimentos usados para a troca e a comunicação entre seus *pontos* ou *nós*. Ela pode ser decomposta em dois elementos: os protocolos, as regras e padrões que trazem os procedimentos de comunicação, e a sua topologia da rede. Para compreender a Internet enquanto estrutura de oportunidade política para os movimentos sociais, ressaltaremos a sua topologia, para em seguida destacar os efeitos da rede sobre as relações de poder na sociedade informacional.

³⁶ Esse aspecto da liberdade não nega o contrato e os interesses militares por trás da ARPANET. Mas é um aspecto relevante para fundamentar o que veio a ser a Internet nos dias de hoje e olhar para os horizontes sobre o seu futuro.

Quando Paul Baran escreveu seu relatório “*On distributed communication: introduction to distributed communication networks*” (1964)³⁷, ele prestava contas do desenvolvimento de uma tecnologia que permitisse uma rede de comunicação segura contra possíveis ataques de inimigos aos sistemas de comunicação dos EUA. Naquele tempo só existiam dois modelos de comunicação: centralizado e descentralizado. Em uma rede centralizada todos os nós são conectados diretamente e somente a um *centro* ou *roteador central*. Todos os dados são enviados a partir de um nó individual para o centro e, em seguida, encaminhado ao seu destino. Se o centro é destruído ou não está funcionando de forma eficaz toda a comunicação é cortada. Se a rota entre o nó e o centro é destruída ou não funciona, esse nó fica isolado e perde a comunicação. A rede descentralizada, por sua vez, usa vários nós centralizados, ou várias pequenas redes centralizadas e unidas. Contudo, cada nó individualizado é ainda dependente do bom funcionamento do seu centro, e para a comunicação entre os nós.

Baran, portanto, ofereceu uma terceira saída: uma rede de distribuição da comunicação que permitia várias centenas de estações de comunicação independentes para falar um com o outro, mesmo depois de um ataque inimigo. Essa rede distribuída proposta por Baran não tinha como pressuposto a centralização, ou seja, cada nó estaria ligado aos vários nós vizinhos independentemente de outro nó. Portanto, cada nó poderia estabelecer suas rotas sem necessitar de uma *ponte* ou intermediário, que centralizasse a informação para depois enviá-la. Assim, se uma ligação ou nó vizinho fosse destruído, a comunicação não seria interrompida caso ou impossibilitada para os outros nós da rede. Abaixo visualizamos a ilustração dos modelos de rede de comunicação, proposto por Baran, e em seguida faremos a referência com os modelos de comunicação de massa e a comunicação distribuída na Internet.

³⁷ BARAN, Paul. On distributed communication: introduction to distributed communication networks. RAND Memorandum, RM-3420-PR, August, 1964. RAND Corporation. Disponível em <http://www.rand.org/pubs/research_memoranda/RM3420/>.



A rede distribuída representa o padrão de comunicação que se estabelece com a difusão da Internet contemporânea, e nos ajuda a pensar como esse modelo tem efeitos na produção de novas tecnologias de ação coletiva pelos movimentos sociais.

Como exposto acima, a mídia de massa pode tanto ser representada pela rede centralizada, quanto pela rede descentralizada. Toda a mídia de massa, por princípio, é centralizada, como o é a rede descentralizada – ainda que de maneira menos centralizada, depende da intermediação de nós centralizados para que uma mensagem chegue aos seus destinos finais. Pensemos nos modelos de meios de comunicação – rádio, televisão ou impresso – que tem como público apenas a população local: a produção da notícia e sua difusão são centralizadas em um ponto (o jornal responsável pela produção e emissão). Para que as pessoas sejam informadas elas dependem desse emissor central, e qualquer possibilidade de retro-comunicação dependerá do mesmo meio (rádio, televisão, jornal impresso) e da emissão centralizada para atingir o número de massa de indivíduos, da comunicação original. A descentralização da rede se baseia no modo da reprodução

das notícias locais através de outros centros de emissão de informação geograficamente distribuídos, como as agências internacionais, as agências locais de reprodução de notícias ou filiais das grandes emissoras, que, entretanto, acaba reproduzindo o modelo de comunicação de massa: emissão unidirecional para um público, instrumentalmente impossibilitado de atingir potencialmente o mesmo número de receptores que os veículos de massa.

Mas qual o efeito político de uma rede distribuída, baseada no uso da Internet, frente a uma rede descentralizada?

A rede descentralizada, ainda que mais elaborada que a centralização em um nó emissor, ainda reproduz o controle e os filtros das mídias de massa, e permitem que os interesses políticos e econômicos influenciem e condicionem os cidadãos através dos produtos noticiados pela mídia. O modelo da rede distribuída da Internet, se devidamente utilizada pelos indivíduos, grupos e movimentos sociais oferecem a eles a oportunidade de estar em contato, de acessar as informações e trocar mensagens diretamente uns com os outros. Na rede distribuída cada nó é responsável por si, e não depende de outros nós para que uma mensagem ou informação seja enviada ou acessada, quebrando a barreira de filtros intermediários³⁸.

Para David de Ugarte (2008) comparar uma rede descentralizada a uma distribuída, é como pensar no modelo de democracia representativa ao modelo de democracia deliberativa direta:

Estamos tão acostumados a viver em redes de poder descentralizadas, que confundimos a organização da representação com a organização da ação coletiva. A perversão da descentralização chegou a tal ponto que “democracia” transformou-se em sinônimo de eleição de representantes, isto é, nodos filtros. (UGARTE, 2008, p. 35)

³⁸ O modelo distribuído não permite o controle sobre um único ponto, com o objetivo de bloquear a comunicação entre todos os outros nós da rede.

Para Ugarte, no modelo de rede distribuída, qualquer que seja o tipo de hierarquia que exista – maior ou menor número de conexões de ou em uma rede – todos os nós, em princípio, formam “uma rede de iguais” (UGARTE, 2008, p. 35).

2.4.2. Emergência dos movimentos sociais em rede e a Internet

Castells, em fins da década de 90 escreveu uma trilogia sobre a emergência da sociedade em rede, e na conclusão do seu primeiro livro sentencia:

Nosso estudo sobre as estruturas sociais emergentes nos domínios da atividade e experiência humana leva a uma conclusão abrangente: como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. (CASTELLS, 1996, p. 497)

A definição de Castells de *rede* reforça a descrição técnica da rede de comunicação, nos modelos de Baran acima.

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se encontra. Concretamente, o que é um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos³⁹... A topologia definida por redes determina que a distância (ou

³⁹ Castells enumera uma série de instituições que concretamente representam um nó de uma rede: mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços, conselhos nacionais de ministros da União Européia, campos de plantação de drogas, refinarias e pistas de pouso para o tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro, os sistemas de meios de comunicação de massa. As redes dos movimentos sociais, por sua vez, são os grupos e outros movimentos que se manifestam apoio e solidariedade, financiam outros movimentos, participam das atividades organizadas pelos movimentos. No caso da rede Indymedia, os nós da rede são os próprios coletivos, os grupos e indivíduos que acessam e replicam as notícias dos sites da rede Indymedia, apoiadores e manifestantes das causas

intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais freqüente, ou mais intensa), se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede. Por sua vez, dentro de determinada rede os fluxos não tem nenhuma distancia, ou a mesma distância, entre os nós. ... Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (valores ou objetivos de desempenho). (CASTELLS, 1996, p. 498)

Os movimentos sociais, desde a década de 70, têm ganhado reconhecido interesse sob a perspectiva das redes sociais. Gerlach e Hine podem ser considerados os pioneiros ao lançar luz desde a perspectiva das redes sobre a organização dos movimentos sociais, ainda em fins dos anos 60. Os autores pesquisaram na época a organização dos movimentos ambientalistas e afirmam categoricamente que os movimentos sociais não eram centralizados nem burocráticos, mas apresentavam um novo modelo organizacional *em rede* (GERLACH, 2002, p. 311). O modelo proposto por Gerlach e Hine para os novos movimentos sociais era o SPIN (acrônimo para '*segmentary, polycephalous/policeentric, integrated in network*'): segmentado, policéfalos ou policêntricos e integrados em rede. Os autores definem como segmentados os movimentos formados por vários grupos, que crescem e morrem, se dividem e se fundem, proliferam ou se contraem; como policêntricos⁴⁰ os quem têm múltiplos líderes ou centros de influência; e

defendidas pelo Indymedia que atendem à chamada para uma ação de rua. Portanto, mapear a rede Indymedia, não seria uma tarefa simples, e por mais números de nós que encontrássemos essa rede seria uma simplificação da verdadeira rede Indymedia.

⁴⁰ Nos anos 70, quando Gerlach e Hine definiram os movimentos sociais como *policéfalos*, os autores entendiam que os movimentos eram dirigidos ou orientados por vários líderes que não se submetiam a uma hierarquia de mando. No entanto, desde os anos 80, e principalmente nos anos 90, o termo *policéfalo* foi substituído pelo termo *policêntrico*, porque os indivíduos passaram a afirmar que não têm líderes ou dirigentes, e negam qualquer liderança que exerça sua influencia através do domínio. O que passa a existir, como aponta Gerlach, é o surgimento de *centros de influência e direção*, sem que qualquer grupo ou indivíduo possa tomar decisões que afetem todos os grupos da organização (idem, 2002, p. 316-317). No caso da rede Indymedia, encontramos exatamente o que Gerlach descreve: cada coletivo é autônomo em suas decisões, e não estão submetidos a qualquer tomada de decisão centralizada da rede. As propostas e tomadas de decisão são tiradas em consenso pela rede após longos períodos de discussão.

integrados em rede por formarem redes difusas e reticuladas através de diversas ligações dos seus participantes, múltiplas filiações, duplicação de papéis, compartilhamento de idéias e propostas (idem, 2002, p. 311)⁴¹.

Melucci revê a teoria dos movimentos sociais à luz das transformações sociais e culturais, já considerando o impacto das redes sociais e os processos de comunicação e do valor da informação para os movimentos sociais. Para o autor, as mobilizações coletivas passaram a assumir formas organizativas que fogem às formas tradicionais da política, em especial no que diz respeito à atuação de instituições centralizadas e burocráticas, como os partidos e os sindicatos, para formar mais dinâmicas e flexíveis. Na definição de Melucci (2001), os movimentos sociais são

Redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Trata-se de uma transformação profunda do modelo organizativo que se apresenta como estrutura qualificante e específica das formas emergentes de conflito em sociedades de alta complexidade. Antes de tudo, observa-se a estrutura segmentada, reticular e policéfala. Trata-se de uma estrutura “submersa”, ou melhor, de latência; cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e pessoas; estas relações se tornam explícita somente em ocasiões de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido quotidiano. A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica da vida quotidiana. Existe um inter-relacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e a ação coletiva; a solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos seus membros, na sua existência quotidiana (MELUCCI, 2001, 97)

Os movimentos sociais em rede, como descritos por Gerlach & Hine e Melucci, apresentam nas suas formas organizativas seus pontos fortes e fracos. A força está no mobilizar solidariedades que nenhuma organização centralizada conseguiria em conjunto; permitir a flexibilidade e

⁴¹ No capítulo 4 veremos as conseqüências desse modelo organizacional para a política de polícia e segurança dos Estados nacionais, frente à investida dos novos movimentos e grupos terroristas organizados no modelo descrito e as novas tecnologias de comunicação.

imediatividade que organizações burocráticas também não conseguiriam assegurar; e ao fornecer canais de comunicação diretos que facilitam a circulação de informação, a apresentação dos problemas e soluções coletivas, que mantêm a coesão e o compromisso dos indivíduos e grupos com a rede. As fraquezas do modelo em rede estão na constante possibilidade de fragmentação; na dificuldade de manter objetivos, em longo prazo, sempre sujeitos aos inconstantes fluxos comunicacionais; dificuldade em lidar com os procedimentos mais burocratizados que caracterizam as ações institucionalizadas da política, como a elaboração e promoção de políticas públicas orientadas por órgão e instituições governamentais (idem, 2001, p. 98)

Dando eco aos conceitos e definições dos movimentos sociais em rede e as potencialidades das redes de comunicação que mantêm os movimentos em rede vivos, Keck e Sikkink (1998) advogam a favor das *redes transnacionais* dos movimentos sociais⁴², denominando-as de *estruturas de comunicação em rede* para influenciar os discursos, procedimentos e tomadas de decisão políticas em nível internacional. Como as redes transnacionais de promoção e defesas das questões sociais não se transformam em atores institucionais representativos, o seu poder está apenas na manipulação e nos repertórios estratégicos que valorizam a sua arquitetura de comunicação e mobilização distribuída das informações, idéias e estratégias coletivas para alterar e influenciar os valores e as práticas dos Estados⁴³ e instituições sociais.

⁴² Keck e Sikkink trabalham com o conceito de *redes transnacionais de advocacia*. As redes transnacionais de advocacia são redes mais amplas que agregam vários agentes da sociedade civil – movimentos sociais, ONGs, igrejas, media, instituições dos Estados e do mercado, fundações – para promover campanhas e defesas de interesses particulares sobre temas sociais e políticos – violação dos direitos humanos, ambientalismo, questões de gênero –, na tentativa de mudar visões de mundo e políticas sobre tais temas. As autoras destacam que tais redes de advocacia não são fenômenos recentes, mas existem desde as campanhas para a abolição da escravidão, no século XIX (idem, 1998, p. 08-12).

⁴³ “It’s no accident that so many advocacy networks address claims about rights in their campaigns. Governments are the primary “guarantors” of rights, but also their primary violators. When a government violates or refuses to recognize rights, individuals and domestic groups often have no recourse within domestic political or judicial arenas. They may seek international connections finally to express their concerns and even to protect their lives” (idem, 1998, p. 12).

A organização em rede, como descrito acima, tem facilitado a promoção de idéias e valores, de maneira rápida e com credibilidade, criando grande potencial político de transformação social através do fluxo distribuído de informação e comunicação entre os *nós* das redes. Os valores e compromissos dos indivíduos e grupos em alimentar as redes, com a produção e difusão de novas informações, reforçam os laços e mantêm os membros unidos. A organização em rede dos movimentos sociais também criou oportunidades para a efetivação das suas ações, através da troca descentralizada e distribuída de informações. As redes informais estruturadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação possibilitaram que mensagens e idéias, que por outros meios, não seriam disponibilizadas, sejam acessadas e divulgadas para públicos e ativistas geograficamente ou *socialmente* distantes (KECK & SIKKINK, 1998, p. 18). Além, disso, as redes *informais* de contatos e comunicação permitem que *“non-state actors gain influence by serving as alternative sources of information. Information flows in advocacy networks provide not only facts, but also testimonies – stories told by people whose lives have been affected”* (idem, 1998, p. 19).

A rede Indymedia é um exemplo dessa nova forma de organização e repertório de ação: organizada através de uma rede descentralizada, autônoma e difusa de coletivos e voluntários, o Indymedia se declara uma organização anti-hierárquica e horizontal, levando ao mais alto grau o modelo SPIN de Gerlach e Hine. Além do modelo organizacional, o projeto se propõe a divulgar campanhas e desdobramentos de temas que envolvam os movimentos sociais, através da produção, disponibilização e articulação da rede *informal*, enfatizando o poder de difusão da informação na Internet.

2.4.3. Ferramentas básicas de organização e comunicação em rede

A constatação de que a Internet reforça os laços e identidades de indivíduos e grupos dispersos geográfica e socialmente, através do compartilhamento de interesses e informações comuns, reforça a tese de Sassen de que os agentes destituídos de recursos materiais e oportunidades políticas para a disputa hegemônica contra o Estado e as corporações estão se

aferrando às novas potencialidades da rede mundial de computadores (SASSEN, 1998, p. 177). Para Sassen a cultura hacker criou as oportunidades para o desenvolvimento, dentro do campo das tecnologias de comunicação, de ideais como “descentralização, abertura, possibilidade de expansão e expressão, horizontalidade e fuga do controle autoritário” (idem, 1998, p. 177). A Internet tornar-se-ia em “em um espaço de poder distribuído”, no qual a sociedade civil poderia engajar-se de “baixo para cima” (idem, 1998, 192).

Uma vantagem óbvia do uso da Internet para a articulação em rede é a facilidade com que os movimentos podem criar e coordenar suas atividades através do uso de *e-mail*, salas de bate papo, reuniões virtuais e outros meios de produzir, organizar e divulgar informação. Essas ferramentas permitem que os usuários da rede mundial de computadores produzam, organizem, armazenem e distribuam informações, observações e opiniões políticas relevantes, promovendo um ambiente de discussão que supera os limites das plataformas de comunicação até hoje existentes. As plataformas de conversação e publicação interconectadas permitem que qualquer um, em qualquer lugar, a qualquer hora, tendo acesso à rede mundial de computadores, possa apresentar sua opinião e ponto de vista sobre a realidade, tornando-se sujeitos mais ativos e, potencialmente, politicamente engajado.

Vejamos, através do exemplo do Indymedia, as ferramentas que possibilitam a organização, a articulação e a difusão das informações pela rede.

2.4.2.1. Correio eletrônico (*E-mail*)

O correio eletrônico é a aplicação mais popular da Internet. É um serviço de baixo custo, muitas vezes gratuito, de uso simples e com o potencial de alcance global. O uso básico do correio eletrônico não é, em princípio, o tipo de comunicação que visa a conversação aberta com um grande público. O correio eletrônico possibilita a difusão e a manutenção dos contatos com indivíduos, mas também com indivíduos e grupos que não fazem parte da sua rede social mais

próxima. Através da pré-seleção dos contatos para quem o emissor pretende enviar a sua mensagem, o correio eletrônico torna-se uma ferramenta rudimentar para divulgar fatos, relatos, opiniões e idéias para vários contatos significativos.

Para o Indymedia, que se auto-declara uma “rede das redes” de movimentos sociais e tem seus coletivos e voluntários territorialmente distribuídos, o correio eletrônico tornou-se a ferramenta fundamental para que os coletivos e voluntários da rede possam trocar mensagens, notícias, idéias, conhecimento e articular suas ações coletivas. Para as propostas de articulação da rede através do correio eletrônico utilizam-se as listas de e-mail, ou *mailing lists*. As listas de e-mail têm a proposta de criar um grupo de discussão coletiva, através da inscrição individual nas listas de interesse pessoal ou de filiação grupal. Na lista de e-mail cada indivíduo recebe uma mensagem postada por qualquer outro naquela lista, podendo responder à mensagem que irá para todos os outros inscritos, e possibilitando que todos os inscritos possam criar um ambiente de conversação *online*. As listas de correio eletrônico podem ser moderadas ou não, ou seja, as mensagens passam ou não pelo filtro dos moderadores, que pode ou não, segundo as políticas e princípios da listas, endereçarem aos inscritos. As listas também podem ser abertas ou fechadas: nas listas abertas qualquer indivíduo com um endereço de e-mail pessoal pode se associar, e os arquivos das comunicações ficam abertos para consulta. Para participar de uma lista fechada o indivíduo tem que ser recomendado por outros participantes, senão se apresentar e justificar o seu interesse em participar de tal lista.

A rede Indymedia possui uma série de listas de correio eletrônico⁴⁴ para a organização da rede. Desde as listas internacionais para tratar dos assuntos da rede Indymedia – finanças e assuntos legais –; as listas para se discutir assuntos específicos, como gênero e meio ambiente; e as listas dos coletivos da rede organizados por região – América Latina, Central e do Norte, Europa, África, Ásia e Oceania – e as respectivas listas nacionais – CMI Brasil, CMI Argentina, CMI México, CMI Palestina etc.

⁴⁴ A relação das listas de correio eletrônico da rede Indymedia está disponível em: <<http://lists.indymedia.org/>>.

Cada lista tem os seus objetivos e suas políticas de privacidade e normas⁴⁵ declaradas. As listas abertas seguem o princípio da entrada e saída voluntária de qualquer pessoa que queira participar, valorizando a transparência dos processos da rede e a responsabilidade dos inscritos pelo que falam nas listas. O caso excepcional é o caso das listas fechadas, que depende do convite, a indicação, a apresentação e justificativa dos inscritos para participar. A indicação prévia se resume nos laços de confiança que o inscrito mantém com algum voluntário da rede. A lista fechada não mantém seu arquivo de comunicação aberta para consulta pública, somente os já inscritos, mediante uma senha de certificação, pode acessar o arquivo. A justificativa⁴⁶ para a criação das listas fechadas e as medidas de segurança, segundo uma voluntária é:

Como todos devem saber um dos grandes valores do CMI é a transparência em todos os processos, por isso, nos comunicamos através de listas abertas, com arquivos públicos. Com o passar do tempo surgiu a necessidade de se ter uma ferramenta de comunicação rápida e mais segura, a fim de tratar de assuntos que são mais sensíveis, como o local onde será feita uma ocupação, assuntos legais do CMI, contato com novos voluntários, enfim. Por esta necessidade foram criadas listas fechadas onde estão inscritos os membros ativos dos coletivos locais, para que em uma emergência se possa estabelecer um contato rápido e seguro. Para que essa ferramenta não acabe com a outra (lista aberta) e que a transparência não se perca, utilizamos as listas fechadas apenas quando realmente é necessária, por isso, por meses a mesma permanece inativa, e isso é bom sinal que a lista aberta está suprimindo todas as necessidades do coletivo. O processo de entrada na lista fechada é restrito a pessoas ativas no coletivo ou que já ganharam certa confiança com os demais membros, caso algum novo voluntário esteja disposto a assumir mais responsabilidades dentro do coletivo ele pode solicitar em reunião sua inclusão nesta lista, solicitação que deve ser discutida em reunião e decidida por consenso.

⁴⁵ Mailing List Etiquette FAQ. Disponível em: <<http://www.gweep.ca/~edmonds/usenet/ml-etiquette.html>>.

⁴⁶ No capítulo 4 trataremos das questões do controle, vigilância e estratégias de segurança da rede Indymedia. As listas fechadas seguem a política de segurança e privacidade dos voluntários e assuntos que podem comprometer as ações dos ativistas na Internet.

2.4.2.2. *Internet Relay Chat (IRC)*

Outra plataforma de comunicação e estreitamento das relações entre os indivíduos na Internet é o uso de protocolos e programas de conversação síncrona, como o antigo ICQ, o MSN, o Gtalk e o IRC. O IRC é um protocolo de comunicação utilizado para troca de arquivos e mensagens instantâneas na Internet. Diferentemente da comunicação através de correio eletrônico, que é um tipo de conversação *assíncrona*, não é instantânea, que não pressupõe a resposta imediata, podendo ter um tempo considerável entre o envio da mensagem e a resposta, os programas mensagens instantâneas pressupõem a conversação síncrona, instantânea, como numa sala de bate papo.

Vários grupos e usuários criaram servidores de IRC e canais específicos – as salas de bate-papo – nos quais qualquer pessoa pode entrar e iniciar, participar ou observar um bate papo *online*. O Indymedia tem um servidor para IRC e seus usuários criam e mantêm seus canais de bate-papo⁴⁷. O uso do IRC na rede Indymedia é a opção para manter contatos diários e instantâneos entre os voluntários de diversos coletivos e grupos de trabalho interesse. A participação nos canais garante que os voluntários sejam reconhecidos e reforcem suas identidades e papéis na rede. O uso do IRC permite a realização de reuniões nacionais e internacionais, com a participação instantânea dos voluntários, nas quais são expostas suas atividades, problemas e tomadas decisões da rede. Durante eventos específicos são criados canais para a troca de informações e elaboração de estratégias conjunta, assim como atualizar os fatos e apurar informações divulgadas na Internet junto aos voluntários que estão realizando a cobertura e noticiando os fatos.

⁴⁷ Indymedia Chat. <<http://chat.indymedia.org>>.

2.4.2.3. Site de publicação

Os sites da Internet possuem recursos técnicos que reforçam o pressuposto de que a rede mundial de computadores está se tornando uma esfera pública interconectada: os sites criados permitem aos usuários a sua modificação, atualização e a constante publicação de dados, gerando um volume de informação fenomenal. A novidade não reside apenas no potencial de publicação de dados e informações, mas também na possibilidade de interação entre o usuário (leitor/ouvinte), os *autores* e o responsável pelo site ou pelas informações publicadas. O resultado, que se convencionou chamar de *web 2.0*, é que os indivíduos não publicam apenas conteúdos, que serão consumidas passivamente, mas abre a oportunidade para que a informação se dissemine e seja publicamente debatida no meio em que foi originalmente publicada, sem qualquer limite ou controle sobre o tema, permitindo que seja feito o comentário sobre o comentário da informação original.

A Internet e seus recursos oferecem a oportunidade de criação e publicação desde simples páginas *web* para um movimento específico, tanto quanto, sites colaborativos, como é o caso do CMI. Na Internet é possível a publicação de textos com um mínimo de conhecimento e experiência de navegação, e com recursos tecnológicos simples – câmeras e gravadores digitais comuns – é possível criar imagens e áudios digitais que podem ser arquivados nos sites e disponibilizados para o acesso, cópia e distribuição sem custos adicionais para os seus produtores.

O projeto tem um site global – <http://indymedia.org> – que destaca as notícias mais importantes de cada CMI local, dando visibilidade para eventos e notícias que podem ganhar repercussão pela rede. Contudo, cada coletivo nacional é responsável por manter um site funcionando na rede, e os sites da rede Indymedia seguem padrões mínimos de funcionalidade e organização. A figura abaixo é a página do Centro de Mídia Independente Brasil, que segue um modelo padrão dos sites da rede.


cmi brasil
 centro de mídia independente
www.midiaindependente.org

[1 sobre o cmi](#)
[A ajuda](#)
[C contato](#)
[V seja voluntário](#)
[E política editorial](#)

[N notícias](#)
[P publique](#)

português | espanhol | inglês | esperanto
 Outras mídias

Brad Will
 Coluna 27.10.2009

[rádio cmi](#)
[Impressos](#)
[vídeos e documentários](#)

Publicar!
 Publique o seu vídeo, áudio, imagem e textos diretamente do seu navegador.

Notícias
 Cobertura em tempo real dos acontecimentos ligados aos nossos movimentos.

Política Editorial
 Saiba sobre a política de publicação do CMI.

Seja um voluntário
 Participe desse projeto de democratização da mídia.

Contato
 Mande sua mensagem para nós.

Ajuda
 Como publicar as suas notícias em diferentes formatos.

Sobre o CMI
 Conheça os princípios do Centro de Mídia Independente.

Bate-papo do CMI
 Acesse a nossa sala de bate-papo. "Saiba como".

Apoie o Indymedia
 Conheça os outros projetos do CMI e contribua com a mídia independente.

Artigos Escondidos
 Materiais repetidos, sem conteúdo ou que violam a Política Editorial.

Rede CMI Brasil
 Página estatística dos coletivos.

Brasília
 Campinas
 Caxias do Sul
 Curitiba
 Florianópolis

Questão Indígena Out 27

Carta aberta do Santuário Sagrado dos Pajés sobre os tratores que começaram a sua destruição

O CMI publica aqui a carta aberta dos guerreiros e das guerreiras da comunidade indígena Tapuya do Santuário Sagrado dos Pajés, protetores do cerrado nativo de Brasília e convoca que todos se unam na defesa deste patrimônio natural, histórico e cultural:



A TERRACAP começou a destruir com tratores uma área preservada pela comunidade indígena Tapuya do Santuário dos Pajés que tem seus direitos caçados de modo arbitrário, ilegal e autoritário. Os tratores abriram uma faixa de mais de 15 quilômetros a 200 metros da cancela branca onde tem guarita do indígena Korubu (ameaçado e desaparecido há 6 meses) ao lado do Santuário dos Pajés.

isso ocorreu em operação clandestina na quarta e quinta feira passadas. Constatamos somente no dia de sábado depois de rondas rotineiras que realizamos no território, pois vínhamos escutando o som das atividades de máquinas já desde muito tempo da área acima da cascalheira ilegal denunciada por Korubu, no entanto quando fomos verificar e dor no peito e as lágrimas nos inundaram profundamente.

Leia a carta completa
[Assine a petição em defesa do santuário](#)

Saiba Mais: Guerreiro Kazapina Korubu, do Santuário dos Pajés está desaparecido | MPF/DF recomenda suspensão da licença prévia para construção do Nordeste | SOS - Santuário dos Pajés | Incêndio Criminoso destrói casa na Terra Indígena do Bananal | Mais fotos do incêndio criminoso na Terra Indígena Bananal | Encontro histórico milenar da religiosidade indígena e afro-brasileira/afro indígena | Tunai deve se manifestar sobre comunidade indígena no Setor Nordeste | A construção do Setor Nordeste feita pelo Correio Brasiliense (monografia sobre a cobertura do Correio Brasiliense) | Imagens do ato em frente à Terracap - DF | Brasília ameaçada pela especulação imobiliária | A Luta dos Indígenas do DF acende debate sobre especulação imobiliária | A falaciosa Ecovila Nordeste, o Maior Bairro Verde Cifrado do País | Editoriais Anteriores



[complemente essa matéria](#)

RORAIMA Out 26

"Não acreditamos que o professor Chrystian Paiva tenha cometido suicídio"

Quando morre um anarquista / Se quebra uma lança / Uma flor seca / Choram os homens íntegros / ... / Quando morre um anarquista / Algo se apaga / O ar desaparece / Se reúnem as estrelas / E o acompanham / Na última viagem / ... / Quando morre um anarquista / A liberdade perde força / A justiça se afesta / A poesia se quebra / Adoece a esperança / ... / Quando morre um anarquista / Todos os párias do mundo / Morrem um pouco A. Jimenez

Ato de homenagem a Chrystian Paiva:

27 de outubro, 17h, na sede do SINTERR (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima), Av. Santos Dumont, 2018 - Bairro 31 de Março, na cidade de Boa Vista, Roraima.

[Entenda o caso aqui \(releto de Adriana Gomes\)](#)

links
 Chamado completo para Ato de homenagem e carinho a Chrystian Paiva em Roraima | Morreu um anarquista, ou... | Polícia e a principal suspeita pela morte de ativista social | Não acreditamos no suicídio do anarquista Chrystian Paiva

[complemente essa matéria](#)

Mudar a cor do CMI

[Calendário Local e Global](#)

últimas notícias

[Publicar aqui a sua matéria](#)

[Exportando eletrônica](#)
 27-10-2009 14:57

[Energia do fub](#)
 27-10-2009 14:57

[DIPLOMATIA BRASILEIRA QUE RENUNCIÓ AO CARGO MERCE SER HOMENAGEADO PELO BRASIL](#)
 27-10-2009 14:53

[I Semana de Pesquisa da ECA-USP](#)
 27-10-2009 14:30

[Visão de um garoto de 13 anos sobre sua cidade](#)
 27-10-2009 14:21

[Manifesto Biourban](#)
 27-10-2009 14:18

[Honduras: Llamamiento urgente a impulsar la solidaridad](#)
 27-10-2009 13:57

[Court rejects David Mills appeal against sentence for 'accepting Berlusconi brib](#)
 27-10-2009 13:30

[10 things you should know about the BNP when you watch Question Time tonight](#)
 27-10-2009 13:24

[Sem revolução não há independência](#)
 27-10-2009 13:15

[Parabéns presidente! O Brasil é o país do presente!](#)
 27-10-2009 10:45

[Anistia acusa Israel de privar palestinos do acesso à água](#)
 27-10-2009 10:09

[PSTU e Conlutas traem os trabalhadores ao tanor](#)

1. Na coluna da esquerda se encontram links para publicações do CMI Brasil em outras línguas, acesso aos arquivos de áudio e rádio, impressos e vídeos e documentários. Também têm acesso a seções relativas a processos de decisão e organização, doações e informações de como se tornar um voluntário; mecanismo de busca; link para a seção de publicações que estão fora da Política Editorial; links para as páginas dos coletivos da rede Indymedia de todo o mundo.

2. A coluna central é onde são publicadas matérias e editoriais pelo Coletivo Editorial do CMI Brasil. As informações veiculadas nesta coluna da página são de responsabilidade direta do CMI, pois são matérias propostas para os voluntários vinculados ao coletivo editorial, responsáveis pela publicação ou não. As propostas e discussões do que é publicado na coluna central, são discutidas e decididas na lista de *e-mail* editorial, que têm seus arquivos abertos e pode ser consultado por qualquer um que acesse o banco de dados de emails da lista editorial. Apesar de existir um corpo de voluntários responsáveis pela aprovação ou não de uma publicação na coluna central do site, o processo é transparente e público, e as alterações, que por ventura, o texto original venha a sofrer, são abertas a todos que queiram participar.

3. A coluna da direita possui um link para um calendário de eventos e manifestações e a seção “Publique”, que é a publicação aberta, principal motor do projeto Indymedia. Logo abaixo estão as últimas publicações feitas na página, que vão descendo e sendo substituídas aos poucos enquanto surgem novas publicações. O que é publicado nesta coluna é de inteira responsabilidade dos autores e estão sujeitos à Política Editorial da página.

A publicação aberta do CMI é o coração do projeto. É onde realmente se tornam efetivos a proposta de ruptura do papel do espectador passivo e do papel do jornalista profissional, e se passar a desenhar a potência das múltiplas vozes. É na coluna da esquerda, que qualquer indivíduo ou grupo pode publicar textos, imagens, áudios, compartilhar informações. O site permite que o que foi postado seja comentado sem que qualquer usuário seja cadastrado ou tenha sua opinião moderada ou filtrada, exceto quando o comentário ou conteúdo fogem da proposta da Política Editorial, criada exatamente para o caso de abusos e excessos no tipo de informação publicada no site. A Política Editorial⁴⁸ é a carta que orienta o projeto e seu funcionamento:

São bem-vindas no CMI publicações que estejam de acordo com os princípios e objetivos da rede, como:

⁴⁸ Política Editorial. Centro de Mídia Independente. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>.

- relatos sobre o cotidiano dos/as oprimidos/as;
- relatos de novas formas de organização;
- denúncias contra o Estado e as corporações;
- iniciativas de comunicação independente (como rádios e TVs livres e comunitárias, murais e jornais de bairro, etc.);
- análises sobre a mídia;
- análises sobre movimentos sociais e formas de atuação política;
- produção audiovisual que vise a transformação da sociedade ou que retrate as realidades dos/as oprimidos/as ou as lutas dos novos movimentos.

A intenção do CMI é unir esforços para uma real democratização da sociedade, primando sempre por privilegiar a perspectiva dos/as oprimidos/as. Em função disso, esperamos uma atitude construtiva e tolerante entre os/as participantes do sítio; afinal, queremos juntar forças, não lutar entre nós.

Quando as publicações são classificadas como inapropriadas ou fora dos princípios da política editorial que norteiam o projeto não são apagadas, mas retiradas para um espaço reservado do site, onde continuam acessíveis, mas não são visíveis no primeiro plano da página:

Com o crescimento do projeto, começaram a ocorrer diversos abusos da publicação aberta, como: publicação propositadamente repetida de artigos sem conteúdo, ou contrários aos princípios da rede CMI; publicação de mensagens das listas abertas do CMI como artigos; questionamentos à política editorial publicados como artigos; dentre outros vários casos. Sendo assim, para continuarmos oferecendo informação crítica de acordo com os objetivos listados acima, o coletivo editorial do CMI se reserva o direito de deslocar da coluna de publicação aberta artigos que:

- Sejam de cunho racista, sexista, homofóbico ou em qualquer sentido discriminatórios;
- Contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos;
- Façam qualquer tipo de propaganda comercial;
- Vise promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político;
- Sejam boatos conhecidos (*hoax*), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido;

- Seja spam, ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio - que serão considerados como artigos sem conteúdo;
- Estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Centro de Mídia Independente (Sobre o CMI, nota de copyleft, etc.).

Lembramos a todos/as que as publicações contrárias a esta política editorial não são apagadas do sítio. Com o objetivo de dar transparência ao processo editorial, esses artigos continuam disponíveis ao público na seção Artigos Escondidos. A transparência do processo editorial se reflete também na lista do coletivo editorial, cujos arquivos são abertos ao público (Arquivo Lista Editorial), que pode, assim, acompanhar as discussões do coletivo editorial e dar sugestões e críticas através do correio eletrônico contato@midia independente.org.

Segundo um dos programadores e criadores da publicação aberta para o Indymedia, Matthew Arnison, o processo de publicação aberta é o mesmo que o processo de programação de um software livre, na razão de que é um processo de criação livre de informação, transparente e aberta para os leitores reproduzir, contribuir, alterar e distribuir:

Open publishing means that the process of creating news is transparent to the readers. They can contribute a story and see it instantly appear in the pool of stories publicly available. Those stories are filtered as little as possible to help the readers find the stories they want. Readers can see editorial decisions being made by others. They can see how to get involved and help make editorial decisions. If they can think of a better way for the software to help shape editorial decisions, they can copy the software because it is free and change it and start their own site. If they want to redistribute the news, they can, preferably on an open publishing site.⁴⁹

Página da publicação aberta, Centro de Mídia Independente Brasil
(www.midiaindependente.org)

⁴⁹ ARNISON, Matthew. **Open Publishing Is the Same as Free Software**, 2001. Disponível e <<http://www.cat.org.au/maffew/cat/openpub.html>>.



cmi brasil
centro de mídia independente
www.midiaindependente.org



português | espanhol
english | esperanto

Outras mídias

Brad Will
Cinema, 07.10.2006

rádio cmi

Impressos

vídeos e documentários

Publique!
Publique o seu vídeo, áudio, imagens e textos diretamente do seu navegador.

Notícias
Cobertura imediata dos acontecimentos ligados aos novos movimentos.

Política Editorial
Saiba sobre a política de publicação do CMI.

Seja um voluntário
Participe desse projeto de Democratização da mídia.

Contato
Mande sua mensagem para nós.

Ajuda
Como publicar as suas notícias em diferentes formatos.

Sobre o CMI
Conheça os princípios do Centro de Mídia Independente.

Bate-papo do CMI
Acesso a nossa sala de bate-papo. "Saiba como".

Apote o Indymedia
Conheça os outros projetos do CMI e contribua com a mídia independente.

Artigos Escondidos
Materias repetidas, sem conteúdo ou que violam a Política Editorial.

Rede CMI Brasil

Página estatística dos coletivos.

Brasília
Campinas
Caxias do Sul
Curitiba
Foz de Iguaçu
Goiânia
Joinville
Porto Alegre
Rio de Janeiro
Salvador
São Paulo

Receba o boletim do cmi

Seu e-mail

Busca

Encontre

LEIA COM ATENÇÃO

Esta página é o coração do site do Centro de Mídia Independente. Nela você pode publicar seus textos, sons, vídeos e imagens e eles estarão imediatamente disponíveis para serem lidos pelos outros usuários. Com isso, todo aquele que acessa o site pode também ser um produtor de mídia. Como disse Jello Biafra, "Odeia a mídia? Torne-se a mídia!"

Aqui você pode publicar sua matéria no formato que preferir (acadêmico, jornalístico, declaração pessoal, etc.) e ela aparecerá automaticamente na **coluna da direita**. Antes de publicar, tenha em mente algumas coisas:

- Comentários devem ser adicionados à matéria em discussão. Portanto, para dizer algo em resposta a alguma matéria que já está no site, por favor, utilize o formulário no final de cada matéria.
- Se você já publicou algo como comentário, não publique outra vez como matéria nova.
- Se você quer contatar o Centro de Mídia Independente, não publique uma matéria. Escreva para contato@midiaindependente.org (outros endereços).
- Se você quer contatar outros usuários, não publique uma matéria. Tente contatá-los através de listas de discussão.
- O Centro de Mídia Independente é um site de notícias. Se o que você está publicando não é uma notícia, nem análise (que pode ser um texto acadêmico ou uma poesia), então provavelmente esse não é o lugar para publicá-lo. O Centro de Mídia Independente não se responsabiliza pelo conteúdo das publicações.

Em geral, os autores das matérias publicadas no Centro de Mídia Independente abrem mão de alguns dos seus direitos de autor por meio de uma licença de **COPYLEFT**. A reprodução não comercial das matérias (ou seja, sua publicação ou exibição em veículo que não vise lucro ou fins comerciais) é autorizada, ao passo que a reprodução comercial sem a consulta prévia ao autor é impedida. Isso faz parte de uma política que acredita que a informação e a cultura devam circular livremente, mas não devem ser base comerciais. Assim, a não ser que você avise em contrário (por exemplo, especificando no texto ou no sumário que detém o direito de cópia ou que não aceita a licença padrão do CMI), seu texto será publicado com a seguinte nota de Copyleft: "É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída". Isso significa que qualquer órgão ou meio de comunicação que não tenha fins comerciais poderá reproduzir sua matéria mencionando o seu nome e o CMI. Por outro lado, empresas e veículos com fins comerciais só poderão reproduzir a matéria se você autorizar.

Para a monitoria do site, foram criados uma **Política Editorial** aberta a modificações e um espaço para administração do site. Neste espaço, as matérias, após terem sido publicadas, podem ser escondidas da coluna da direita, indo então para a coluna de **artigos escondidos**. Além de escondidas, as matérias podem ser editadas ou agrupadas pelo coletivo editorial para facilitar o acesso dos usuários. Temos muito respeito pela integridade do que é publicado. Em geral apenas **FAZEMOS CORREÇÕES EDITORIAIS** para tornar as matérias mais legíveis ou compatíveis com padrões técnicos. Qualquer problema ou dúvida, entre em contato com o coletivo EDITORIAL DO CMI em contato@midiaindependente.org. Você pode participar desse coletivo sendo **voluntário**.

ALGUMAS DICAS PARA PUBLICAÇÃO:

O site não possui redimensionamento automático de imagens. Por favor, dimensione suas imagens para cerca de 500 pixels de largura, para que a tela do site não fique distorcida. Informações sobre edição de imagem clique [aqui](#).

Para a melhor visualização do seu texto, a formatação não deve ter tabulação ou recuo de parágrafo e os parágrafos devem ser separados por uma linha em branco, dessa forma:

TEXTO DO PRIMEIRO PARÁGRAFO. TEXTO DO PRIMEIRO PARÁGRAFO.

TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO. TEXTO DO SEGUNDO PARÁGRAFO.

Para a melhor visualização de textos retirados de e-mails, os sinais de reprodução do tipo "> TEXTO TEXTO" e a separação das linhas devem ser removidos. Você pode fazer isso manualmente com um editor de texto ou pode utilizar programas que fazem isso automaticamente.

>>Quantidade de arquivos multimídia

Quantidade de arquivos multimídia

Determine a quantidade de arquivos multimídia antes que você preencha o formulário de publicação.

>>Informação obrigatória

Língua (idioma do texto)
português

Título Não use somente letras maiúsculas.

Autor
Se você copiar o artigo de algum lugar, por favor, mencione o autor original.

Sumário (máximo de 6 linhas)

Palavras

todas

com imagens
 com áudio
 com vídeo

Busca

CMS

www.indymedia.org

Projetos da Rede Global
impresso
rádio
tv (xstream)
vídeo

Tópicos

biotecnologia

África

áfrica do sul
ambosónia
estrito de gibraltar
ilhas canárias
nigéria
quênia

América Latina

argentina
bolívia
brasil
chilapas (mex)
chile
chile sul
colômbia
equador
méxico
peru
porto rico
quitosyu (bol)
rosário (arg)
santiago (chi)
tijuana (mex)
unquai
valparaíso (chi)

América do Norte

canadá

hamilton
marilmes
montreal
ontário
ottawa
quebec
thunder bay
winnipeg
victoria
windsor

estados unidos

arizona
arizozas
atlanta
austin
baía de são francisco
baía de tampa
baltimore
binghamton
boston
búfalo
carolina do norte
charlottesville
chicago
cleveland
colorado
columbo
danbury, ct
estados unidos
filadélfia
hampton roads, va
havaí
houston
hudson mohawk
idaho
ilinoia, sul
iaca
kansas city
los angeles
madison
mãine
massachusetts, oeste
miami
midigan
milwaukee
minneapolis/st. paul
nova hampshire
nova iorque
nova jérsi
nova orleans
nova méxico
oklahoma
omaha
pittsburgh

>>Região & Tópicos

Selecione o tópico

opcional

DISCUTA O CMI
 Rádios
 Vídeo

>>Informação para contato (opcional)

E-mail (endereço eletrônico)

Página na Web (sítio na internet)

>>Artigo

Texto do artigo (corpo da sua publicação)

Texto ou HTML?

plain/text

>>Arquivos Multimídia

Título da mídia nº 1

Arquivo da mídia nº 1

d a p r e s

Escreva o código que aparece na imagem:

>>Publique

Por favor, clique "publique" apenas uma vez! (pode demorar um pouco para processar)

© Copyleft <http://www.midiaindependente.org>
É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída.

No nível prático, a publicação aberta permite a descentralização da produção de notícias e informação. Idealmente, essa é a proposta da publicação aberta, como já foi apontado: permitir que os ativistas e grupos sociais rompam com o modelo centralizado de produção das grandes

mídias, no qual poucas pessoas – jornalistas e editores – decidem qual tipo de informação e notícias são importantes.

Milioni (2009) aponta que, comparativamente aos veículos de comunicação de massa, o Indymedia exerce três funções (p. 419):

(1) função *exemplar* que é a de criar oportunidades e formar novas práticas de produção e consumo de informação opostos aos padrões dominantes da mídia de massa, através da explicitação do caráter político do projeto em oposição à tendência comercial e de entretenimento; independência e autonomia das instituições políticas e da lógica de produção de mercado; formas de trabalho e compartilhamento horizontal e não hierárquico de informações; promoção de fontes alternativas de informação e incentivo para a participação direta dos indivíduos/usuários na produção de notícias.

(2) função *competitiva* frente à produção de informação e notícias da mídia de massa: cria um canal alternativo de produção e compartilhamento de informações e notícias que não são divulgados na grande mídia, torna-se referência e fonte credenciada até para os grandes jornais⁵⁰.

(3) função *suplementar* às informações da mídia de massa: *pari passu* o Indymedia opõe-se às informações veiculadas nos veículos de comunicação de massa, os ativistas e usuários acompanham, averiguam e publicam informações complementares às veiculadas pelos canais padrões.

O projeto Indymedia, estruturado na oportunidade aberta pela rede mundial de computadores tem buscado a promoção da autodeterminação da produção e compartilhamento de informações e conhecimento; a interatividade proporcionada pelas ferramentas e canais abertos de comunicação, em um espaço discursivo público que envolve indivíduos e grupos engajados politicamente; e a organização de uma rede de ativistas desconectados geograficamente

⁵⁰ No caso do CMI Goiânia, durante o processo da desocupação do Parque Oeste Industrial, o CMI tornou-se a principal fonte e espaço de publicação de informações para jornalistas, políticos, partidos e organizações governamentais. Durante a apuração dos fatos pela CPMI da Terra sobre as acusações de violação de direitos humanos todos os documentos (fotos, vídeos, áudios, textos) publicados no CMI serviram de base oficial.

através de uma rede global *online*, que permite a colaboração e a solidariedade nas atividades políticas desenvolvidas por movimentos locais.

CAPÍTULO 3

TÉCNICA E POLÍTICA NA REDE INDYMEDIA

Motivado em entender a prática ativista do CMI e os repertórios técnicos da rede, passei a acompanhar os voluntários e a participar de encontros e fóruns relacionados ao universo hacker e de programadores de computador. Particpei da Campus Party⁵¹ (2008), um evento anual que reúne cerca de 5 mil programadores, usuários, aficionados em computadores e curiosos do mundo da informática. Minha ida foi motivada por uma voluntária da rede que participava dos debates e de comunidades de desenvolvedores de software livre. Em 2009, fui para o Fórum Internacional de Software Livre, outro evento reconhecido internacionalmente, e realizado há mais de 10 anos no Brasil, para aprofundar meus conhecimentos técnicos sobre a rede e refletir sobre a motivação e a filosofia por detrás da rede Indymedia. A experiência do trabalho de campo, do envolvimento na produção dos vídeos durante as oficinas de Vídeo Popular, no Real Conquista, exigiu a minha atualização nesse universo técnico e filosófico da liberdade e da transgressão através de programas livres, e me levou a entender conceitualmente a prática hacker.

Neste capítulo, portanto, ressaltaremos a questão conceitual da ética e política *hacker*, o compromisso com o acesso livre à informação e o desenvolvimento de ferramentas e infra-estruturas livres para fins políticos, que fundamenta a cultura-política da atividade da rede Indymedia.

⁵¹ Campus Party. <http://campus-party.org>.

3.1. HACKER: desconstruindo e definindo o conceito

É comum o interesse hoje em dia pela condição social do “ser jovem” na sociedade contemporânea, principalmente pelo seu papel social enquanto agente político, consumidor, e por vezes, em atividades “criminosas”, “anti-sociais”, “desviantes” (BEST, 2003). Qualquer que seja o interesse sobre as ameaças à moral e à ordem social, os *jovens* estão entre as categorias sociais mais suspeitas e associadas ao crime e ao desvio de comportamento, principalmente em se tratando dos usos de novas tecnologias e crimes na Internet. A relação entre os jovens e os crimes cometidos através do uso de computadores – acesso a dados protegidos, sigilosos, confidenciais, manipulação de sistemas, roubo e fraude de dados pessoais, desobediência civil e política na rede mundial de computadores – está pautado na construção social da prática considerada delinqüente, que se convencionou chamar *hacker* (YAR, 2005). Esta relação entre jovens e a prática hacker, com todo o peso moral negativo, pode ser reforçada por teses sociológicas⁵² assim como pela reprodução social através dos filmes hollywoodianos⁵³.

No entanto, especialistas e pesquisadores filiados ao tema das novas tecnologias têm buscado reconstruir o conceito histórico da prática hacker, para que entendamos a sua força e os rumos dos processos políticos e culturais correntes (COLEMAN, 2008). Há poucos anos atrás o termo *hacker* era conhecido apenas pelas pessoas especializadas no campo da ciência da computação, mas com o passar dos anos o processo de popularização dos computadores e a sua reprodução pela mídia colocaram o termo em disputa. O uso ordinário do termo hacker está

⁵² Majid Yar (2005), professor de criminologia, resenha várias pesquisas que cruzam variáveis de faixa etária, gênero, classe social e escolaridade que buscam dar respaldo à relação entre a prática criminosa entre jovens de até 20 anos, do sexo masculino, pertencente à classe social elevada e com alto grau de escolaridade. No entanto, Yar afirma que os pressupostos científicos sobre os usos criminosos de computadores por jovens são homólogos às representações sociais comuns que relacionam os jovens à criminalidade e delinqüência: distúrbios psicológicos, problemas familiares, influência de pares e filiação a sub-grupos sociais, e que, portanto, é prematuro ser categóricos em afirmar que a prática criminosa através do uso de computadores está relacionado aos jovens (p. 338; 397). Porém, essa relação entre o conceito de hacker perdurará para teóricos e legisladores que pensam o tema do cibercrime e buscam criar controles no ciberespaço, como veremos no capítulo 4.

⁵³ *Wargames* (1983) de John Badham; *Hackers* (1995) de Iain Softley. Citado em Yar (2005).

associado ao ato de acessar dados não autorizados e fazer o uso subsequente dos sistemas de computadores pessoais (TAYLOR, 1999 *apud* YAR, 2005).

O termo surgiu no mundo da computação nos anos 60 com um sentido positivo para descrever os indivíduos com alto conhecimento, criatividade e interesse pelos temas associados à programação e à computação. Um *hacker* correspondia a alguém com alta qualificação que apresentava soluções inovadoras aos problemas, principalmente na área de programação e desenvolvimento de softwares. Nesse sentido, é que os pioneiros da rede mundial de computadores podem ser chamados de *hackers*, por excelência (CASTELLS, 2003). Esses hackers eram influenciados pela contracultura dos anos 60-70, pelos movimentos humanistas do pacifismo e liberdades individuais. Na sua ética, entre outras coisas, estava o direito do acesso, uso e troca de informação e conhecimento coletivo; a capacidade da ciência em elaborar produtos tecnológicos que melhorassem a vida das pessoas, especialmente através da computação; a desconfiança dos usos políticos e militares das ferramentas computacionais, assim como dos fins corporativos e mercadológicos que pudessem ter seus produtos; e uma resistência às convenções sociais que representasse qualquer controle e subordinação a autoridades e hierarquias tradicionais (idem, 2005)⁵⁴.

Apesar de o termo hacker estar, em certo sentido, de acordo com o acesso e o uso de dados alheios, a sua referência aos atos criminosos, é renegado veementemente pelos *hackers* primitivos, que se referem a esse tipo de atitude pelo termo *cracker*. Eric Raymond, hacker, pensador e fundador da Iniciativa do Código Aberto, quanto aos criminosos que utilizam os computadores, diz: “os *hackers* reais chamam essas pessoas de “*crackers*” e não quer nada com elas... ser hábil na quebra de segurança não faz de você um hacker, assim como ser hábil no roubo de carros não faz de você um engenheiro automotivo” (BEST, 2003, p. 266).

⁵⁴ “A atitude autoritária tem que ser sempre combatida, pois, senão, sufocará você e outros hackers”, RAYMOND, Eric (1992), citado em HIMANEN (2001, p. 47).

Em sentido estrito, a cultura hacker valoriza a exploração ingênua da informação para o aprendizado, a criação de novos produtos e apresentação de resultados e soluções de problemas. Segundo Castells (2003) é a cultura hacker, enraizada na cultura acadêmica do compartilhamento das descobertas e da contribuição dos pares para o aperfeiçoamento tecnológico global, ou seja, a informação e o conhecimento devem estar abertos para o exame, a crítica e eventual replicação, que deu base à construção da Internet (idem, 2003, p. 44).

O conceito de cultura hacker, pensando aqui como conjunto de valores e crenças que formam padrões representativos de comportamentos e costumes, adotados por instituições e grupos informais, influenciou e continua a influenciar toda uma geração de produtores e usuários da Internet (CASTELLS, 2003, p. 34), enfatiza a busca pela exploração do pressuposto máximo da rede, a liberdade: para criar, para apropriar o conhecimento disponível e a liberdade para redistribuir esse conhecimento sob qualquer forma ou canal escolhido pelo hacker (idem, 2003, p. 42). Em Coleman (2003) encontramos uma definição, que para ela é a mais direta para definir *um* hacker: a ética hacker corre paralelamente à fórmula *art pour l'art* (arte pela arte); os hackers estão focados na busca pelo conhecimento e o exercício da curiosidade para o prazer próprio; as obrigações derivadas da ética hacker são percebidas pelos hackers não como uma obrigação instrumental, mas como autonomia e liberdade que prevalece sobre todos os objetivos e interesses (idem, 2003, p. 298)⁵⁵.

A definição de Coleman está em sintonia com a definição de *ética de trabalho dos hackers* Pekka Himanen (2001, p. 22), filósofo e pensador finlandês, que compara a ética protestante teorizada como o espírito do capitalismo, em Weber (2004). Se em Weber o trabalho é um princípio ético e moral, que orienta a vida dos indivíduos, tornando-os moralmente obrigados a

⁵⁵ "To put it simply... the hacker ethic runs strikingly parallel to the formula – *art pour l'art* (art for art's sake). What matters here, is the realization that unlike activists, hackers are focussed on the pursuit of knowledge and the exercise of curiosity for its own sake. Therefore, the obligations that derive from the hacker ethic are perceived by genuine hackers as sovereign and not instrumental, and always prevail above other aims or interests, whatever these may be, if there are any at all..." (COLEMAN, 2003, p. 298).

exercer um trabalho para valer a sua existência, na ética hacker, esse valor moral do trabalho é colocado em xeque. Para os hackers o trabalho não está necessariamente associado à obrigação moral, à necessidade de sobrevivência, à sublimação da vida e dos prazeres terrestres, mas, pelo contrário, está associada ao *prazer*, à *diversão* e à *razão social de comunhão e reconhecimento individual* pelo trabalho (idem, 2001, p. 55)⁵⁶.

Do ponto de vista da pesquisa com a rede Indymedia, os argumentos éticos da cultura e prática hacker são importantes e interessantes, pois refletem as orientações e os modos como os voluntários da rede se dedicam para criar e manter toda uma infra-estrutura na Internet, baseados na paixão, no compromisso e no reconhecimento da necessidade da contribuição de cada para realizar os objetivos políticos comuns de promover um espaço para a ação política dos movimentos sociais.

3.1.2. O modelo de aprendizagem dos hackers

Como foi dito anteriormente, a cultura hacker está enraizada na cultura acadêmica e tornou-se a base da cultura da Internet. A sua influência intrínseca na construção da Internet está na abertura e o potencial que cada usuário tem para acessar dados, informações e poder contribuir coletivamente na construção de um produto ou ação coletiva. O pressuposto da cultura hacker é a abertura e o acesso irrestrito ao conhecimento e às informações disponíveis, enquanto bens coletivos.

⁵⁶ “Para os hackers, obter reconhecimento numa comunidade que compartilha suas paixões é mais importante e proporciona mais satisfação que o dinheiro, da mesma forma que estudiosos na academia. A diferença fundamental da ética do Protestantismo é que, para os hackers, o reconhecimento não deve substituir a paixão – pelo contrário, o reconhecimento deve resultar da paixão, da criação de algo socialmente válido para essa comunidade criativa. Sob a ótica da ética do Protestantismo, muitas vezes verifica-se o oposto: as razões de cunho social servem para distrair a atenção da idéia de que o trabalho por si só deve envolver a realização de uma paixão. (...) A ligação que os hackers fazem entre os níveis social e de paixão é que torna o seu modelo tão poderoso.” (HIMANEN, 2001, p. 57)

A representação da cultura hacker de Eric Raymond (2001) baseada na oposição entre o modelo da catedral e do bazar, que se manifesta na rede mundial de computadores através de diversos grupos e projetos, reforça o pressuposto da liberdade do acesso e do compartilhamento da informação. No modelo da catedral um indivíduo ou um pequeno grupo de indivíduos elaboram estratégias, modelos, idéias e produtos, sem qualquer abertura para a participação de outros indivíduos que não foram previamente aceitos ou qualificados para a participação desse grupo. No modelo do bazar, ao contrário, as idéias, planos, estratégias, *pedaços* de informações são abertas para que *potencialmente* todos possam participar e colaborar na produção e distribuição do produto coletivo. A multiplicidade dos pontos de vistas é que é o importante: as idéias iniciais devem ser disseminadas para ser melhoradas através dos acréscimos e críticas dos outros indivíduos e grupos que possam ter interesse sobre o tema. O bazar contrapõe-se fundamentalmente a catedral, porque nesta, o produto final é resultante de poucas contribuições e seus fundamentos não podem ser alterados, tanto por motivos de proteção legal, quanto pela construção social da legitimidade que lhe cabe o reconhecimento⁵⁷.

Himanen (2001), seguindo os passos de Raymond, fundamenta o conceito da cultura hacker sob o analogismo entre o mosteiro e a academia. O mosteiro, como o modelo da catedral, representa a regulação e o controle de quem pode produzir, acessar e utilizar a informação, sempre sob uma estrutura rígida e hierárquica. A academia, por sua vez, se assemelha ao bazar de Raymond: o modelo da academia pressupõe um aprendizado *aberto* e *coletivo* no qual as teorias e resultados são produzidos sob acréscimos e críticas de conhecimentos de terceiros.

No modelo acadêmico o ponto de partida é o interesse por um problema ou objetivo no qual um indivíduo ou grupo de pesquisadores se lançam para encontrar um resultado satisfatório.

⁵⁷ Raymond fala da colaboração coletiva na construção do sistema Linux *versus* o modelo padrão dos programas proprietários que são produzidos por grupos de especialistas e técnicos para empresas que não permitem que seus produtos sejam alterados nem distribuídos livremente, protegidos pelos direitos autorais e de propriedade intelectual. O modelo figurado proposto por Raymond reforça os objetivos de subversão do modelo de produção e reprodução de informação e notícias dos meios de comunicação de massa pelo Indymedia.

Nessa busca da *solução* qualquer um pode utilizar, criticar e buscar desenvolver a solução mediante informações já prontas e disponíveis para o público. O processo pela busca de uma solução *coletiva*, com base nos conhecimentos disponíveis, produz um efeito de retro-alimentação da cadeia de informações, no qual várias fontes são consultadas, discutidas, criticadas, e as informações úteis são agregadas e disponibilizadas para que outros indivíduos possam seguir o encaminhamento, ou tirar suas próprias conclusões a partir das suas experiências próprias (idem, 2001, p. 75).

Nesse sistema de produção de conhecimento, cada nova informação produzida deve ser lançada ao público e deve estar ao alcance de todos, para que novas elaborações surjam das críticas, reutilização e desenvolvimento. O aperfeiçoamento do material existente em novas direções trará mais subsídios aos estudos ou discussão em voga (idem, 2001, p. 77). Esse modelo de aprendizagem aberta, a partir do qual Himanen conceitua a prática é modelo exemplar do modo como a rede mundial de computadores tem afetado os repertórios de produção e acesso ao conhecimento. Himanen chama esse modelo de “Academia da Rede”:

No mundo dos hackers, os professores – ou aqueles indivíduos que montam as fontes de informação – são muitas vezes aqueles indivíduos que acabaram de aprender algo. Isso é vantajoso, pois, muitas vezes, alguém que acabou de estudar determinado assunto está mais apto a ensiná-lo do que um perito, para quem o assunto em estudo já não é tão novo assim e que de certo já não tem mais aquele *feeling* de como os novatos pensam. Para um perito, colocar-se no lugar de um aprendiz requer níveis de simplificação a que ele resiste por motivos intelectuais. (idem, 2001, p. 75)⁵⁸

⁵⁸ Novamente podemos pensar esse modelo de aprendizagem para os termos dos ativistas do Indymedia que se propõem a noticiarem sobre assuntos que os jornalistas profissionais resistem, ou por não acharem interessante como pauta para seus jornais, ou por se renderem aos interesses econômicos de seus patrocinadores. De uma forma ou de outra, os ativistas que usam o Indymedia estão de acordo com a prática hacker de produzir materiais que sustentam suas notícias, assumindo o papel de ativistas da mídia, ou como define Prudêncio (2006) através do conceito de *jornativista*: ativistas que usam a Internet para fazer política *on-line*, que atuam no campo profissional do jornalismo, emprestando e seguindo a perícia jornalística de apurar os fatos, colecionar informações, fazer coberturas e disponibilizar *links* suficientes para outros veículos e grupos de mídia, sempre abdicando da imparcialidade e assumindo suas posições políticas (p. 88).

Não obstante, a academia que visa quebrar o modelo do mosteiro de ensino, no qual o mestre fala e ensina ao discípulo que continua calado, sem poder contestar os ensinamentos, resistiu em manter um modelo hierárquico e de ensino escolar, no qual os professores e os reitores – palavra que significa o responsável pelo mosteiro (idem, 2001, p. 76) – ainda são os que ocupam os mais altos graus e são reconhecidamente os legítimos portadores do conhecimento. O modelo de aprendizagem hacker faz lembrar o potencial contido no modelo da academia, mas propõe ir mais além: os alunos não são meros alvos do ensino, não é o objeto do aprendizado, mas companheiros na aprendizagem (idem, 2001, p. 76). Essa idéia tem como objetivo a valorização de todos os documentos de estudo produzidos pelos professores e *aprendizes*, que deveriam ser disponibilizados e livremente utilizados, criticados e desenvolvidos. No modelo hacker

cada evento de aprendizagem caminhará no sentido de enriquecer o aprendizado de todos os outros aprendizes. Sozinho ou na companhia de outros, o aprendiz acrescentará sua colaboração ao material compartilhado. Esse modelo difere do atual, na qual o aluno começa, passa por testes isoladamente e nunca chega a aproveitar os pontos de vista de terceiros. E o que é ainda pior, o examinador praticamente descarta todos os pontos de vista individuais. (...) O ponto central do modelo acadêmico não são as contribuições individuais, mas as do modelo acadêmico. (idem, 2001, p. 77-78)

Como foi mencionado, os hackers opõem-se à hierarquia, uma vez que a hierarquia pode levar a casos em que os indivíduos passam por situações de humilhação, e o método de aprendizagem hacker propõe uma estrutura sem hierarquias morais e de privilégios. Na cultura hacker cada indivíduo deve ter reconhecido o seu esforço e contribuição, sempre tendo em mente que resultados de grandes proporções podem ser alcançados pela cooperação direta das pessoas, e que a única coisa que limita os resultados é a própria imaginação (idem, 2001, p. 79)

3.1.3. A política do commons

O termo *commons* tem sido utilizado para se pensar os processos e resultados das trocas de conhecimento na sociedade da informação em rede. *Commons* pode ser traduzido como *comum* ou *coletivo*, definindo-se como os recursos e os processos comuns de produção de bens de informação no ciberespaço. Seu significado também implica a oposição entre o público e o privado, e reforça a noção do público, do espaço comum. Yochai Benkler é um dos principais pensadores do conceito de *commons*, e traz, desde o campo da economia política, a discussão dos recursos comuns.

Em 1968, Garret Hardin escreveu um ensaio intitulado *The Tragedy of the Commons*, no qual teorizou e cunhou a expressão “tragédia dos commons” sobre os recursos e bens comuns. Nele defendeu que o acesso e uso irrestrito das áreas comuns levam à superexploração dos seus recursos finitos, não sendo o compartilhamento coletivo de recursos um modelo eficaz e sustentável. A autora traz o exemplo das famílias que exploravam pastos comuns para a criação de ovelhas e não se importaram com o número crescente de seus rebanhos, sem criar qualquer regulação sobre o bem comum entre elas, levando ao esgotamento total dos pastos para a criação futura de ovelhas (BENKLER, 2006). A discussão em Hardin, contudo, girava em torno de um bem material escasso e finito, do comportamento individual e da característica egoísta do homem, buscando um resultado que enfatizasse a eficiência das propriedades privadas em detrimento das coletivas.

No entanto, a contribuição do *commons* no campo da sociedade informacional, no qual os recursos ou bens adquirem propriedades de imaterial, simbólico, alheios aos limites físicos materiais, conduzem o debate para um contexto no qual impera a abundância. A informação, os bens simbólicos e os sistemas de comunicação são os recursos imperativos na sociedade informacional e em rede, e nesse caso, a administração desses recursos sob a política do commons seria sustentável e desejável. O autor aponta a qualidade dos recursos informacionais enquanto bens públicos, idealmente acessíveis a todos; não-rivais, cujo consumo, por uma quantidade de

indivíduos, não reduz a quantidade disponível do mesmo bem para os outros consumirem; e no sentido mais estreito da economia, a informação é o próprio insumo para a produção de mais informação e conhecimento (BENKLER, 2007, 15).

A própria natureza das redes digitais, com a sua capacidade crescente de armazenamento e processamento de dados, sustenta esse ecossistema de compartilhamento dos recursos, que tende a reduzir a escassez e apresentar resultados satisfatórios no modelo de commons.

O commons, segundo a definição de Benkler, é um tipo de arranjo institucional que governa o uso e a disposição de recursos, voltados para a garantia da ação humana sem as restrições exigidas pelo mercado (idem, 2007, p. 12). No modelo de mercado a regulação dos recursos estão sob a disposição da *propriedade* que, segundo a lei, determina que um indivíduo ou um grupo particular possa regular, de forma autônoma, o acesso, o uso e o controle dos recursos (idem, 2006, p. 60). No entanto, o commons não é um arranjo isento de poder e regulação, e por isso é pensado como uma *instituição*, um acordo coletivo, em que imperam regras que determinam maior ou menor grau de liberdade para a ação dos indivíduos, mas de modo diferenciado da *propriedade*. A característica particular do commons é que *ao contrário da propriedade, nenhuma pessoa em especial, tem o controle exclusivo do uso e disposição dos recursos coletivos* (idem, 2006, p. 61), mas pelo contrário, os recursos são governados segundo regras que podem variar de um “vale tudo” a regras claras, formalmente ou socialmente articuladas⁵⁹. Essas regras e as decisões que as tornam válidas são sempre dinâmicas e podem ser mudadas somente a partir de decisão coletiva de certo número de pessoas.

⁵⁹ Segundo Benkler, os commons podem ser abertos, os quais ele enumera os oceanos, o ar, as rodovias; os commons reservados apenas para algumas pessoas pertencentes a um grupo, o que ele afirma que, apesar de estar dentro do conceito de commons, se parece mais com regimes de propriedade coletiva; os commons regulados por regras mais ou menos elaboradas que governam os usos dos recursos; e os commons que não são regulados por nenhuma regra, de acesso aberto, sem custos ou restrições, como o ar. Benkler aponta que quase todos os tipos de recursos comuns têm algum tipo de controle ou regra convencional, mas que se estiver dentro do domínio do commons, a restrição deve ser igual para todos e não seletiva (idem, 2006, p. 62).

O uso do conceito de commons busca reforçar a característica do uso e produção cooperada entre os indivíduos, sem a exclusão assimétrica típica do uso e produção baseado na propriedade. Os *inputs* e os *outputs* do processo são compartilhados entre iguais, livre ou condicionalmente, que permite aos indivíduos a livre decisão e autonomia para o uso dos recursos e produtos (idem, 2006, p. 62). O tipo de estratégia de produção e compartilhamento baseado no commons busca fugir dos parâmetros da propriedade particular, em favor da abordagem relacional entre indivíduos envolvidos no processo, sem que essa relação social esteja pautada na propriedade e na autorização particular que possam obstruir a autonomia dos indivíduos.

Um subitem da política do commons é a produção em pares (*peer-production*) que caracteriza a autonomia dos indivíduos em participar coletivamente de um processo colaborativo, sem que se necessite de uma liderança centralizada ou hierarquicamente acima dos outros indivíduos para exercer liderança. A descentralização, como foi apontado no capítulo anterior, é a característica principal do tipo de rede que configura a Internet, e, reforçada através da cultura hacker – anti-hierárquica e pela liberdade de acesso e compartilhamento de informação – têm formatado os tipos de políticas dos grupos autônomos e movimentos inseridos na disputa sobre a democratização da informação. A política do commons, dessa maneira, reflete a política de criação de infra-estruturas de comunicação livre dos parâmetros da propriedade privada e do mercado. Nas palavras de Benkler, quando se fala de commons, se fala de um “ambiente de informação, de um espaço cultural e simbólico”, que podemos ocupar enquanto “indivíduos e cidadãos, que atinge o cerne da liberdade e da democracia” (idem, 2007, p. 16).

A definição do commons e da sua política, que rompem com os padrões impostos pelo mercado, a centralidade e a hierarquia, reforça o caráter cultural e político do projeto Indymedia de viabilizar um site de publicação aberta e canais de comunicação que favoreçam a organização e

a liberdade de expressão dos indivíduos e movimentos sociais⁶⁰ frente ao controle dos canais de comunicação de massa.

O ambiente dos meios de comunicação de massa criou dois efeitos de importância fundamental para a democracia. O primeiro deles pode ser chamado de *efeito Berlusconi* – o poder político desproporcional que a propriedade dos meios de comunicação em massa dá aos seus proprietários ou àqueles que podem pagar por eles. O segundo pode ser chamado de *efeito Baywatch* – a substituição sistemática do discurso político pela distribuição de produtos de entretenimento vendidos como mercadoria. (...) O que os commons tornam possível é um ambiente em que os indivíduos e grupos são capazes de produzir informação e cultura por conta própria. Isso cria condições para um papel substancialmente maior tanto para produção fora do mercado quanto para a produção radicalmente descentralizada. Já vemos hoje organizações sem fins lucrativos utilizando a rede mundial para oferecer informação ou pontos de troca cultural com alcance e eficácia muito maiores do que era possível anteriormente. Não menos importante foi o surgimento da produção por pares de informação e cultura. Esses fenômenos – o aumento da eficácia e do alcance dos atores fora do mercado e o surgimento da produção da informação radicalmente descentralizada – oferecem um contraponto de grande importância à economia da informação no século XX. (BENKLER, 2006, p. 17)

3.2. Prática Hacker e ação política

No estudo de caso do Indymedia percebemos que a ética e a prática hacker na construção de espaços livres para a manifestação dos movimentos sociais, é uma ação política deliberada e consciente. Desde o coletivo técnico responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sites e ferramentas da rede Indymedia, aos voluntários que vão para as ruas e usa o site, a ação é explicitamente política. No entanto, a prática hacker não é vista como sendo uma prática política, e muitas vezes os hackers se dizem apolíticos e não se interessam pela política. Para Coleman, antropóloga, pesquisadora da cultura hacker e ativista, a questão política da prática hacker não é

⁶⁰ No capítulo 4 veremos como o serviço de e-mail Riseup representa o conceito de commons e sua política de liberdade de privacidade reforça a noção de liberdade de expressão frente aos serviços comerciais de e-mail.

vista como repertório político, pois o *político* ainda está muito relacionado às formas tradicionais dos repertórios dos partidos políticos, movimentos sociais e grupos de protesto (COLEMAN, 2003, p. 297). A justificativa, para Coleman, é que o que é político não é o que os hackers fazem, mas o próprio ato de *hacker* (idem, 2003, p. 298), e que para melhor compreender a ética hacker, é indispensável vê-la enquanto um repertório político: “a insaciável sede dos hackers pelo conhecimento sempre existiu historicamente, e na verdade existe em um contexto sócio-político e econômico [mais amplo] aonde o *conhecimento* – ou pelo menos o conhecimento que eles querem – é legalmente, tecnologicamente ou institucionalmente inacessível para o aprendizado e, sobretudo, para o uso⁶¹” (idem, 2003, p. 299).

A inclinação dos hackers pelo conhecimento, pela curiosidade e repertórios que quebram os paradigmas de controle do acesso à informação se tornou um fim em si da prática hacker. Portanto, se a prática hacker, no primeiro momento, não parece ter nada a ver com o tipo de ativismo que se reconhece como político, ela é fundamentalmente política. A prática hacker e seus resultados empíricos tornaram visíveis os limites, a manipulação e o poder de nomear através do acesso, produção e compartilhamento em rede da informação. A prática hacker, como o projeto Indymedia, empurra os limites do sistema para além dos controles institucionais e dos atores tidos como legítimos para emitir e formar opiniões.

Christopher Kelty, também antropólogo e estudioso do movimento software livre, atesta que a cultura e prática hacker configuram um movimento político no sentido de reorientar o conhecimento e o poder na sociedade contemporânea: “uma reorientação do poder que diz respeito à criação, disseminação e autorização do conhecimento [livre] na era da Internet” (KELTY, 2008, p. 2).

A reorientation of knowledge and power that is incomplete and emergent, and whose implications reach directly into the heart of the legitimacy, certainty, reliability and

⁶¹ “Hackers’ insatiable quest for knowledge has historically existed, and currently exists, in a larger socio-political and economic context where ‘knowledge’ – or at least the knowledge they want – is legally, technologically, or institutionally inaccessible for learning and especially for using”.

especially the finality and temporality of the knowledge and infrastructures we collectively create. It is a reorientation at once more specific and more general than the grand diagnostic claims of an “information” or “network” society, or the rise of knowledge work or knowledge-based economies; it is more specific because it concerns precise and detailed technical and legal practices, more general because it is a *cultural* reorientation, not only an economic or legal one⁶² (idem, 2008, p. 7).

3.2.1. Política de inversão: o movimento do software livre

Em todos os casos estudados sobre a ética e política hacker, o exemplo mais representativo é o do movimento do software livre, tanto pelo modelo organizacional de produção e compartilhamento do conhecimento – uma rede distribuída e difusa de indivíduos e coletivos – quanto pelo impacto cultural e político na sociedade. O movimento do software livre é o espelho dos ativismos políticos online, representa uma visão e projeto de mundo: o uso de programas que estejam sob licença de cópia e distribuição livre representa toda a ânsia pela liberdade do conhecimento, a liberdade de expressão, a autonomia e a independência dos interesses políticos aliados ao modelo de produção e sociedade de mercado.

Coleman (2008) chama a política do software livre (SL) de *política de inversão* (idem, 2008, p. 261), por utilizar as estruturas sociais e os modelos de mercados, baseados nos direitos restritivos da propriedade intelectual e dos direitos autorais que cerceiam a liberdade de uso do conhecimento, ao inverso. Embora muitas histórias possam ser contadas sobre a origem desse movimento, podemos dizer que uma das suas principais manifestações teve origem no início dos anos 80 quando o programador Richard Stallman, do laboratório de inteligência artificial do MIT, abandonou seu emprego por se sentir constrangido pelas restrições de direitos autorais que o

⁶² “Uma reorientação do conhecimento e do poder que está incompleto e emergente, as quais atingem diretamente o coração da legitimidade, da certeza, da confiança e especialmente da finalidade e temporalidade do conhecimento e da infra-estrutura que criamos coletivamente. É uma reorientação mais específica e mais geral que reivindicam os diagnósticos grandiosos da sociedade da “informação” e “em rede”, ou a emergência do trabalho ou da economia informacional; é mais específico porque diz respeito precisamente a questões técnicas e legais, mais geral porque é uma *reorientação cultural*, não somente uma reorientação econômica e legal”.

impediam de aperfeiçoar programas protegidos por leis de propriedade intelectual. Stallman sentia que as licenças de direitos autorais que negavam acesso ao código fonte dos programas – para impedir cópias e distribuições livres, sem o retorno financeiro para o autor do programa – restringiam liberdades que os programadores haviam usufruído antes do mundo da informática ser dominado pelas grandes corporações: a liberdade de executar os programas sem restrições, a liberdade de conhecer e modificar os programas e a liberdade de redistribuir esses programas na forma original ou modificada entre os amigos e a comunidade⁶³. Por esse motivo, Stallman resolveu iniciar um movimento que produzisse programas livres, programas que resguardassem aquelas liberdades que o mundo dos programadores conhecia antes das restrições empresariais.

Ao invés de simplesmente abrir mão dos direitos autorais, o que permitiria que empresas se apropriassem de um programa livre, modificando-o e redistribuindo-o de forma não livre, Stallman pensou num mecanismo de constrangimento que assegurasse a manutenção da liberdade que o programador havia dado ao programa. O mecanismo pensado era reafirmar os direitos autorais abrindo mão da exclusividade de distribuição e alteração desde que o uso subsequente não restringisse aquelas liberdades. Em outras palavras, a pessoa que recebia um programa livre, recebia esse programa com a condição de que se o copiasse ou o aprimorasse, mantivesse as características livres que tinha recebido: o direito de rodar livremente, de modificar livremente e de copiar livremente. Com isso, os programas livres, frutos de esforços coletivos voluntários, ganhavam uma licença que garantia que mesmo que as empresas quisessem usá-los e distribuí-los, o fizessem de forma a manter suas liberdades iniciais. O sucesso do movimento do software livre trouxe um exemplo concreto da possibilidade de se constituir um sistema de criação onde a remuneração não fosse a única e principal fonte de estímulo e onde o interesse coletivo de

⁶³ Segundo a definição do software livre, para que um programa se enquadre como *livre*, ele deve manter as *quatro liberdades* fundamentais: Liberdade 0 – a liberdade de rodar o programa para qualquer finalidade; Liberdade 1 – a liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo segundo as suas necessidades (o acesso ao código é uma pré-condição); Liberdade 2 – a liberdade de distribuir cópias, ajudando o seu vizinho; Liberdade 3 – a liberdade de modificar e melhorar o programa, publicar o seu melhoramento para o público beneficiando toda a comunidade (o acesso ao código é uma pré-condição) (GAY, 2002, p. 41-43).

usufruir com liberdade a cultura humana fosse mais importante do que a exploração comercial das idéias.

Para Stallman o software livre é uma questão de liberdade, não de preço (STALLMAN, 1996 *apud* GAY, 2002, p. 41): para compreender o conceito implícito do software livre, sugere Stallman, “é preciso pensar o *livre* enquanto *fala livre* (liberdade de expressão), não enquanto *cerveja livre* (no sentido de gratuito)”⁶⁴. Para que o software mantenha-se *livre*, os programas devem estar protegidos sob a licença de *copyleft*. É o *copyleft* a manifestação da política da inversão, no sentido de Coleman.

Segundo Stallman (GAY, 2002, p. 89-93) o *copyleft* é um método geral para manter os programas e seus produtos modificados *livres*. *Copyleft* significa que qualquer um pode distribuir e redistribuir um programa ou informação, com ou sem alteração, e que ao passar para frente ninguém poderá tornar esse programa e essa informação propriedade exclusiva ou restringir seu uso nos termos originais do *copyleft*. Para tornar um programa *copyleft*, primeiramente é necessário torná-lo proprietário, registrar o seu *copyright*, e então, atribuir o direito legal de *copyleft* para distribuição, uso e modificação dos programas e informações. Portanto, a inversão está, nas palavras de Stallman, na contraposição política do movimento do software livre aos direitos de propriedade: “se os desenvolvedores de programas proprietários usam o *copyright* (direito autoral) para tirar a liberdade dos seus usuários; nós utilizamos o *copyleft* para garantir a sua liberdade. É por isso que fizemos o trocadilho, mudando o *copyright* para *copyleft*”⁶⁵ (idem, 1996 *apud* GAY, 2002, p. 89).

No artigo, escrito pelo físico hacker e voluntário do Indymedia, Matthew Arninson (2001) – citado no capítulo anterior – o autor compara a publicação aberta ao software livre, e recapitula a

⁶⁴ “Free Software is a matter of liberty, not price. To understand the concept, you should think of “free” as in “free speech”, not as in “free beer” (idem, 1996 *apud* GAY, 2002, p. 41).

⁶⁵ O termo “*copyleft*” partiu de um amigo de Stallman que, brincando, escreveu certa vez numa carta: “*Copyleft*: all rights reversed” (esquerdos autorais: todos os direitos invertidos) em alusão à nota comum: “*Copyright*: all rights reserved” (direitos autorais: todos os direitos reservados).

elaboração de Stallman para definir a política de publicação aberta para escapar das dominações das propriedades intelectuais e de direitos autorais que protegem e exigem o pagamento pela informação. Arnison afirma que o software livre e a publicação aberta são idênticos, ambos são respostas à privatização da informação pelos monopólios multinacionais: “se para o movimento do software livre o seu adversário é a Microsoft, para o movimento da publicação aberta o adversário é a CNN, e para ambos, o movimento do software e publicação livre, o adversário é a AOL Times Warner”⁶⁶. Seguindo o pressuposto da economia da informação, de que o insumo que produz mais informação e conhecimento é a própria informação/conhecimento, Arnison compara o conhecimento dos códigos dos programas e a multiplicação das inovações a partir do acesso e distribuição livre de conhecimento, aos artigos publicados no Indymedia: “software é informação, e assim como as histórias e as opiniões, pode ser facilmente copiado e compartilhado. Sob o sistema de dominação dos monopólios de comunicação de massa global e das multinacionais que gerem e distribuem os sistemas operacionais proprietários, as informações e notícias não são livres nem abertas, e têm um preço alto”⁶⁷. A publicação aberta, portanto, possibilita que as pessoas contrariem essa lógica através da publicação de notícias e opiniões sob a licença copyleft, autorizando e estimulando a sua distribuição sem qualquer custo.

A publicação aberta é acompanhada do conceito de "copyleft", de subversão dos direitos autorais, e aplicada no projeto do CMI. No rodapé do site, ao invés da tradicional nota lembrando os direitos autorais, lemos o seguinte: "(C) Copyleft Centro de Mídia Independente. É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída". Para Stallman a licença copyleft não restringe nenhum uso comercial do software,

⁶⁶ “Open publishing is the same as free software. They're both (r)evolutionary responses to the privatization of information by multinational monopolies. For software it's Microsoft. For publishing it's CNN. For both software and publishing it's AOL Times Warner” (ARNISON, 2001). Disponível em <<http://www.cat.org.au/maffew/cat/openpub.html>>.

⁶⁷ “Software is information. So are news stories. So are opinion pieces. They can be easily copied and shared. Under the dominant multinational global news system, news is not free, news is not open. It is very expensive. It is highly secretive” (ARNISON, 2001).

operando apenas na proibição do seu acesso e reprodução. A licença copyleft no CMI apenas coloca mais uma cláusula que restringe o uso não comercial, por ser o objetivo do projeto, romper com a produção comercial de notícias. Hoje o movimento pelo copyleft, pela livre circulação da cultura e do saber ampliou-se muito além do universo dos programadores. O conceito de copyleft é aplicado na produção literária, científica, artística e jornalística e em todos esses domínios tem gerado grandes discussões.

A reflexão de Arnison (2001) revela a trama e o comprometimento do movimento hacker, expressada através do MSL, e o repertório ativista de toda a rede Indymedia.

Obviamente penso que podemos aprender muito com o movimento do software livre. Uma idéia que se desenvolveu muito foi a idéia do copyleft usado no software livre. O copyleft define como a informação pode e deve ser usada, superando a lei do direito autorial para garantir que a livre informação possa ser somente utilizada em contextos livres. Isto encoraja o crescimento de espaços livres, zonas autônomas, *pari passu* o processo de compartilhamento da informação. Esta é uma chave para definirmos a publicação aberta: não é preciso estar legalmente atrelado ao conceito original, mas apenas começar pela definição. É mais ou menos assim que estamos trabalhando e definindo a política da rede Indymedia. A idéia que a rede Indymedia quer destacar é que se podem produzir novas histórias a partir do acesso e reutilização das histórias já publicadas no site em qualquer lugar, apenas citando a fonte e a origem da história. Por exemplo, através de uma legenda em uma figura com o endereço do Indymedia identifica-se de onde foi tirada tal imagem, e a pessoa que acessar o endereço não irá apenas confirmar a origem da história, mas poderá contribuir com a produção e reprodução daquela notícia. Isso reforça a idéia de que não importa para onde vai o material produzido, pois sempre existirá um *link* para a sua origem, permitindo que novas pessoas voltem ao texto original e possam se interessar e se envolver no processo.

Não é apenas a reprodução do processo de produção, acesso e distribuição livre de notícias que o projeto Indymedia se liga ao movimento do SL, mas o projeto está intrinsecamente conectado ao uso de programas livres, desde os computadores dos voluntários aos programas de

sustentam e geram os dados na rede⁶⁸. O princípio de unidade da rede Indymedia, no seu tópico número 9 deixa claro a política da rede em adotar e promover o uso de softwares livres: “Todos os coletivos do CMI têm o compromisso de utilizar código livre, quando possível, em ordem de desenvolver sua infra-estrutura digital e para aumentar a independência da rede não se ligando a um software privado⁶⁹”.

Quando o site do Indymedia foi lançado durante as manifestações antiglobalização em Seattle, no ano de 1999, o projeto já contava com uma infra-estrutura e ferramentas que possibilitavam a publicação aberta seguindo as orientações do uso de programas livres. O primeiro código aberto para a criação da publicação aberta atesta o compromisso das comunidades de desenvolvedores e programadores orientados pela ética hacker e a motivação política da liberdade de criar, recriar e distribuir livremente seus programas para benefício coletivo. Este é o exemplo do ACTIVE, o primeiro programa de código aberto, disponibilizado para o CMI Seattle pelo grupo ativista de novas tecnologias “*Community Activist Technology*” (CAT), ou *Cat@lyst*, de Sydney, Austrália:

Enquanto trabalhava no meu PhD, no Colorado, EUA, encontrei com o pessoal do Freespeech.org: Brian Drolet, Eric Galatas e Manse, e fizemos os planos para Seattle. Manse tinha um sistema escrito em Windows NT, e ele estava preparando para configurá-lo para os protestos, mas o Windows não é um código para o desenvolvimento de um sistema colaborativo internacional. O ACTIVE é baseado em Linux e é um software livre que pode ser desenvolvido por voluntários pelo mundo inteiro. Então nós desenvolvemos o código e criamos um novo programa a partir do ACTIVE-Sidney para que servisse ao projeto do CMI Seattle. O trabalho foi grande para entregar o programa a tempo, e foi preciso muitos voluntários para manter atualizado

⁶⁸ O CMI defende a liberdade de conhecimento e de acesso a ele; para contribuir com a concretização destas liberdades, incentivamos o uso de softwares livres e a publicação em formatos livres (.ogg para áudio, .png para imagens, etc.) e em formatos proprietários públicos (.rtf e .pdf para textos, .mpg para vídeos, etc.). Não incentivamos o uso de formatos proprietários (.doc para texto, .ppt para apresentação de slides, etc.). Da mesma maneira, todo o conteúdo do sítio é disponibilizado sob a licença de copyleft, a não ser que o/a autor(a) mencione o contrário no artigo. Ver: **Política Editorial do CMI Brasil.** Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>.

⁶⁹ **Princípios de Unidade da Rede Indymedia.** Disponível em <<http://docs.indymedia.org/view/Local/PrincipiosUnidade>>.

e estável a página de publicação aberta durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio. Eu mesmo nunca estive em Seattle, e operei à distância, de Sidney, porque o sistema estava escrito em Linux e permitia a colaboração entre os voluntários. Se tivéssemos usado um programa proprietário com certeza seria impossível para muitos ajudar para que as coisas dessem certas⁷⁰.

O uso de software livre sempre esteve presente e foi o impulsionador na difusão do projeto Indymedia pelo mundo. O uso de programas proprietários criaria dificuldades, como apontado por Arnison, na articulação dos voluntários da rede em desenvolver e buscar soluções coletivamente para os problemas que surgem na rede. O uso de programas proprietários acarretaria um alto custo para manter a rede funcionando, já que o uso de software livre permite que qualquer melhoramento seja acessível por qualquer coletivo sem ter gastos, além de reforçar a identidade entre os voluntários em torno da promoção da independência de vínculos econômicos do projeto Indymedia com as grandes corporações e seus interesses em manter restrições e direitos de propriedade do conhecimento e da informação.

3.2.2. Política da transgressão e desobediência civil

A experiência do trabalho de campo permite apontar que além da política da inversão das propriedades intelectuais e das relações de poder via o domínio e concentração do conhecimento, atestado através da política do software livre, o Indymedia defende expressamente a política da liberdade de expressão e defende a prática da desobediência civil como transgressão da ordem legal, que visa o controle da comunicação no ciberespaço.

Distinto da política de inversão e do repertório político do software livre, a política da transgressão representa um repertório político crítico contra as ações dos seus adversários que possuem poder e influência para criar barreiras e derrubar leis e princípios que protegem o direito

⁷⁰ 90 minute chat with Matthew Arnison about IMC (pre-)history. Disponível em <<http://purplebark.net/Matthew/cat/imc-rave.html>>.

individual à liberdade de expressão e à privacidade. A política da transgressão, na definição de Coleman (2008), objetiva criar infra-estruturas e repertórios que desafiam a vigilância e controle pelos poderes do *establishment*, representa a radicalização do liberalismo e da autonomia política vis-à-vis à vigilância (idem, 2008, p. 263).

Tal política está implícita no princípio de publicação aberta do Indymedia, que garante e defende o direito ao anonimato dos usuários do site. A publicação aberta não exige qualquer tipo de identificação ou autenticação do usuário, sendo a declaração do nome e endereço de e-mail opções que os usuários definem livremente, estando assim ao seu alcance a liberdade de manter ou não o seu anonimato. Porém, o projeto Indymedia tem como política deliberada a programação dos seus servidores e sites para não registrar os números de IP, para que não possa ser identificados, posteriormente, os seus usuários. Tal estratégia deliberada é uma resposta à tentativa de identificação e perseguição de ativistas e voluntários que utilizam o Indymedia, através de seguidas ordens judiciais para a entrega de dados de acesso ao site⁷¹. Segundo o depoimento de um voluntário da rede, fica claro a política de transgressão que tenciona as ordens legais de retenção de dados com o repertório político do Indymedia:

O anonimato é um direito que não pode deixar de existir para o tipo de ativismo que o CMI defende. Se quisermos que as pessoas publiquem seus relatos e façam denúncias de injustiças e violações dos seus direitos por parte do Estado e da polícia, é nossa responsabilidade manter o anonimato de quem publica, porque somos constantemente assediados pela polícia em busca de pistas para identificar quem fez a denúncia ou faz parte deste movimento. De fato o CMI é um dos únicos sites de publicação aberta que não registra o IP de quem acessa o site. Enquanto existem os populares blogs mantidos por outros grupos e jornalistas que querem manter um nível crítico e de discussão com o seu público, esses sites registram os IP de quem acessa, seja para manter o controle e estatística das visitas aos seus sites, ou talvez não meça as conseqüências do estado de vigilância e polícia que ronda a Internet hoje em dia.

⁷¹ No próximo capítulo trataremos das questões do controle do ciberespaço e da rede Indymedia.

Para Kelty (2008) o significado dessas práticas políticas de inversão, transgressão e desobediência civil está associado à novos contra-públicos alternativos que emergem junto com a rede mundial de computadores e que atuam, moldam e transformam culturas, políticas e ideais de sociedade. Na base dessa transformação estão os novos padrões de produção, compartilhamento, licenciamento, tipos de autoridades e controles sobre os desejos individuais e os produtos das interações sociais. Nessa interação um novo *imaginário social* emerge para definir novos padrões de relação entre tecnologia, instituições sociais e políticas e a Internet (idem, 2008, p. 12). As práticas e ética hackers se expressam nos resultados tecnológicos, mas também expressam *através das tecnologias* desejos, idéias políticas e visões de mundo.

CAPÍTULO 4

Os limites da liberdade: controle, privacidade e repertório de segurança da rede da rede Indymedia

“A privacidade é necessária para uma sociedade livre na era digital. A privacidade não é segredo. A privacidade se torna questão quando alguém não deseja que algo se torne público para todo o mundo; mas algo se torna segredo quando alguém não quer que ninguém saiba algo. Privacidade é o poder de revelar *seletivamente* algo para o mundo.” **Manifesto Cyberpunk.**

4.1. Declaração de Independência do Ciberespaço

O momento de eclosão e popularização das tecnologias, conjugado com o contexto de ameaças e ordenação jurídica contra a prática da pedofilia e o *download* de arquivos protegidos por direitos autorais, torna a obsessão pela segurança, controle e vigilância dos Estados sobre as comunicações uma ameaça à liberdade de expressão, da privacidade e anonimato, dentro e fora da Internet. A vigilância difusa e sistemática dos meios de comunicação pelos Estados e empresas comerciais (por exemplo, a Google) coloca uma série de desafios aos repertórios dos movimentos sociais com o advento da Internet.

Seja qual for o mérito das qualidades da Internet, a pressão vinda das instituições responsáveis pela segurança dos Estados e das corporações comerciais para regular a Internet está começando a alterar as suas estruturas básicas que atingem diretamente os incentivos facilitadores para a ação política dos movimentos sociais, assim como todo o ambiente de abertura comunicacional que conforma a rede mundial de computadores. Ao passo em quem as novas

tecnologias de comunicação inundam toda a sociedade, a economia e a política, e seus impactos tornam-se maiores sobre as políticas de governança e administração dos Estados, a questão da legislação e controle da Internet se torna premente.

Tendo sido caracterizada como uma tecnologia por natureza libertária e autônoma, uma fronteira imune à regulação e ao controle por parte dos governos sobre as comunicações e a conduta dos seus cidadãos usuários, a Internet fora defendida enquanto zona autônoma e livre da regulação. John Perry Barlow, ideólogo e co-fundador da organização de defesa das liberdades civis na Internet, a Electronic Frontier Foundation (EFF), lançou a Declaração da Independência do Ciberespaço (1996), na qual reagia à tentativa do governo estadunidense de controlar e legislar sobre a Internet, sob a justificativa de atuar em proteção à criança e contra atos de indecência e ataques morais. O texto *manifesto*, contendo 16 curtos parágrafos, sobre a independência e liberdade na Internet, é claro sobre as fronteiras e limites culturais criados pelos hackers que veem seus projetos e independência conquistados ameaçados pelas políticas de controle e vigilância da Internet.

Governos do Mundo Industrial, vocês gigantes aborrecidos de carne e aço, eu venho do Ciberespaço, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, eu peço a vocês do passado que nos deixe em paz. Vocês não são bem vindos entre nós. Vocês não têm a independência que nos une.

Nós não temos governos eleitos, nem mesmo é provável que tenhamos um, então eu me dirijo a vocês sem a autoridade maior do que a qual por si se manifesta. Eu declaro o espaço social global aquele que estamos construindo para ser naturalmente independente das tiranias que vocês tentam nos impor. Vocês não têm direito moral de nos impor regras, nem ao menos possuir métodos de coação a que tenhamos real razão para temer.

Os governos derivam seu justo poder a partir do consenso dos governados. Vocês não solicitam ou recebem os nossos. Não convidamos vocês. Vocês não nos conhecem, nem ao menos o nosso mundo. Vocês não vêm do Ciberespaço não se limita às suas fronteiras. Não pensem que vocês podem construí-lo, como se fosse um projeto de obra pública. Vocês não podem. Isso é um ato da natureza e cresce por si próprio por meio de nossas ações coletivas.

Vocês não se engajam na nossa grande e aglomerada conversa, e também não criaram a riqueza de nossa união de mercados. Vocês não conhecem a nossa cultura, nossos códigos éticos ou falados que já proveram nossa sociedade com mais ordem do que se fosse obtido por meio de qualquer de suas imposições.

Vocês alegam que existem problemas entre nós que somente vocês podem solucionar. Vocês usam essa alegação como uma desculpa para invadir os nossos distritos. Muitos desses problemas não existem. Onde existirem conflitos reais, onde existirem erros, iremos identificá-los e resolvê-los por nossos próprios meios. Estamos formando nosso próprio Contrato Social. Essa maneira de governar surgirá de acordo com as condições do nosso mundo, não dos seus. Nosso mundo é diferente.

O Ciberespaço consiste de idéias, transações e relacionamentos próprios, tabelados como uma onda parada na rede de nossas comunicações.

[...] Você estão apavorados com suas próprias crianças, já que elas são nativas de um mundo aonde vocês serão sempre imigrantes. Porque têm medo delas, vocês incumbem suas burocracias com responsabilidades paternais, já que são covardes demais para se confrontarem consigo mesmos.

[...] Sua indústria da informação, cada vez mais obsoleta, poderia perpetuar por meio de imposições e proposições de leis na América e em qualquer outro lugar, clamando pelo direito exclusivo de discurso pelo mundo. Essas leis iriam declarar idéias para ser outro tipo de produto industrial, não mais nobre do que um porco de ferro. Em nosso mundo, qualquer coisa que a mente humana crie, pode ser reproduzida e distribuída infinitamente sem nenhum custo. O meio de transporte global do pensamento não exige mais fábricas para se consumir.

Essas medidas cada vez mais coloniais e hostis os colocam na mesma posição dos antigos amantes da liberdade e autodeterminação que tiveram de rejeitar a autoridade dos poderes distantes e desinformados. Precisamos nos declarar virtualmente imunes de suas soberanias, mesmo se continuarmos a consentir suas regras sobre nós. Espalharemos-nos pelo mundo para que ninguém consiga aprisionar nossos pensamentos⁷².

Barlow, com o seu manifesto, é um dos responsáveis pela difusão do termo *ciberespaço*, criado por Willian Gibson, em seu romance de ficção científica *Neuromancer* (1984). O ciberespaço, segundo Gibson, é o universo das redes digitais, descrito como o campo da batalha entre as

⁷² BARLOW, John Perry. **Declaração de Independência do Ciberespaço**. Disponível em <<http://www.internetlegal.com.br/1996/11/declaracao-de-independencia-do-ciberespaco-por-john-per>>.

multinacionais envolvidas nas disputas por novos territórios e mentes, a partir de *fortalezas* de informações secretas, trocadas em alta velocidade ao redor de todo o planeta. O termo logo fora retomado pelos usuários e criadores das redes digitais, que reclamaram para si a autoria e a responsabilidade pelo “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores”, na definição de Pierre Lévy para ciberespaço (LEVY, p. 92, 1999).

Tomando a história de militância política de Perry Barlow pela defesa da liberdade, desde o início da década de 1990, é plausível que a sua descrição do ciberespaço seja revolucionária e inovadora, território sem fronteiras delimitadas pelos Estados, onde as pessoas sejam livres para vaguear ou *navegar*, estabelecer suas próprias comunidades sem estarem sujeitos a pedidos de autorização ou sanção de qualquer instituição reguladora, e que possam resolver seus conflitos através de regras estabelecidas entre os usuários e comunidades que constroem o ciberespaço. A declaração de Barlow aponta para a emergência de uma civilização alternativa, baseada na criatividade da mente, na defesa da autonomia individual e contra a coerção física do Estado e suas instituições repressivas.

A declaração de Barlow está alinhada com uma sub-cultura da prática hacker, conhecida por *cyberpunk* (ciberpunks). Com ênfase na transgressão política e voltada para o anarquismo e o anti-autoritarismo, os ciberpunks elaboram suas práticas levando em conta a relação estreita do cotidiano das sociedades pós-industriais, da informação livre e das redes digitais, com os problemas enfrentados *nas ruas*, associados à visão distópica de um mundo dominado pelo consumo, o espetáculo, a opressão, o controle e a vigilância do Estado. Na recusa radical de qualquer ingerência moral do Estado, ou de valores tradicionais que remetam ao *status quo* do sistema, os ciberpunks manifestam suas experiências e ideologias de vida *underground*, rebeldia e radicalismo na mobilização da racionalidade tecnológica imbuídos do espírito do *Do It Yourself* (Faça você mesmo). A conjugação da cultura cyberpunk com a tecnologia aponta para a criação e manutenção do ciberespaço, auto-gestionado e livre do poder de coerção do Estado, como defendido por Barlow, sob a ordem de

Faça você mesmo sua vida uma obra de arte, aqui e agora. A tecnologia está aí para te ajudar. Mas desconfie das promessas da ciência e da tecnologia. Explore as possibilidades simbólicas e concretas da utilização dos objetos técnicos. Pegue em suas mãos o destino tecnológico do planeta. Comunique-se, troque, toda a informação é boa e deve ser livre. O *cyberpunk* é, assim, o piloto que pensa clara e criativamente (...) inventores, escritores inovadores, artistas expressionistas, cientistas, visionários, hackers elegantes, todos aqueles que levam suas idéias lá onde elas nunca haviam chegado. (LEMOS, 2002, p. 214)

Os ciberpunks encarnam o espírito dos aventureiros (LEMOS, 2002, p. 205) na conquista e colonização de uma nova forma de sociabilidade através da potência gerada pelas novas tecnologias de comunicação e informação, e o enredamento global das trocas simbólicas e materiais. Os mundos que criam e defendem são, nas palavras de Hakim Bey, *ilhas na rede* ou zonas autônomas. A metáfora das ilhas tem origem em um romance de ficção científica, escrito na década de 1980 – *Ilhas na Rede*, de Bruce Sterling –, que alimenta a identidade dos grupos em torno de espaços de resistência na rede mundial de computadores. As ilhas descritas por Sterling são experiências comunitárias descentralizadas, originadas da decadência dos sistemas políticos mantidos por grupos autônomos e independentes, em confronto com os governos e dedicados ao saber. Separadas entre si, são estrategicamente conectadas por um fluxo de informação mediado pelas tecnologias de informação, que garantem a segurança das comunidades e a autonomia de todo controle político externo, tornando-as *zonas autônomas temporárias* (BEY, 2001, p. 13).

Estas formam várias redes de comunicação que contribui para a troca de informações dos grupos autônomos e ativistas – os *zines*, os lambe-lambes nos muros e postes das cidades, boletins e jornais impressos distribuídos gratuitamente⁷³ – necessárias para a subsistência e resistência das zonas autônomas. Contudo, é a atualização das infra-estruturas para as redes digitais, moldadas

⁷³ Hakim Bey defende que não é o grau da tecnologia que garante a existência das redes e das zonas autônomas: “Nossa web não depende de nenhuma tecnologia de computação para existir. O boca-a-boca, os correios, a rede marginal de zines, as “árvores telefônicas” e coisas do gênero são suficientes para se construir uma rede de informação. A chave não é o tipo ou o nível da tecnologia envolvida, mas a abertura e a horizontalidade da estrutura.” (BEY, 2001, p. 34).

pela criatividade hacker, que tornou possível a criação de zonas autônomas estruturadas no ciberespaço. O ciberespaço, a rede das redes, a totalidade de todas as transferências de informações e comunicações de dados (idem, 2001, p. 31), é o suporte para essas *ilhas* e zonas autônomas, que Hakim Bey passa a chamar de *contra-net* ou *web*:

[de] *dentro da net* começou a emergir um tipo de *contra-net*, que nós chamaremos de *web* (como se a internet fosse uma rede de pesca e a *web* as teias de aranha tecidas entre os interstícios da *net*). Em termos gerais, empregaremos a palavra *web* para designar a estrutura aberta, alternada e horizontal de troca de informações, ou seja, a rede não-hierárquica, e reservaremos o termo *contra-net* para indicar o uso clandestino, ilegal e rebelde da *web*, incluindo a pirataria de dados e outras formas de parasitar a própria *net*. A *net*, a *web* e a *contra-net* são partes do mesmo complexo, e se mesclam em inúmeros pontos. Esses termos não foram criados para definir áreas, mas para designar tendências. (BEY, 2001, p. 32) (grifos no original)

Podemos considerar a publicação aberta do Indymedia como uma área ou zona autônoma de ação política dos movimentos sociais, que garante, sob uma estrutura aberta e horizontal, a publicação e discussão sobre questões que não teriam a visibilidade na *net* ou em *zonas* exclusivamente elitistas. No entanto, atestamos, através dos casos de repressão e perseguição ao ativismo do Indymedia, a tendência de ingerência dos Estados sobre essas zonas autônomas, a tentativa de subjugar-las à sua soberania, controle e repressão. Nesses termos, o projeto Indymedia conta com uma rede de *contra-net* de solidariedade que segundo as circunstâncias e exigências suportam a manutenção do Indymedia e garantem a contínua transmissão e circulação de informações entre as *zonas autônomas* e seus indivíduos, protegendo-as e apontando rotas secretas e de fuga.

O debate sobre as manifestações típicas da cibercultura, principalmente o empoderamento de grupos insurgentes e movimentos sociais, se desenvolveu *pari passo* com a preocupação da segurança militar dos Estados, como é o caso expressivo do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, que mantiveram no início dos anos 90 grupos de pesquisas voltados para o

estudo das novas formas organizacionais e dos repertórios de ação política advindas com a rede mundial de computadores.

John Arquilla e David Ronfeldt foram os mais destacados pesquisadores na fundamentação teórica e ideológica sobre o tema da segurança e das novas formas de ativismo e terrorismo com o advento da sociedade em rede. O trabalho dos dois autores foi desenvolvido no âmbito da agência de pesquisas militares RAND Corporation, agência independente, sem fins lucrativos, porém criada pela Aeronáutica dos EUA em 1964 com o objetivo de fomentar pesquisas no âmbito da defesa e da segurança nacional e internacional dos Estados Unidos⁷⁴. Foram Arquilla e Ronfeldt que cunharam os conceitos de *guerra da informação* e *guerra em rede* para estudar os novos repertórios de disputas políticas com a disposição da Internet, tendo em vista a cooptação dos grupos e o controle das ameaças à estabilidade da ordem social frente às novas redes de ativistas, “ligas anarquistas e niilistas de hackers ciberboteadores” (ARQUILLA, RONFELDT, 2002, p. 37).

Sob a fundamentação de que o Indymedia é uma rede ativista construída sob a ideologia e cultura hacker de liberdade do ciberespaço, que busca na elaboração de ferramentas e aplicativos tecnológicos a criação de zonas autônomas no ciberespaço, propondo a democratização do acesso e circulação de informação voltada para os movimentos sociais e grupos políticos, os conceitos de guerra da informação e guerra em rede nos ajudam a descortinar o processo político de policiamento do ciberespaço. Após explicitarmos os conceitos de Arquilla e Ronfeldt, fundamentaremos através dos casos de apreensão e controle da rede Indymedia, o contexto de vigilância atual e os repertórios de proteção e segurança da rede.

4.2. Guerra da Informação e Guerra em Rede

Como apresentado no capítulo anterior, a estratégia de contestação dos enquadramentos sobre eventos políticos ligados às causas dos movimentos sociais tornou-se uma das características principais do ciberativismo. Outras estratégias, como o ataque físico a computadores e redes de

⁷⁴ RAND Corporation. Disponível em www.rand.org/about.

computadores, a interferência e manipulação dos meios de comunicação dos adversários, a distribuição de vírus, caracterizam os conceitos de ciberguerra e guerra em rede ou de informação, desenvolvidos por Arquilla e Ronfeldt. Para os autores, os anos 90 estão para os anos 20, pós 1ª Guerra Mundial, no que diz respeito ao surgimento de um novo espectro do conflito fundado sobre as novas tecnologias de comunicação (ARQUILLA, RONFELDT, 1998, p. 2): “observa-se que os anos 90 não são apenas um período pós Guerra Fria, mas um período entre guerras, preenchido com mudanças radicais, em que o contorno dos futuros conflitos foi sendo moldado pela revolução da informação” (ARQUILLA, RONFELDT, 1998, p. 3).

A revolução informacional alterou substancialmente a natureza dos conflitos sociais em todos os espectros. Primeiramente pelo fluxo de poder através de recursos e formas organizacionais que estão tornando grupos, movimentos e indivíduos mais fortes frente a instituições tradicionais, como os Estados e os meios de comunicação de massa. O advento das redes de comunicação digitais, e o seu uso para fins políticos por grupos da sociedade civil ou pelos Estados, tornaram os conflitos cada vez mais dependentes das estratégias de comunicação e, mais do que nunca, passam a girar em torno do conhecimento e da manipulação das ferramentas tecnológicas à disposição dos combatentes.

Nesse sentido, a preocupação de Arquilla e Ronfeldt é com a alteração da balança de poder entre os Estados e os agentes não estatais (grupos terroristas, nacionalistas, étnicos e movimentos sociais radicais) e as novas formas de conflitos possibilitados pela Internet e suas ferramentas.

A revolução da informação, tanto em seus aspectos tecnológicos quanto não tecnológicos, põe em movimento forças que desafiam a concepção de muitas instituições. Ele rompe e corrói as hierarquias em torno das instituições tradicionais. Difunde e redistribui poder, muitas vezes para o benefício de grupos considerados mais fracos e de atores menores. Ele atravessa as fronteiras e redesenha os limites das agências responsáveis pela segurança. Ele amplia o horizonte espacial e temporal que os atores devem levar em conta nas suas ações. Mas isso pode tornar difícil a vida de grandes burocracias e instituições responsáveis pela ordem, que tem o desafio de adaptar as suas estruturas e estratégias aos processos da era da informação. (ARQUILLA, RONFELDT, 1993, p. 27)

Apesar dos conceitos de ciberguerra e guerra em rede serem correlatos, eles apresentam recortes conceituais que definem os campos e os atores em conflito. A ciberguerra é aplicada no campo propriamente militar, onde se geram conflitos de alta intensidade (*High Intensity Conflict – HIC*) conduzidos através de estratégias militares de Estados voltadas para o ataque, controle e supressão das fontes geradoras de conhecimento e informação dos adversários. Na ciberguerra, os alvos se tornam os centros de difusão de informação, os nós e roteadores da comunicação, os satélites e computadores responsáveis pela emissão, armazenamento das informações dos inimigos (idem, 1997, p. 27).

A guerra em rede, por sua vez, diz respeito aos conflitos surgidos a partir da sociedade, no uso das tecnologias pelos grupos da sociedade civil, em uma guerra organizada em torno da disputa pelo domínio e manipulação do conhecimento e informação. Para Arquilla e Ronfeldt, a guerra em rede, ou de informação, geram conflitos de baixa intensidade (*Low-Intensity Conflict – LIC*) entre atores não estatais, entre si e contra o Estado. A guerra em rede tende a ultrapassar e desafiar as fronteiras, jurisdições e diferenças clássicas entre Estado e sociedade, público e privado, conflito e delito, civil e militar, legal e ilegal (ARQUILLA, RONFELDT, 2002, p. 44). Os combatentes envolvidos em guerras de informação agem estrategicamente, como foi explicitado no capítulo II sobre a determinação de enquadramentos em disputas elaborados sobre a realidade. Porém, segundo a interpretação dos autores, a ação de enquadramento na guerra de informação busca confundir uma população, desconstruir suas crenças sobre as quais se fundamenta a ordem:

Como expressou Richard Szafranski em seus argumentos sobre o modo em que a guerra da informação se converteu recentemente em uma “guerra neo-cortical”, o desafio para os governos e as sociedades é “epistemológico”. Um participante da guerra em rede pode confundir as crenças fundamentais da população, suas características da cultura, sociedade e governo, em parte para fomentar o medo, mas principalmente para desorientar e desestabilizar a sua percepção. Esta é a razão porque a guerra em rede que tem suas raízes no campo social – seja travada por nacionalistas étnicos, terroristas ou ativistas sociais – pode se concentrar mais no

sentido da perturbação que no sentido da destruição (ARQUILLA, RONFELDT, 2002, p. 44)

A guerra em rede ou de informação, portanto, refere-se ao conflito de enquadramentos, a prática de desafiar os discursos oficiais através de reenquadramentos realizados pelos próprios ativistas e movimentos sociais, que no entendimento dos autores deixa de ser legítimo ao ser considerado como tentativa de “perturbar”, “confundir” e modificar o modo como uma população pensa e entende o mundo ao seu redor. A guerra em rede concentra-se na formação ou transformação da opinião pública, da elite ou de ambas, sobre uma questão. Pode envolver medidas públicas de propagandas psicológicas, políticas e de subversão cultural, engano ou de interferência nos noticiários dos meios de comunicação local, para promover movimentos de oposição e dissidências. O contorno de uma *guerra* de informação está explícito na comparação e afirmação de que “a ruptura psicológica é tão importante quanto a ruptura física do adversário” (ARQUILLA, RONFELDT, ZANINI, 1998, p. 46).

Outra característica que define a guerra em rede é a sua estrutura organizacional em rede, como no projeto Indymedia. Na guerra em rede, o foco não é somente o uso em si da tecnologia, mas a intersecção da tecnologia e as novas formas de organização dos grupos e movimentos sociais que fazem o uso político dessas ferramentas. A guerra em rede, portanto, se refere aos conflitos onde os combatentes estão organizados em forma de rede ou as emprega para a comunicação e a difusão de suas estratégias de ação coletiva.

O modelo organizacional, apontado por Arquilla e Ronfeldt, privilegiado pelos movimentos sociais transnacionais – mas também pelas redes de grupos criminosos, traficantes e terroristas, piratas de propriedade intelectual – que para os autores são os atores protagonistas das guerras

em rede e da informação, é o de rede distribuída ou multicanal⁷⁵, com canais de comunicação diversificados que oferecem à estrutura em rede seu novo e grande potencial para a ação coletiva, e que ganha força com a revolução da informação e as ferramentas desenvolvidas por grupos de hackers ativistas solidários com a política desses grupos (ARQUILLA, RONFELDT, 2002, p. 39).

Os autores defendem que a noção de guerra em rede não sugere apenas a guerra na Internet, ou através do uso das novas tecnologias, como a ciberguerra que implica o uso de tecnologias para o controle e a ação das operações militares, mas também se manifesta nas ruas, como as grandes marchas e protestos de solidariedade que se iniciam nas redes de computadores. Mesmo afirmando que a luta social em rede está mais relacionada com os líderes sociais de base, no mundo real, como a liderança exercida pelo subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ou as lideranças locais presentes na ocupação do Sonho Real, do que com o *hacker* “solitário” Kevin Mitnick (idem, 2002, p. 42) ou os voluntários da rede CMI na Internet, a preocupação apontada pelos pesquisadores em ciberguerra e sua aplicação em rede está nas ferramentas e espaços autônomos desenvolvidos e mantidos pelos hackers.

O espectro da guerra em rede [da informação] pode incluir cada vez mais uma nova geração de revolucionários e ativistas que defender as ideologias da sociedade da informação pós-industrial que estão a tomar forma. Em alguns casos, as identidades e lealdades podem se deslocar do Estado-Nação para o nível transnacional da “sociedade civil”. Novos tipos de atores – por exemplo, ligas anarquistas e niilistas aficionados por computadores (“cyboteurs” [ciber sabotadores]) – também estão começando a surgir, que devem participar da guerra em rede. Muitos atores, senão a sua maioria serão não estatais e apátridas. (ARQUILLA, RONFELDT, 1997, p. 278)

A guerra em rede, para Arquilla e Ronfeldt, portanto, é o auge das formas organizativas estruturadas em redes, que sob o efeito da revolução tecnológica e da computação, desenvolveu

⁷⁵ O desenho apontado por Arquilla e Ronfeldt é um modelo de rede SPIN predominante nas descrições dos movimentos sociais desde a década de 1970, por Luther Gerlach e Virginia Hine. SPIN significa: *segmented, polycentric, ideologically integrated* (policêntrica, segmentada e ideologicamente integrada).

seu potencial para uma rede complexamente interconectada, com a capacidade de armazenar e distribuir os fluxos de comunicação e informação de maneira descentralizada. Utilizando a figura do deus romano Jano, que representa a separação entre a guerra e a paz, através das suas duas faces, uma voltada para trás, com aspecto mais envelhecido, e a mais nova voltada para frente, Arquilla e Ronfeldt apontam que a guerra em rede pode ser usada por lados “bons” e “ruins”.

Desde as suas origens [a guerra em rede] têm atraído uma ampla amostra de atores não estatais desejosos de enfrentar as autoridades do Estado. Nacionalistas étnicos, terroristas e delinquentes, todos tem conseguido maiores poderes com as redes. O mesmo tem ocorrido com os novos atores da sociedade civil global, que concentram suas iniciativas não violentas para ganhar a “batalha da história” – uma dimensão da guerra em rede mais relacionada com a informação – ao invés das táticas de enganação que representa o lado mais escuro. (idem, 2002, p. 50)

Apesar de Arquilla e Ronfeldt deixarem clara a distinção da prática das guerras em rede propostas pelas redes ativistas da sociedade civil, movimentos sociais e grupos que desafiam sistemas e estados autoritários, como o uso da rede por ativistas de países orientais com a China, Irã, e movimentos envolvidos com os direitos humanos, em oposição às redes terroristas, de grupos radicais nacionalistas, étnicos e fundamentalistas, os autores mantêm uma postura ideológica e normativa sobre quais os movimentos são os “bons” na guerra em rede.

Para os autores, vale lembrar, que trabalham para uma agência de defesa e segurança dos EUA, a defesa das redes transnacionais de movimentos sociais tem dois pesos e reflete nas ações de repressão à rede Indymedia, tanto nos EUA e Europa quanto em outras partes do mundo. Como afirmam: “Alguns atores são antagonistas aos interesses políticos dos EUA, mas outros, como as redes transnacionais de ativismo da sociedade civil global não são, e por vezes, podem beneficiar as políticas dos EUA” (idem, 1997, p. 278). Como ressaltado no capítulo anterior, nos escritos de Arquilla e Ronfeldt o termo *hacker* está associado às práticas desviantes, antissociais, delinquentes, antiéticas e imorais, de desrespeito e ameaça às leis e à ordem sociais, reproduzidas e

pertencentes às ligas anarquistas e nihilistas de *ciber-sabotadores* (idem, 2002, p. 37), ao domínio da *pirataria eletrônica*, dissociando do ativismo político social da prática hacker.

4.3. *Terrorismo e vigilância: o contexto de controle das redes de informação*

A questão política da ciberguerra e da guerra em rede desenvolvida se torna hegemônica após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Neste contexto político é que emerge o tema da segurança e da vigilância do ciberespaço, como preocupação dos Estados, assim como para os movimentos sociais, especialmente nas suas estratégias de comunicação e ação.

Os ataques terroristas de 11 de setembro, contra os Estados Unidos, foram um evento que teve forte influência no redirecionamento da relação entre os componentes tecnológicos com o político e o social. Para além dos danos materiais e das pessoas vitimadas por tais ataques, a tragédia se estendeu para os planos políticos e sociais dos países envolvidos e responsáveis por uma resposta global ao terrorismo, gerando mais danos do que se poderia prever inicialmente com a contagem dos mortos. As respostas institucionais envolveram medidas drásticas de vigilância e segurança nacionais, a aprovação de leis antiterroristas, que primeiramente partiu dos EUA para o mundo. A mais notória dessas medidas foi a *USA PATRIOT Act (Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism)*, aprovada em 26 de outubro de 2001, pelo presidente dos EUA na época, George W. Bush, logo após os ataques terroristas, que criou e legalizou mecanismos governamentais de monitoramento intensivo de aeroportos, escolas, escritórios do governo, bibliotecas, bancos e, principalmente, os fluxos de comunicação, tanto por cartas, telefones ou correspondências *online*. Complementando as medidas de segurança interna dos Estados Unidos, através da expansão dos serviços secretos de vigilância, orchestra-se a reordenação legal de âmbito global com vistas a estabelecer um quadro de controle e vigilância no ciberespaço. Mas também, com o viés do controle e regulação contra

todas as práticas de cibercrime, acentuado pelos ataques de 11 de setembro, está-se impondo o consenso de uma legislação global da Internet.

O PATRIOT Act justifica as ações de vigilância e investigação secreta contra grupos ativistas e radicais, que enquadrados sob a categoria social de *terroristas* legaliza a violação dos direitos de liberdade de expressão e privacidade dos indivíduos. Segundo a Electronic Frontier Foundation⁷⁶, o PATRIOT Act deu super poderes à polícia interna dos EUA e às agências de inteligência internacional, eliminando os mecanismos de equilíbrio e regulação contra o uso abusivo da vigilância contra os cidadãos estadunidenses. A lei patriota dos EUA provê quatro mecanismos de vigilância: a interceptação de dados na comunicação; a busca e apreensão de materiais – livros, computadores – que possam servir de provas para as investigações policiais; a escuta telefônica e a requisição de dados de ligações e *sites* navegados para as empresas de telecomunicação; e o uso de mandatos para que os indivíduos deponham na construção de provas criminais durante as investigações policiais. O governo também passa a exigir, nesse contexto, que os provedores de acesso à Internet mantenham um banco de dados dos *logs* de acesso e navegação dos seus clientes, assim como aos provedores de serviços na Internet, como correio eletrônico, mantenham um histórico dos conteúdos das mensagens trocadas entre usuários e grupos.

Outro mecanismo de controle da rede mundial de computadores, que visa o combate às práticas criminosas, é a Convenção sobre Cibercrimes (2001), conhecida como Convenção de Budapeste, por ter sido assinada na cidade de Budapeste, no dia 23 de novembro de 2001, ainda no contexto *quente* dos recentes atentados terroristas. É considerada a primeira convenção internacional no combate ao cibercrime e marca uma ameaça aos princípios da liberdade de expressão e privacidade no ciberespaço. A Convenção de Budapeste tende a ser um tratado modelo para a harmonização das legislações nacionais em todo o mundo com o objetivo de criminalizar condutas na Internet, como o acesso e a interceptação ilegais, interferência no tráfego

⁷⁶ EFF Analysis of the Provisions of the USA PATRIOT Act – That Relate to Online Activities. **Electronic Frontier Foundation**, 31 de outubro de 2001. Disponível em: <http://w2.eff.org/Privacy/Surveillance/Terrorism/20011031_eff_usa_patriot_act>.

de comunicação, mau uso das ferramentas de tecnologia de informação para a pedofilia, o crime financeiro, as práticas *hackers* e o ciberterrorismo⁷⁷. Com a intenção de combater as condutas criminosas, como a pedofilia, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, a Convenção de Budapeste prevê a prática de monitoramento e vigilância dos usuários da Internet através da retenção e armazenamento de dados de tráfego em tempo real e interceptação de conteúdos, a preservação e divulgação dos dados de tráfego e conteúdos, produção, busca e apreensão de dados e computadores que estejam sob investigação policial, acesso e apreensão de dados armazenados em computadores que estejam em outros territórios nacionais que sejam signatários da Convenção. A convenção foi organizada e proposta pelo Conselho Europeu de Segurança, foi assinada por 44 países constituintes da União Européia e ratificada por 22, inclusive os EUA, que a assinaram no ano de 2006.

A adoção da lei PATRIOT pelo legislativo americano, e a pressão internacional para a harmonização das legislações nacionais, nos moldes da Convenção de Budapeste, que legitimam e tornam necessários práticas de vigilância, monitoramento em tempo real, armazenamento e construção de bancos de dados dos internautas, demonstra que os Estados, que por ora foram eximidos do papel de criar leis normativas no ciberespaço, estão retornando o papel central de instituição da ordem e da segurança territorial.

David Lyon, pesquisador no campo dos estudos de vigilância, argumenta que, por razões simples e extraordinárias, a vigilância está tornando-se um fenômeno globalizado. Ela não é um fenômeno novo ou dependente das tecnologias existentes hoje em dia. Na sua forma mais antiga, dizia respeito às taxações e ao censo populacional, e remetia à formação dos primeiros Estados-nação no século XV e XVI, ao passo que a partir dos séculos XVII e XVIII associa-se à ideia de cálculo, conhecimento e censura (LYON, 2000). A vigilância, de um modo geral, está relacionada

⁷⁷ **Convention on Cybercrime.** <http://en.wikipedia.org/wiki/Convention_on_Cybercrime>. A versão completa com a minuta explicativa, em português, da Convenção de Budapeste pode ser acessada no seguinte endereço: <http://www.coe.int/t/dg1/legalcooperation/economiccrime/cybercrime/Documents/Convention%20and%20protocol/ETS_185_Portuguese.pdf>.

com a prática e o processo dos Estados-nação lidar com os dados pessoais dos seus cidadãos e estrangeiros, com o registro e acessibilidade desses bancos de dados para fins do controle e segurança territorial (LYON, 2004). Essa definição tradicional de vigilância se ampara na construção sociológica do Estado Moderno weberiano caracterizado pelo monopólio do uso da força e da dominação centralizada no corpo burocrático do Estado.

Contudo, a essência do conceito de vigilância – domínio e influência dos subordinados pelos que estão em situação de poder (GIDDENS, 2001, p. 37) – é transpassada por novos mecanismos que intensificam e aprofundam o modo de monitoramento e coleta de dados. Giddens, na sua tentativa de elaboração teórica mais complexa do Estado e do uso da violência, aponta que o Estado exerce o seu papel administrativo baseado em *tecnologias de poder de vigilância* que formalizam os procedimentos de domínio com o auxílio de novos recursos materiais e tecnológicos (idem, p. 37).

A “vigilância” refere-se a dois tipos de fenômenos relacionados. Um é a acumulação de “informação codificada”, que pode ser usada para administrar as atividades de indivíduos a ela associadas. Não é apenas a coleção de informação, mas o seu armazenamento que importa aqui. A memória humana é um instrumento de armazenamento, mas o armazenamento de informação é fortificado intensamente por vários outros tipos de marcas e características que podem ser usados como modo de registro. Se a escrita está presente em todas as culturas, o principal fenômeno relativo aos Estados modernos é o armazenamento eletrônico – fitas, discos, CDs etc. – que expande consideravelmente a variedade de mecanismos de armazenamento disponíveis. [...] O outro aspecto da vigilância é a supervisão direta das atividades de alguns indivíduos por outros em posições de autoridade. (GIDDENS, 2001, p. 37-38)

Para Giddens, o controle e a vigilância administrativa estão fundamentalmente associados aos aspectos militares dos Estados modernos contemporâneos, como um dos pilares fundamentais para a sustentação e organização de qualquer Estado-nação. A necessidade do controle administrativo se justifica pelos procedimentos disciplinares que só podem ser aplicados quando se conhecem os gestos e comportamentos dos cidadãos, ocupando-se apenas de administrar a

previsibilidade da rotina diária (idem, p. 37) ou manter e garantir o processo de *pacificação interna* dos Estados contra os “distúrbios populares” (idem, p. 203) que ameaçam a ordem e a soberania dos Estados.

As tecnologias de comunicação e informação tornam-se potenciais tecnologias de segurança e controle a serviço dos Estados na busca de monitoramento, arquivamento e recuperação de dados sobre os cidadãos. Segundo Gary T. Marx (1988), pesquisador e referência no campo de estudo da vigilância, a informatização digital da vida altera o impacto dos processos de vigilância, tornando-a rotineira, extensa e profunda (idem, 1988, p. 208). Essa *nova vigilância* ganha contornos mais suaves do que as medidas tradicionais: transcende as distâncias, as barreiras físicas e *a escuridão*; transcende o tempo, pois seus dados podem ser armazenados, recuperados, combinados e comunicados através de uma série temporal *congelada* e disponível muito tempo depois; tem pouca visibilidade ou se torna *invisível* para quem está sendo vigiado, tornando mais difícil a asserção de quando e onde está alvo da vigilância; torna-se *involuntária*, pois os indivíduos passam a expor e compartilhar um maior volume de informações pessoais que podem ser usadas para fins de vigilância e controle do Estado; torna-se uma medida de *prevenção* e previsibilidade através da categorização social, ou a *categorização de suspeita*, com o objetivo de reduzir a incerteza e o risco de atos voltados para a violência; passa a ser descentralizada, não mais sobre um *foco* ou suspeito específico, mas a suspeita passa a ser *todos* enquadrados em uma categoria, no qual os suspeitos são *culpados* de antemão até que provem o contrário; além de promover o *auto-policiamento* através da internalização de comportamentos; e, por fim, é mais *intensa* e *extensa*, agindo mais profundamente no físico, social e psicológico dos alvos, além de cobrir grandes extensões territoriais, criando redes de informações que sugeriam ser desconectadas (MARX, 1988, p. 217-218).

Fernanda Bruno (2008), pesquisadora brasileira sobre os processos e o fenômeno da transparência e privacidade nas redes de relacionamento na Internet, conceitua com grande precisão a vigilância digital: “monitoramento sistemático, automatizado e a distância de ações e

informações de indivíduos no ciberespaço, com o fim de conhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis” (BRUNO, 2008, p. 169), e tem como seus principais dispositivos o monitoramento das ações, informações e comunicação dos indivíduos no ciberespaço, o arquivamento em bancos de dados e, posteriormente, a manipulação na montagem de perfis e categorias sociais identificáveis (idem, p. 170).

Podemos considerar, portanto, o monitoramento digital na Internet mais um dispositivo da *nova vigilância*, pois outros dispositivos também exercem a função intensiva e extensiva da vigilância eletrônica contemporânea: os cartões de crédito, os passaportes e as carteiras de identidade eletrônicas, os telefones celulares e aparelhos com programas de geolocalização. Todos esses dispositivos coletam, transferem, armazenam e possibilitam traçar perfis e categorias sobre os seus usuários. No contexto do uso político da Internet, tratando-se dos indivíduos que participam do projeto CMI, grande parte tem em conta o que significa essa *nova vigilância* e os riscos envolvidos. Essa dimensão da privacidade e das *ameaças* do controle é adquirida pela experiência que os voluntários da rede Indymedia têm com os eventos de repressão e perseguição *online*⁷⁸.

A preocupação, portanto, com o anonimato e a privacidade dos voluntários do CMI e dos colaboradores individuais que utilizam o site, vai de encontro com a relação entre identidade e perfis descrita por Bruno para fins de controle:

No atual contexto das guerras em rede e ciberguerras, a nova vigilância é justificada e aceita pelos fins sociais positivos que propõe como o combate ao terrorismo, o cibercrime, a proteção da vida individual e a garantia da continuidade do sistema de produção e reprodução da vida social capitalista - na defesa da propriedade intelectual - mesmo que essas medidas rompam com as nossas noções de privacidade, liberdade e direitos individuais (idem, 2008, p. 220).

⁷⁸ Veremos mais adiante alguns relatos de repressão e casos que envolvem a justiça e a delação dos dados de acesso e usuários do projeto Indymedia. A preocupação com a privacidade, o controle e a vigilância na Internet não é ainda um tema de preocupação pública: só toma medidas para se proteger quem realmente leva em conta a privacidade ou tem alguma noção política sobre o tema.

Olhando para o objeto da pesquisa, as novas tecnologias de comunicação e informação, nesse sentido, têm um duplo papel: *pari passo* são instrumentos de empoderamento dos grupos ativistas, para a orquestração das ações políticas, são tecnologias que aumentam e reforçam o poder da vigilância dos Estados. A escalada crescente de informação produzida pelos indivíduos através da comunicação eletrônica tem produzido bancos de dados gigantescos, tornados possíveis através da retenção desses dados, legal ou ilegalmente, pelos Estados e pelas empresas fornecedoras de serviços de acesso e uso da Internet. O tradicional monopólio do uso da violência e dos meios de controle e vigilância social é reforçado pelas tecnologias e os novos meios de retenção e análise dos dados digitalizados dos indivíduos em escala global.

Em uma conversa sobre o tema com uma voluntária do CMI Brasil, ela aponta o que considera a estratégia de controle dos grupos ativistas e radicais:

Se você for analisar a conjuntura desde 11 de setembro de 2001, em relação a guerra contra o terrorismo junto com as mudanças que vem acontecendo da Internet, as práticas de espionagem estão utilizando bancos de dados obtidos na Internet. Aonde esses dados são obtidos por empresas privadas e entregues para agências de inteligência de governos, desde servidores apreendidos e entregues para o FBI até a facilitação do acesso para agentes do governo, com a colaboração de empresas como o Google e a AT&T. Você vai ver que esses casos listados é apenas o começo do resultado desse enorme poder que está sendo construído em parceria entre agências do governo e setores privados. Por exemplo, o Google recentemente anunciou a intenção de sentar com os governos e propor uma política para que eles ajudem a controlar melhor a Internet e evitar a ação de criminosos. Na *gringolandia* agora existe a Agência de Inteligência que controla vários braços das agências de investigação e espionagem. A nctc.gov – National Counterterrorism Center. Se você for ver a estrutura que ela possui, vai ver que é igual a SS Nazi.⁷⁹

O depoimento da voluntária reflete os casos de perseguição e repressão contra a rede Indymedia em todo o mundo, e reforça o debate teórico em torno da nova vigilância, que coloca

⁷⁹ Entrevista com voluntário.

desafios estratégicos para grupos ativistas radicais na Internet frente à tentativa de controle pelos Estados.

4.4. Guerra contra a rede Indymedia

Um dos eventos mais importantes para o movimento alter-globalização foram os protestos anti G-8, de 21 de Julho de 2001, em Genova. O evento ganhou destaque pelo volume de ativistas e grupos sociais que chamaram a atenção da mídia pelos seus repertórios coordenados de ação nas ruas da cidade. Porém, o evento de protesto em Genova foi marcado por uma reação brutal da policial contra os manifestantes: desde a agressão aleatória por policiais sem identificação contra grupos e indivíduos que participavam da marcha de protesto, que resultou na morte de um ativista, até a invasão de uma escola que sediava voluntários do projeto Indymedia e outros grupos de mídia independente para saquear, quebrar seus aparelhos e computadores.

Jeffrey Juris, pesquisador social e ativista dos movimentos transnacionais, esteve presente no evento de Genova quando realizava sua pesquisa de campo sobre o uso da Internet para a divulgação dos eventos de protesto. Ele relata em detalhes a invasão da polícia na escola ocupada pelos ativistas de mídia independente:

Depois do encontro, voltei para o laboratório de computação para informar meus amigos de Catalão que eu havia decidido ficar. De repente, escutei uma histeria na rua, seguido de um estrondo no portão da frente do centro de mídia. Diversos ativistas invadiram a sala central gritando “Polícia, polícia!”. Preocupado com as minhas fotografias e anotações de campo, eu imediatamente agarrei a minha mochila e corri para o quarto andar, para onde todas as outras pessoas buscaram abrigo. Quando entrei no corredor, dois ativistas americanos, veteranos em ação direta, me passaram um saco de dormir e me orientaram ir para uma sala desocupada, aonde nos escondemos debaixo de uma mesa. Enquanto esperávamos no escuro, ouvíamos os helicópteros sobrevoarem o prédio, enquanto os policiais quebravam os computadores e acessórios do Indymedia Center lá embaixo. Um oficial italiano entrou na sala e nos encontrou, e nos levou para o segundo andar, aonde nos amarrou

brutalmente junto a outros trinta outros ativistas por cerca de meia hora. Apesar de uma dezena de ativistas terem sido agredidos violentamente na Escola Diaz, a polícia deixou o local quando já haviam destruído uma grande quantidade de *hardware* e documentação. Eu fiquei muito tempo assustado com o ocorrido, e decidi voltar imediatamente para Barcelona (JURIS, 2005, p. 190).

Este relato deixa claro que a polícia e os órgãos de política e repressão – nesse caso, presencialmente causando danos aos computadores e acessórios dos ativistas da rede Indymedia – veem o projeto Indymedia como uma ameaça à ordem social e política, pela oportunidade política de contraposição aos relatos oficiais dos meios de comunicação e a difusão de protestos em solidariedade à violência e agressão policial que culminou na morte do ativista Carlo Giulliani. No entanto, desde que surgiu, a rede Indymedia é alvo de tentativas de repressão e censura por outros meios.

Antes, porém, vale tentar responder o porquê das forças da lei e da ordem almejem repreender a rede Indymedia antes, durante e depois das suas ações coletivas. Por que consideram o Indymedia tão ameaçador? Por um lado, nos últimos anos a rede Indymedia tem sido a responsável pela difusão do uso político da Internet através da formação dos coletivos locais espalhados pelo mundo, e pela formação de uma nova geração ativista de hackers ligados às novas tecnologias, ferramentas de produção, armazenamento e circulação de notícias, informação e vídeos documentários independentes. Por outro lado, a orientação do trabalho voltado para grupos e movimentos sociais marginais ou que sofreram violação de direitos humanos, a abertura de oportunidades políticas para os grupos com o mínimo de recursos para se tornarem *visíveis* e terem seus direitos legitimamente reconhecidos através dos seus sítios, a prática ativista da rede Indymedia tem um efeito prático sobre a realidade política e social.

Em 21 de abril de 2001, quando vários manifestantes marchavam contra a Cúpula das Américas, na qual estava em jogo a organização da Área de Livre Comércio das Américas, na cidade do Quebec, Canadá, o coletivo do CMI Seattle foi surpreendido pelo FBI acompanhado de agentes

da Polícia Secreta do governo norte-americano. O motivo da ação federal foi a publicação no Indymedia.org de um documento secreto do governo canadense que informava sobre o esquema de segurança elaborado para a reunião dos chefes de Estados. Logo que fora publicado, o documento foi difundido para a ampla rede ativista que participaria das ações de protesto em Quebec. O FBI, sob a alegação de “furto” e “danos à segurança nacional”, requereu ao coletivo do CMI Seattle todos os registros de endereços de e-mail e dados de acesso (IP - Protocolos de Internet) desde a publicação do documento⁸⁰.

Contando com uma assessoria jurídica formada por organizações que militam pelos direitos civis na Internet, como a EFF e a Electronic Privacy Information Center (EPIC)⁸¹, o Indymedia conseguiu a anulação da ordem de entrega dos dados exigidos pela polícia federal (mais de 1,25 milhão de acessos entre os dias 20 e 21 de abril) para a investigação. Um dos advogados da rede Indymedia esclareceu os principais pontos que fizeram suspender a ordem judicial:

O governo deve uma explicação ao CMI, a seus usuários e ao público em geral. Talvez isto impeça que este tipo de coisa aconteça novamente. Com a determinação da justiça suspensa, o CMI perde a oportunidade imediata de fazer a justiça julgar muitos direitos constitucionais como os que seguem:

De acordo com a lei dos Estados Unidos, a liberdade de discurso garante o direito de falar no anonimato. Este princípio foi instituído repetidas vezes nas cortes federais e, recentemente aprovado para ser aplicado aos discursos da internet também. Em 19 de abril, o juiz da Comarca de Seattle, Thomas Zilly, decidiu que a firma da Internet 2TheMart.com não poderia obrigar um hospedeiro de salas de bate-papo na internet a identificar usuários anônimos que teriam criticado a companhia online.

A liberdade de associação, particularmente associações anônimas, é garantida por proteções legais muito fortes. O anonimato em discursos públicos tem sido tema central na história da democracia americana; até mesmo documentos federais foram publicados com nomes fictícios. Na internet o anonimato é particularmente importante, pois possibilita aos indivíduos encobrir suas raças, sexo, classe ou outros indicadores que possivelmente os levariam à marginalização em espaço público

⁸⁰ In the Matter of the Application of the United States. **Seattle Indymedia Center**, 27 de abril de 2001. Disponível em <<http://seattle.indymedia.org/en/2001/04/3014.shtml>>.

⁸¹ Electronic Privacy Information Center. <<http://epic.org>>.

Jornalistas têm um privilégio qualificado na questão da divulgação obrigatória de fontes e de outros produtos de trabalho. A Constituição garante esta proteção porque a divulgação obrigatória na Corte dos meios de busca de informações impõe uma séria ameaça à vitalidade do processo e à livre imprensa. A ordem do governo descreveu falsamente o CMI como sendo um provedor de internet, ao invés de uma organização de notícias. Jornalistas independentes que publicam histórias ou fotografias nos sites do CMI estão sob a mesma proteção que quaisquer outros membros da mídia⁸².

A tentativa de retenção dos dados de acesso ao Indymedia.org durante os protestos de Quebec, em 2001, levou o Indymedia a adotar um repertório estratégico de defesa contra as subsequentes tentativas de investigação e identificação dos usuários dos seus sites. O Indymedia passou a não registrar mais os endereços de IP nos seus servidores. O endereço de IP, como foi explicado, é o número cedido pelo provedor de acesso à Internet, com o qual se estabelece a comunicação com os outros sites e servidores na Internet. Esse número pode ser rastreado, e conseqüentemente possibilita a identificação e localização física da pessoa que acessou o site. Portanto, a ação de não registrar o IP é apenas um dos repertórios de defesa contra a vigilância e o controle no ciberespaço da rede Indymedia.

O controle e repressão junto ao Indymedia também se manifestam através da apreensão das máquinas e servidores da rede. Em 07 de outubro de 2004, dois servidores que davam infraestrutura para mais de 20 sites da rede Indymedia, inclusive o CMI Brasil, foram apreendidos na cidade de Londres. Os servidores Ahimsa I e II estavam hospedados em uma filial inglesa da empresa Rackspace Managed Hosting, sediada em San Antonio, Texas. Por meio do Tratado de Assistência Mútua Legal (*Mutual Legal Assistance Treaty - MLAT*) entre o governo americano e o da Inglaterra, para a cooperação em casos de terrorismo, sequestro internacional e lavagem de dinheiro, a ordem de apreensão dos servidores pode ser executada. No entanto, essa apreensão

⁸² Governo suspende ordem da justiça enquanto CMI prepara recurso legal. **Centro de Mídia Independente**, 21 de junho de 2001. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/06/2686.shtml>>.

trouxe o debate em torno do direito à liberdade de expressão e do anonimato na rede mundial de computadores.

O caso girou em torno da publicação das fotos de dois policiais italianos no CMI Nantes (Itália). Os policiais foram fotografados durante uma ação da polícia contra manifestantes. De acordo com o levantamento dos fatos realizado pela EFF, que defende o Indymedia, o governo italiano fez uma requisição ao governo americano para que os responsáveis pelo Indymedia – residentes nos EUA – retirassem as páginas que continham as fotos e dados pessoais dos policiais. No entanto, argumentando que a rede Indymedia segue seus princípios de autonomia entre os coletivos e que, portanto, nenhum coletivo e nenhum indivíduo tem o poder sobre outros coletivos, a exclusão da publicação deveria ser feita pelo coletivo do CMI Nantes. Com receio de novas repreensões da polícia, foi encaminhado um pedido interno na rede Indymedia para que as fotos e informações pessoais fossem retiradas da publicação pelo CMI Nantes. Os voluntários do CMI Nantes, argumentando que não havia dados pessoais dos policiais, mas apenas as fotos dos agentes agredindo os manifestantes, apenas desconfiguraram os rostos dos policiais e mantiveram as fotos no site.

Contudo, em uma medida secreta, o FBI procurou a empresa Rackspace, em San Antonio, mediante a apresentação de uma carta judicial para a apreensão do servidor. O mandato ainda proibia que a Rackspace divulgasse o fato de que estaria sendo alvo da ação da polícia. Como a empresa norte-americana se recusou a entregar as cópias dos dados aos federais, eles agiram através do MLAT para a apreensão física dos servidores em Londres. Novamente, de acordo com os advogados da EFF, a ação judicial e policial incorreu contra as leis de liberdade do direito civil norte-americano:

Ordens secretas para silenciar mídias não deveriam existir em nenhuma hipótese em países que acreditam na liberdade de expressão. A EFF foi fundada há 14 anos atrás quando aconteceu o caso do Steve Jackson Games, e desde aquele tempo consideramos que a apreensão de um servidor inteiro por causa de pequenos pedaços

de informação é vergonhoso, ilegal e inapropriado. Parece que o Governo esqueceu as regras civis básicas, mas nós os lembraremos.

Os federais não podem tirar da tomada mais de 20 *websites* – nossas modernas fontes de imprensa – baseados em procedimentos secretos sob o requerimento de governos estrangeiros. Esta é uma flagrante violação da Primeira Declaração da Constituição dos EUA. Até onde a Constituição é válida, ela garante ao Indymedia os mesmos direitos que os outros meios de comunicação. O Governo não pode derrubar o New York Time, e, portanto, não pode derrubar o Indymedia.

Esta apreensão traz graves implicações para a liberdade de expressão e a privacidade. A Constituição não permite que Governos ajam unilateralmente para prejudicar a liberdade de expressão de qualquer veículo de comunicação independente, principalmente quando não há razões plausíveis ou informações claras para que o Indymedia possa contestar tal ação.

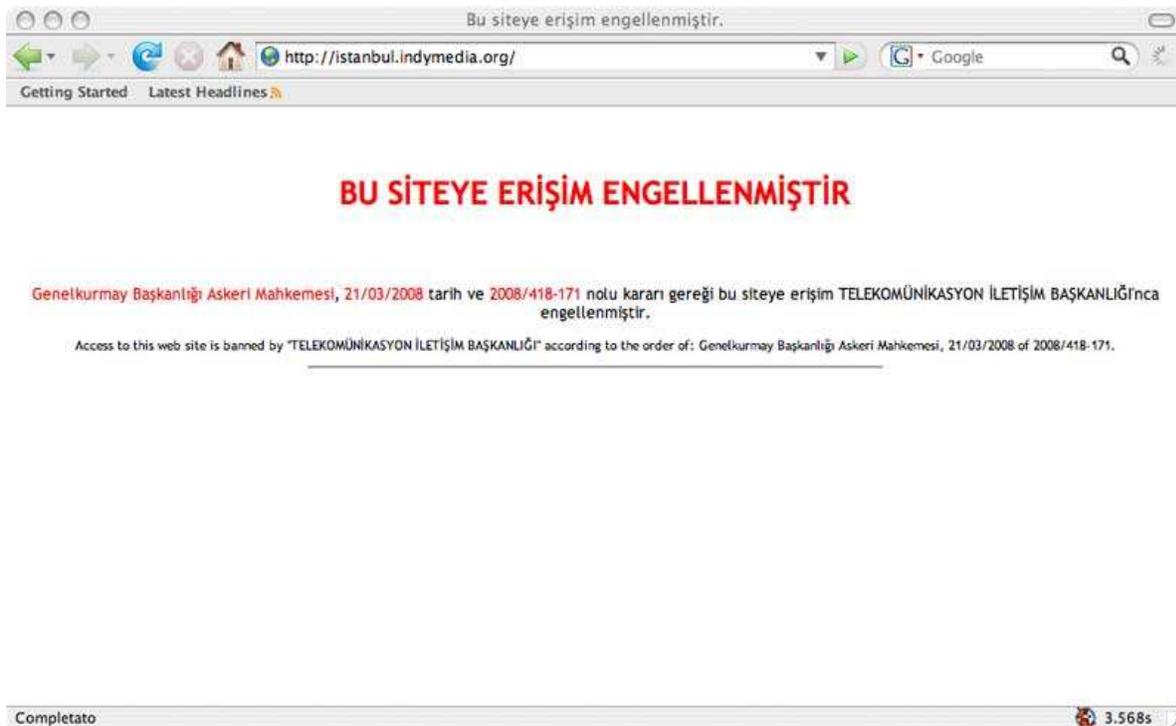
Quando uma ordem secreta resulta no *silenciamento* inconstitucional, o público tem o direito de saber o que aconteceu. A liberdade de imprensa é garantida na Primeira Declaração, e nosso Governo ser claro que teve interesses próprios em executar uma ordem extrema de intrusão dos direitos de publicação pública.

Silenciar o Indymedia através de uma ordem secreta não é diferente que censurar qualquer outro *website*, seja o USA Today ou um jornal local. Se ao Governo é permitido ignorar a constituição, todos os veículos de comunicação deveriam se preocupar: ‘Quem será o próximo a ser silenciado?’”⁸³

Outro exemplo significativo de violação das liberdades de expressão que atingiu a rede Indymedia foi o caso do bloqueio, por ordem do governo Turco, do CMI Istanbul. No dia 21 de março de 2008, uma ordem judicial da corte militar turca encaminhou um pedido de bloqueio do acesso ao site do Indymedia Istanbul para o provedor de serviço à Internet, Turkish Telecom. Os motivos da ordem de bloqueio do site do CMI Istanbul não foram declarados e foi aberto um processo de investigação contra os responsáveis pelo site. Entretanto, os voluntários da Turquia declararam os objetivos da rede Indymedia e apontaram como pressuposto do bloqueio ao site a supressão da liberdade de expressão: “o fato já se configura como mais uma tentativa de silenciar

⁸³ Free Speech: Indymedia Server Takedown. **Electronic Frontier Foundation**, 02 de agosto de 2005. Disponível em <<http://www.eff.org/cases/indymedia-server-takedown>>.

peças que estão no contra-fluxo da mídia corporativa e comprometidas em construir uma rede de informação independente dos interesses de governos e poderosos do mundo”⁸⁴. Através do bloqueio do DNS local, ao invés de acessar a página do CMI Istanbul (<http://istanbul.indymedia.org/>), o internauta era direcionado para outra página, com a seguinte mensagem: “*The access to the site has been banned by ‘Telecommunication Communication Presidency’ due to court decree of General Staff Presidency Military Court, dated 21/03/2008 with no: 2008/418-171*” (figura abaixo)



Cinco dias depois do bloqueio, os voluntários da rede CMI Istanbul elaboraram um documento para convocar o apoio da rede Indymedia global em torno da censura e repressão ao

⁸⁴ Access to Indymedia Istanbul is banned! **Indymedia Documentation Project**, 26 de março de 2008. Disponível em <https://docs.indymedia.org/Global/IstanbulBlock20080326EN>. Poucas informações foram divulgadas sobre o processo do bloqueio ao site do CMI Istanbul, principalmente por causa da perseguição política que os voluntários da rede poderiam sofrer. O que foi divulgado foi o bloqueio do DNS propriamente e a organização da rede para solucionar a censura imposta pelo governo turco.

site turco. Neste documento, datado de 23 de março de 2008, destaca-se a declaração política do grupo e a estratégia elaborada para contornar o bloqueio do site:

A mídia corporativa e dominante distorce a realidade para dar informações e dados falsos ou incorretos, de acordo com interesses mantenedores do *status quo*, aos quais os soberanos do mundo e os governos de muitos países aderem.

Essa iniciativa tem o objetivo de organizar sua própria rede de informação, independente dos meios de comunicação dominantes na Turquia e no mundo, e fazer sua voz ouvida pelas massas no país e fora dele, mesmo que a internet ainda seja uma ferramenta de mídia pouco acessível para muitas pessoas.

O objetivo do sítio, e continuamos trabalhando para isso, vai contra os efeitos destrutivos da distorção da mídia, e transmissão de informação de acordo com a fórmula do o que, porque, como, onde, quando e quem.

O Indymedia Istanbul será uma ferramenta para pessoas que não podem proferir suas vozes pelos meios dominantes de comunicação.

Tem-se tentado silenciar e censurar o Indymedia, mas são apenas tentativas. Os procuradores da república turca ainda não sabem que a censura na internet é tecnicamente impossível. O Indymedia continua a transmitir suas notícias. Você pode acessar o sítio de várias formas. Algumas delas:

1. pelo endereço <http://istanbul.bbm.indymedia.org>
2. pela página <http://anonymouse.org/anonwww.html>
3. ou mudando o DNS da sua conexão a internet.

Estamos fazendo o máximo para liberar o acesso pelo endereço normal <http://istanbul.indymedia.org>, por onde continuamos transmitindo informações. Estamos tentando ultrapassar o bloqueio divulgando outras formas de acesso ao sítio para as pessoas que estão tentando acessar a página do Indymedia Istanbul na Turquia através conexão da Turkish Telecommunications (Turk Telekom).

Em solidariedade,
Voluntários e voluntárias do Indymedia Istanbul⁸⁵

⁸⁵ Acesso ao Indymedia Turquia foi bloqueado. **Centro de Mídia Independente**, 27 de março de 2008. Disponível em <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2008/03/415662.shtml>>.

Valer ressaltar conceitualmente que os movimentos sociais, na sua definição mais geral de atores que desafiam instituições e atores estabelecidos na política, com o objetivo de reconfigurar as relações de poder, têm como interlocutor ou adversário privilegiado o Estado e suas instituições, e a sua ampla gama de repertórios de ação, são formas não convencionais de fazer política que impactam a autoridade dos Estados e ameaça o que se considera a “ordem pública” (DELLA PORTA, FILLEULE, 2006, p. 217), que, por vezes, são vistas pelo Estado como ações ilegais ou violentas. Se até as formas legais criam situações e oportunidades de ruptura da ordem estabelecida exigindo o *policimento dos protestos*⁸⁶, as consideradas ilegais exigem dos Estados uma ação com maior poder de repressão.

Donatella Della Porta e Oliver Fillieule (2006) dividem a relação entre polícia e movimentos sociais em dois estilos: uma mais oportunista, tolerante, *soft*, seletiva e flexível; e outra mais legalista, repressiva, *hard*, difusa e dissuasiva (idem, 2004, p. 218). O estilo “*soft*” de ação da polícia em relação ao policiamento e ao controle das ações dos movimentos sociais implica a tolerância, a cooperação e a comunicação entre os ativistas dos movimentos sociais e a polícia, mantendo a maior margem de negociação e barganha possíveis entre ambos, que, conseqüentemente, resulta em ações menos repressivas, com menor uso da violência, de artifícios ilegais de detenção dos ativistas, e maior flexibilidade na implementação da lei. Já o estilo “*hard*” faz a aplicação mais rígida da lei, o uso massivo da violência e de artifícios ilegais (agentes provocadores e infiltrados nos movimentos, desrespeito e violação dos direitos básicos dos ativistas) como objetivo de controlar, deter os ativistas e movimentos através do constrangimento, intimidação e, até mesmo, a completa extinção de *nós centrais ou intermediários da rede*⁸⁷ de uma organização de movimento social (idem, 2006, p. 220).

⁸⁶ O termo policiamento de protesto é a tradução livre do **conceito** de Della Porta de *policing of protest*, ou a ação da polícia frente a situações de controle de manifestações de protesto, o que, para os movimentos sociais, significa repressão, para o Estado significa manutenção da “lei e da ordem” (idem, 2004, p. 217).

⁸⁷ A ideia da *extinção de nós da rede* permeia os princípios do uso das análises de redes sociais no mapeamento de redes terroristas, de grupos ativistas nacionalistas e étnicos e movimentos sociais radicais. Ver: CARLEY (2001).

4.4.1. CMI Brasil: questões legais e de controle da Internet

O CMI Brasil, como os exemplos, citados acima, de controle e repressão dos coletivos da rede Indymedia, também enfrenta problemas pelos princípios de abertura, privacidade e anonimato na publicação aberta no site.

Um caso reportado pelo CMI Brasil que, do ponto de vista ativista, representa uma perseguição que visa “cercear a liberdade de expressão e a utilização de pesos e medidas distintos para tratar os problemas relativos à liberdade de imprensa” é o processo aberto pelo Superior Tribunal de Justiça do Brasil contra o CMI Brasil, por hospedar e manter em sua página a publicação de uma fotomontagem satírica do Papa Bento XVI, então cardeal Ratzinger, em 2005. A fotomontagem retratava Ratzinger vestido com o uniforme nazista, seguida da frase: “Papa nazista – felicidade a todos os fieis. Depois do anticomunista revolucionário vem o nazista ultra-reacionário”⁸⁸. A publicação foi feita de modo anônimo na página de publicação aberta do CMI Brasil, e o Vaticano através de uma carta rogatória pediu o “sequestro da página e a quebra de sigilo do responsável pelo site.”⁸⁹. Contrapondo o processo aberto pela Justiça brasileira contra o CMI pela publicação da sátira contra Bento XVI e os cartuns satirizando Maomé nos jornais europeus, em 2006, que gerou uma onda de protestos nos países e comunidades islâmicas em todo o mundo, um voluntário declara: “por ocasião das manifestações contra os cartuns a opinião pública das democracias liberais condenaram o que eles consideram fanatismo e repressão da liberdade de expressão. Mas quando a sátira se dirige a uma orientação política de uma religião hegemônica, o Vaticano e as instituições de justiça fazem de tudo para inaugurar uma perseguição política”.

Outro problema enfrentado pelo CMI Brasil, pelo princípio de manter a publicação aberta e o anonimato na rede, são os casos que se definem como ataques ao projeto, caracterizado pela

⁸⁸ A página que continha a foto do Papa foi retirada da Internet pelo próprio CMI Brasil como acordo no processo aberto pela Justiça brasileira. No entanto, encontra-se a duplicação da foto em outros sites do Indymedia, como no próprio CMI Itália. Ver em <http://italy.indymedia.org/news/2005/04/777206.php>.

⁸⁹ Vaticano ameaça processo contra CMI. **Centro de Mídia Independente**, 04 de abril de 2005. Disponível em <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2007/04/378068.shtml>.

publicação de materiais de cunho racista, xenófobos e homofóbicos. Segundo os voluntários, grupos nazistas e de direita utilizam a publicação aberta para disseminar discursos de ódio contra negros, gays e grupos socialmente inferiorizados na sociedade, buscando, por um lado, divulgar suas propagandas de políticas racistas e, por outro, criminalizar o CMI, pois esse tipo de discurso é crime previsto por lei, e à medida que esses conteúdos ficam abertos, o CMI pode responder criminalmente. Em 2007, o CMI foi requisitado pela Procuradoria da República, responsável pela área dos direitos humanos, a entregar os registros de IP dos usuários que utilizavam o site para a publicação de artigos racista, como forma de colaborar com a polícia no rastreamento dos criminosos. No entanto, como apontado acima, desde a requisição dos IP's, no caso que envolveu ativistas contra a Cúpula das Américas, em 2001, todos os sites da rede não registram os endereços de IP de quem publica ou acessa a rede. A defesa do CMI para a publicação anônima é explícita quando se trata de perseguições políticas, e o projeto tem na sua Política Editorial que o site não corrobora com publicações que “sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios”⁹⁰ e que a medida que essas publicações vão para o site, os voluntários retiram da publicação aberta para o que eles chamam de *lixo fechado*⁹¹. Apesar da insistência da polícia e das instituições de justiça requerer os registros dos usuários do CMI, essa requisição se torna política e tecnicamente inviável, por ser consenso na rede Indymedia o anonimato e os servidores serem programados para o não registro. Um voluntário do CMI esclareceu os pontos com os quais eles têm tratado os casos de inquérito policial e de processos judiciais para a delação dos conteúdos previstos por lei:

Nosso ponto forte tem sido deixar clara a nossa Política Editorial, que não aceitamos essas publicações e que temos uma rede diversa de voluntários, do nordeste, de negros e gays. Explicamos nossos princípios e como funciona a publicação aberta e a sua proposta política para os movimentos sociais, que nada tem a ver com os dos

⁹⁰ **Política Editorial.** <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>.

⁹¹ O lixo fechado é um arquivo não acessível para o público onde são arquivados os artigos e materiais que desrespeitam a política editorial do CMI e que contenham conteúdo de ódio.

grupos de direita e fascista. Que a nossa rede é formada por voluntários, que no tempo livre, ou que estiverem online no momento, retiram os artigos que vão contra a política editorial e as leis de racismo, homofobia, e que quando localizadas são colocadas no lixo fechado. E o registro de IP é de ordem técnica da rede, dos servidores programados pelos voluntários técnicos segundo políticas tiradas anteriormente por questões de repressão e perseguição política em outros países, que não tem necessariamente a ver com o Brasil, mas que são políticas da rede internacional Indymedia, da qual o CMI Brasil faz parte.⁹²

O anonimato é vetado na Constituição brasileira, segundo o artigo 5º, inciso IV: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”, diferentemente dos EUA, onde o anonimato é permitido e assegurado juntamente com a liberdade de expressão. Todavia, o CMI Brasil tem seguido as orientações da rede internacional, que tem o apoio de grupos internacionais pela defesa da liberdade de expressão e anonimato na Internet, como a EFF, e conta com a interpretação judicial dos casos em que houve repressão em outros países.

Não obstante, o CMI Brasil não enfrenta problemas apenas com relação a grupos sociais organizados que utilizam o seu site para a publicação de discursos de ódio, pornografia e conteúdos impróprios que fogem à política editorial, mas também existem casos de denúncias e acusações individuais que se valem do anonimato do site, que não havendo qualquer prova ou intenção de contribuir com os objetivos do CMI, podem ser reclamados como calúnias pelas pessoas.

Recebemos diversos pedidos de exclusão de artigos que recaem como calúnia porque uma pessoa publica fatos e acusações sobre outras pessoas, empresas que não qualquer prova ou relevância com o projeto do CMI, mas que se utilizam da nossa política de anonimato para fazer esse tipo de coisa, colocando em risco o próprio projeto, que muitas vezes é ameaçado por processos judiciais. Somos acusados de estar favorecendo esses tipos de crime porque mantemos e lutamos pelo anonimato

⁹²Entrevista com voluntário.

na Internet e na nossa página, mas o problema, no meu entender, não é com relação ao anonimato em si, mas ao anonimato de uma acusação. Escrever um artigo de opinião argumentativo, ou uma denúncia de violência policial anônimo é uma coisa que acredito que devemos manter, outra coisa, diferente, é um artigo anônimo acusatório: dizer que fulano roubou, é ladrão, estuprou, sei lá. Isso não me parece correto, é covarde e difamatório, não apenas no sentido jurídico, mas principalmente no sentido moral. Não podemos permitir que alguém publique uma matéria que depois vira um dos primeiros itens na busca do Google e que diz, sem fundamento e sem assinatura, que fulano é ladrão, esturador, nazista o que for. Mas quando uma acusação é assinada e tem endereço de email ou qualquer outro contato é diferente. Vou dar um exemplo que aconteceu há dois anos: uma pessoa participou de uma manifestação e disse que um sargento abusou da autoridade e espancou pessoas, não assinou, mas publicou fotos e várias pessoas testemunharam, mas mesmo assim rolou um processo contra o CMI. Consideramos, nesse caso, que a acusação equivaleu a um depoimento. Em um veículo de comunicação tradicional, este depoimento entraria numa matéria de maneira editada, entre aspas: segundo fulano “tal coisa aconteceu assim e assado”. No CMI, ao invés de editarmos essa fala, oferecemos a possibilidade de fazê-la diretamente, sem edição. Mas o princípio é o mesmo: é o registro de uma denúncia, um depoimento. Claro que temos o desafio: como saber que uma matéria efetivamente escrita por quem diz que escreveu? O que impede uma pessoa qualquer de assinar o artigo como João Pedro Stédile?! Não temos uma resposta pronta pra isso, e tudo passa pela discussão entre os voluntários nas listas que buscam apurar as informações a respeito da denuncia e caso não encontre qualquer indício de que seja realmente verdadeiro, ou que se trate de calúnia, nos escondemos nos arquivos fechados.⁹³

Frente aos desafios jurídicos para os crimes contra calúnia e difamação, além dos ataques de grupos radicais que publicam discursos discriminatórios e conteúdos de pornografia, os voluntários *techs* estão elaborando novos recursos para melhorar a participação e o monitoramento de artigos criminosos e que fogem à política do CMI.

Além dos procedimentos que já aplicamos para manter a página limpa dos ataques e das publicações que consideramos criminosas e que foge da nossa proposta política,

⁹³ Entrevista com voluntário.

como endereço para contato com o CMI, que os voluntários da rede têm acesso 24 horas e estão sempre fazendo a retirada desses materiais, estamos elaborando novas aplicações e ferramentas para que qualquer usuário da página possa participar do controle e da limpeza do site, como um botão “denuncie essa matéria” se ela estiver fora da nossa política editorial, ou que os leitores achem que não deva ficar publicada no site. Assim, o que buscamos sempre é a maior participação de pessoas no projeto, tanto na produção de notícias e artigos, quanto nas decisões do que é ou não pertinente estar publicado no CMI. A nossa política é de transparência e de promover a liberdade e participação das pessoas, seja participando ativamente em coletivos ou individualmente como leitor ou colaborador do site. Assim, buscamos evitar decisões arbitrárias de poder sobre os processos da livre comunicação, como já aconteceu de algum voluntário retirar um artigo achando que fosse inapropriado, mas que depois de várias discussões e argumentos o artigo voltar para a página porque as pessoas achavam que não o artigo era fundamentado ou que não fugia aos princípios políticos do CMI, mesmo que o que foi publicado fosse altamente questionável e contrário às posições políticas de alguns voluntários da rede.⁹⁴

Os depoimentos acima demonstram o caráter ideológico e político do CMI da liberdade e participação direta, fundamentados desde a Declaração de Liberdade do Ciberespaço, de Barlow, na qual as decisões e organização se dariam pelos usuários do ciberespaço, e não das decisões ou imposições jurídicas dos Estados. No caso do Brasil, essa imposição jurídica sobre o ciberespaço tem sido debatida amplamente por uma ampla gama de movimentos e ativistas que lutam em defesa da potência libertadora advinda com a Internet, contra a proposta de lei conhecida como Lei Azeredo.

A Lei Azeredo (PLC 89/03 – Tipificação de Crimes Informáticos), em tramitação no Congresso Nacional brasileiro, é um projeto que visa alterar, a partir do código penal, crimes cometidos pela Internet, como a pedofilia, a fraude eletrônica, o acesso indevido a computadores, as trocas de arquivos e conteúdo protegidos por direitos autorais. A crítica que se faz ao projeto, além da criminalização e o excesso penal para as práticas consideradas criminosas sob a proposta de lei – penas de reclusão de 1 a 3 anos –, é que a Lei Azeredo propõe o monitoramento intensivo

⁹⁴ Entrevista com voluntário.

dos usuários da Internet no Brasil, obrigando o cadastro civil dos internautas e o controle de sua navegação. Segundo o projeto de lei, os usuários brasileiros deveriam ter uma identificação para acessar a rede mundial de computadores, e os provedores de acesso à Internet deveriam registrar toda a navegação dos usuários e guardar durante 3 anos para fins de investigação pública, além de obrigar os provedores a denunciar “de maneira sigilosa” os usuários que estejam praticando crimes na Internet (artigo 22).

Diante da iminente aprovação no Congresso, iniciou-se uma ação coletiva entre diversos setores da sociedade para debater e esclarecer os objetivos da Lei Azeredo. Como estratégia de enquadramento e ação de campanha contrária à proposta de lei, ela foi chamada de AI-5 Digital, em referência ao Ato Institucional 5, que cerceou a liberdade de expressão durante a ditadura militar no Brasil. Um abaixo-assinado foi criado e circulou pela Internet obtendo mais de 150 mil assinaturas⁹⁵. Além disso, foram organizadas campanhas de ruas e de *blogagem* coletiva⁹⁶ com diversos grupos ativistas manifestando suas considerações sobre o Projeto Azeredo.

Para o CMI Brasil, como organização ativista pela liberdade de expressão, a Lei Azeredo e a sua proposta representa um desafio a sua política de privacidade e anonimato, principalmente no que diz respeito à obrigatoriedade da guarda e registros de IP, já que o CMI Brasil tem resistido e mantido a sua política de anonimato como política de transgressão e desobediência civil das regras do mundo real para a garantia da liberdade no ciberespaço.

⁹⁵ **Pelo veto ao projeto de cibercrimes - Em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento na Internet Brasileira.** Petição online. Disponível em <http://www.petitiononline.com/veto2008/petition.html>.

⁹⁶ O termo *blogagem* se refere ao uso dos blogs, páginas de conteúdos pessoais na Internet. A estratégia da *blogagem coletiva* seria o ato das pessoas escreverem opiniões e reflexões contrárias ao Projeto Azeredo em seus blogs e fazer citações entre um e outro, reforçando uma possível opinião pública na Internet contra a aprovação da lei.

4.4.2. *Riseup*: direito ao anonimato e à privacidade

A rede Indymedia é um exemplo de grupo e prática de *hacker ativismo*: a promoção do desenvolvimento e uso das tecnologias de informação e comunicação disponíveis, tendo o ciberespaço como canal privilegiado, com o objetivo de sustentar grupos e ações de ativismo político. Porém, como vimos nessa sessão, a utopia libertária dos ciberpunks sofre o revés realista da reordenação global de regulação da rede mundial de computadores, sob o enquadramento das guerras de informação e em rede dos terroristas, dos comportamentos desviantes de pedófilos ou dos que ainda compartilham todos os tipos de documentos digitalizados sob proteção dos direitos de propriedade intelectual na rede. Seja qual for o motivo apresentado para as pretensões de regulação ou repressão policial dos usuários da rede mundial de computadores, é sempre necessário dar maior destaque aos seus princípios de liberdade e autonomia, com as quais tem sido desenvolvida nos últimos 40 anos.

Vale ressaltar novamente que um dos fenômenos da rede mundial de computadores é a emergência da cultura hacker, voltada para a cooperação e o desenvolvimento de programas e aplicativos sociais, que podem ou não se tornar produtos comercializáveis, senão somente produtos de domínio público *comum*, abertos e livres para a sua replicação, modificação ou adaptação, como nos modelos do *commons* (BENKLER, 2007) e do movimento do software livre.

Qualquer tipo de tentativa de legislação, regulação e controle da rede mundial de computadores, como qualquer manifestação empírica de repressão e censura contra movimentos, grupos ou ativistas na rede, terá a resposta e a solução imediata para superar qualquer limite imposto às suas ações, como ficou claro no caso de colaboração da rede Indymedia para superar a censura contra o CMI Turquia.

Contudo, as censuras e repressões são as maneiras mais *duras* de ação da polícia contra os ativistas, sendo que as novas formas de vigilância, monitoramento e controle no ciberespaço são mais *leves* e por vezes estão associadas às legislações que garantem a sua prática em nome da

ordem e segurança nacional. A privacidade e o anonimato são, portanto, questões que preocupam e estimulam os grupos ativistas a elaborarem seus repertórios e ferramentas que os preservam contra as investidas dos seus opositores.

O projeto Riseup⁹⁷, provedor de serviços de *e-mails* e administração de listas de discussão e trabalho para grupos ativistas, é o mais conhecido e usado projeto *hacker* ativista pelos voluntários da rede Indymedia, assim como outros movimentos, grupos e indivíduos que estão preocupados com as questões de vigilância e controle no ciberespaço⁹⁸. O projeto surgiu no mesmo contexto das Batalhas de Seattle e conta com uma estrutura de participação distribuída de hackers por todo o mundo. O Riseup tem como princípio máximo “criar alternativas e práticas de autodeterminação através do controle e segurança dos *nossos* próprios meios de comunicação”. Sua proposta política⁹⁹ é clara quanto aos princípios de ajuda aos movimentos e indivíduos envolvidos em ativismos e à questão da segurança:

O Coletivo Riseup é um corpo autônomo com base em Seattle e membros/as ao redor do mundo. Nossa finalidade é ajudar na criação de uma sociedade livre, um mundo livre de miséria e com liberdade de expressão, um mundo sem opressões ou hierarquias, onde o poder é compartilhado igualmente. Fazemos isso ao prover recursos de comunicação e tecnologia à aliados engajados em lutas contra o capitalismo e outras formas de opressão.

- Nós valorizamos, damos suporte e nos engajamos em batalha para a libertação humana, o tratamento ético de animais e sustentabilidade ecológica. Nos juntamos à luta por liberdade e autodeterminação de todos os grupos oprimidos. Nos opomos a todas as formas de preconceito, autoritarismo e liderança.
- Nos organizamos na base de autonomia, ajuda mútua, compartilhamento de recursos, conhecimento participativo, amparo social, trabalhos anti opressores, criação de comunidades e comunicação segura.

⁹⁷ Riseup. <www.riseup.net>.

⁹⁸ Como exemplo, podemos citar o Grupo de Política Pública em Propriedade e Acesso Intelectual (GPOPPI), grupos de pesquisa em questões amplas da Internet, como compartilhamento, acesso, propriedade intelectual e segurança na Internet, que tem a sua lista de discussão no Riseup <gpopai@lista.riseup.net>.

⁹⁹ Finalidade. **Sobre nós**. Disponível em <<http://help.riseup.net/about-us/political-principles>>.

- Trabalhamos, aqui e agora, para criar a revolução e uma sociedade livre construindo uma infra-estrutura de comunicação alternativa para opor e substituir o sistema dominante.
- Promovemos o domínio público e o controle democrático sobre a informação, idéias, tecnologia e os meios de comunicação.
- Damos poder à organizações e indivíduos para que usem a tecnologia em lutar por libertação. Trabalhamos para dar suporte uns aos outros na superação da opressão sistemática embutida no uso e desenvolvimento da tecnologia.

O Riseup, assim como o modelo organizacional e colaborativo do Indymedia, fundamenta-se no *commons*, na produção colaborativa e coletiva de tecnologias e espaços para o uso comum e compartilhado, entre movimentos e indivíduos que tenham afinidades com os princípios do projeto. O depoimento de uma voluntária do CMI sobre a questão da segurança na comunicação reforça o espírito de colaboração e preocupação em construir uma ferramenta para a segurança na comunicação da rede Indymedia e de outros grupos:

Como trabalhamos com política e o mundo não é controlado por nós, não é raro termos casos de perseguição a supostos membros deste ou daquele grupo, e isso inclui o Indymedia, por isso tentamos cuidar ao máximo de nossa segurança e da segurança dos grupos que estão envolvidos direta ou indiretamente com a rede Indymedia, dessa forma possuímos nossos próprios servidores de listas, servidores de hospedagem, e do que mais for necessário, de forma a termos o total controle sobre nossas ferramentas, isso não só garante nossa autonomia, como também parte da nossa segurança.¹⁰⁰

Em novembro de 2009, mês em que se comemoraram os 10 anos das Batalhas de Seattle, o Riseup lançou a seguinte declaração: “Você confia no seu email ou lista do Riseup para se comunicar de forma segura e acredita que uma sociedade livre precisa de estruturas autônomas de comunicação? Nós acreditamos e temos criado emails, listas e software livre nos últimos 10 anos

¹⁰⁰ Entrevista com voluntário.

para ser um dos vários coletivos servindo a essa necessidade. Nós trabalhamos duro e nos preocupamos profundamente com a saúde dos movimentos nos quais participamos e estamos pedindo apoio mútuo”¹⁰¹.

Segundo o relatório “Auto-Defesa e Vigilância Internacional”¹⁰², publicado pela EFF, a censura e a vigilância na Internet estão intimamente conectadas, sendo difícil censurar a comunicação sem ao mesmo tempo ter acesso à vigilância e controle dos conteúdos comunicados na rede (p.03). Em vista disso, a EFF aponta o Riseup como um serviço seguro contra os ataques de censores e investidas à privacidade e o direito à liberdade de expressão na Internet. Para que haja um mínimo de risco à violação da privacidade e de vigilância por parte de autoridades do Estado, em situações de perseguição a grupos políticos, a EFF aconselha que os usuários e ativistas escolham *provedores de serviços na Internet* (PSI)¹⁰³ que:

1. Desenvolvam procedimentos para lidar com requerimentos legais de pedidos entrega de informações dos usuários;
2. Trabalhem com engenheiros técnicos e advogados que se preocupam com as questões da privacidade e dêem apoio legal aos PSI;
3. Coletem o mínimo de informações necessárias para o PSI prover o serviço requisitado pelo usuário;
4. Retenham informações por um período mínimo de tempo necessário para as operações;
5. Apresentam uma política clara de proteção e retenção dos dados;
6. Permita uma conexão segura, criptografada;

¹⁰¹ Boletim Riseup, novembro de 2009. Arquivo de e-mail disponível em <mabatalha@riseup.net>.

¹⁰² Surveillance Self-Defense International: 6 ideas for those needing defensive technology to protect free speech from authoritarian regimes and 4 ways the rest of us can help. **Electronic Frontier Foundation**, julho de 2009. Disponível em: <www.eff.org>.

¹⁰³ Best Practices for Online Service Providers. **Electronic Frontier Foundation**, Junho de 2008. Disponível em: <www.eff.org>.

7. Entenda os riscos e ameaças à segurança da comunicação dos seus usuários e, portanto, se prestem a mitigar esses riscos através de um sistema de comunicação segura;
8. Solidarize com outros projetos de PSI que praticam e estão atentos às questões de segurança e privacidade na Internet.

Na sua política de privacidade¹⁰⁴, o Riseup deixa claro que: “[a] sua privacidade é a nossa principal preocupação. Nosso objetivo é manter o mínimo de informações suas no servidor, tentando garantir ao mesmo tempo em que possamos manter serviços confiáveis e prevenir abusos dos recursos do servidor”. E aconselha aos seus usuários a apagar seus dados pessoais e comunicações que possam representar algum risco aos usuários: “Riseup.net não quer manter as suas informações guardadas. Se nós não as tivermos, não poderemos ser forçados a prover essa informação para outras pessoas. Nós preferimos que apague as suas informações. Mas a escolha é sua.”

O serviço Riseup se opõe abertamente aos serviços comerciais mais populares de e-mail, como o Hotmail, o Yahoo e o Gmail, que na balança da disputa sobre a política de privacidade e segurança na Internet, estão em negociação direta com os Estados e abertos a colaboração com as investigações policiais no rastreamento e identificação dos ativistas políticos¹⁰⁵. Em fevereiro de 2010, o jornal *Washington Post* revelou que o Google celebrou uma parceria de compartilhamento de informações com o *National Security Agency* (NSA), a agência de segurança dos Estados Unidos, visando combater ciber-ataques¹⁰⁶. *Pari passu* a NSA elabora um programa que se propõe a criar

¹⁰⁴ Política de Privacidade da Rede Riseup. **Política de Uso**. Disponível em: <<http://help.riseup.net/policy/privacy>>.

¹⁰⁵ Durante as ondas de protestos no Irã, em maio de 2009, o governo requisitou aos servidores Yahoo! e Gmail que entregassem os registros dos dados de ativistas que usaram seus serviços para promover campanhas opositoras ao governo iraniano. Este é apenas um dos casos mais recentes e de conhecimento do público, como as questões que envolvem os provedores comerciais de serviços de busca e a colaboração com a censura de governos, como o da China.

¹⁰⁶ Google to enlist NSA to help it ward off cyber attacks. **Washington Post**, 03 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/02/03AR2010020304057.html>>.

um banco de DNA Digital, para a catalogação e identificação dos usuários da rede, para o combate aos *hackers*¹⁰⁷.

Tendo em vista as experiências e os repertórios de repressão da polícia (ordens judiciais para entrega de dados de IP, *logs* e navegação nos conteúdos) *contra* a rede Indymedia e outros grupos ativistas, e, orientado pelo respeito ao direito à privacidade e à garantia de controle pessoal dos dados dos seus usuários, o Riseup:

- Mantém registros mínimos: a maioria dos PSI mantém registros/logs detalhados de todas as conexões. Em geral, nós não mantemos informações que permitam a identificação individual, que possa ser usada para criar um perfil de uso e associações. Nós não registramos endereços de IP. Para resolução de problemas, às vezes temos que aumentar o nível de registro por curtos períodos de tempo. Esses logs extras são apagados imediatamente após o uso.
- Não compartilha dados com ninguém: nós não compartilhamos nenhuma informação de usuários com outros grupos ou indivíduos. Dentro do Coletivo Riseup, os membros têm acesso apenas às informações que eles precisam para poder fazer o seu trabalho.
- Defende seus dados: nós combatemos com todas as nossas forças qualquer tentativa de forçar a Rede Riseup a divulgar informações de usuários ou registros.
- Não monitora suas comunicações: não lemos, buscamos ou processamos nenhum e-mail enviado ou recebido, excetuando o *scan* a procura de vírus e *spam*, ou quando direcionado para isso para fins de resolução de problemas.
- Os dados são criptografados: o conteúdo de suas comunicações, a data do seu último *login*, seu catálogo de endereços e todos os seus backups são guardados criptografados.

Assim como na publicação aberta, que garante o anonimato através do não registro de IP,

¹⁰⁷ Pentagon Searches for Digital DNA to identify hackers. **Wired**, 26 de janeiro de 2010. Disponível em <<http://www.wired.com/dangerroom/2010/01/pentagon-searches-for-digital-dna-to-identify-hackers>>.

logo após a busca e repressão dos dados dos usuários em 2001, o Riseup é mais um exemplo de repertório de política contra-vigilância das redes ativistas na Internet. Ter uma conta de e-mail no projeto Riseup tornou-se quase que um pré-requisito para a participação na rede Indymedia: para que os voluntários se envolvam efetivamente no trabalho da rede e se enredam em outros coletivos e grupos de trabalho, é necessário o uso de um endereço eletrônico *Riseup* que reforce os laços de confiança e a segurança na comunicação com os outros voluntários e grupos ativistas.

5. CONCLUSÃO

Os governos tem sido ambivalentes com relação à política voltada para a digitalização e democratização do acesso à Internet. Por um lado os governos apresentam os dados de acesso à rede mundial de computadores como um índice de modernidade e uma engrenagem para o alcance de níveis econômicos que altera as vantagens competitivas. A Internet também tem sido apresentada como uma ferramenta revolucionária para a construção do Estado democrático e para a defesa dos direitos humanos¹⁰⁸.

Por outro lado, a Internet é vista pelos Estados como forças potenciais de desordem e instabilidade social, que se usada por grupos políticos adversários podem minar as tradicionais estruturas políticas e legais, facilitar a subversão e criar rupturas jurídicas que colocam em xeque a legitimidade das jurisdições nacionais e internacionais.

As reações também são ambivalentes: os governos ditos *autoritários* geralmente reagem diretamente no controle do acesso e usos da Internet pela sua população, criando bloqueios e paredes isolam seus cidadãos do acesso a certos tipos de informação. Os países ditos liberais e democráticos visam reassumir o controle sobre o fluxo de comunicação da sua população, porém com o receio de serem comparados aos países de *regimes autoritários* fazem passar legislações que legitimam o controle e a persecução dos dados e dos indivíduos os quais correspondem os dados.

Essa ambivalência fica mais evidente nos recentes casos que envolveram o uso do Twitter: o uso político pela sociedade civil iraniana pós eleições, em que o Twitter veio a público como a ferramenta *per excellence* do conceito de web 2.0 – participativa e cidadã – associada aos motivos de revolução e independência frente ao regime *ditatorial*, que tentava a cada minuto criar

¹⁰⁸ Human Rights 2.0: New Tools for Old Traumas - Using 21st Century Technologies for Combat Human Rights Atrocities. **International Relations and Security Network**, 27 de outubro de 2009. Disponível em <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?ots591=4888CAA0-B3DB-1461-98B9-E20E7B9C13D4&lng=en&id=108920>>.

barreiras para que a população do Irã não se manifestasse contrária ao resultado da eleição, e não tornasse público as manifestações de massa que ocorriam diariamente. E mais recentemente, durante o encontro do G20 em Pittsburgh, onde o serviço de *microblog* foi usado pelos ativistas para informar sobre a movimentação da polícia que queria bloquear as ruas para evitar os protestos dos ativistas. Os dois casos atestam o poder das redes sociais para as causas sociais, porém tem mais um fator em comum: o controle e a censura. Logo que as notícias começaram a ser difundidas pela rede social do Twitter, e as informações sobre os protestos de massa em Teerã eram atualizadas pelos grandes jornais internacionais, o governo iraniano bloqueou o acesso ao site e dificultou a conexão à Internet. No caso dos protestos recentes em Pittsburgh, o FBI invadiu a casa e prendeu um ativista por ter usado o Twitter para a orquestração das ações de protesto nas ruas de Pittsburgh durante o encontro do G20.¹⁰⁹ Ambos os casos foram retratados como ações de censura e violação dos direitos de liberdade de expressão, porém o caso do Irã ganhou maior repercussão nos noticiários do que *a violação cometida pelo governo estadunidense*.

Em um artigo publicado durante os eventos do Irã, Danny O'Brien, representante do Electronic Frontier Foundation, apontou que os países ocidentais são defensores da liberdade de expressão e advogam pela liberalização dos meios de comunicação digitais, e estão sempre acusando os países orientais, como o Irã e a China de violarem direitos humanos fundamentais através das tentativas de censura e bloqueios das redes de comunicação via Internet. Porém, O'Brien adverte que são os países ocidentais, com a preponderância dos Estados Unidos, que estão em volta para advogar a favor de leis de controle e rastreamento da Internet: “existe uma lição importante do uso e o abuso da tecnologia nestes casos: os legisladores e reguladores dos EUA devem aprender que as regulações norte americanas tem conseqüências internacionais. O maior aprendizado é que aonde quer que exista ferramentas que fermentem a liberdade de expressão, aqueles que precisarem delas irão utilizá-las – talvez dependam delas. Nosso governo deve garantir

¹⁰⁹ **New York man accused of using Twitter to direct protesters during G20 summit.** The Guardian, 04 de outubro de 2009. Disponível em <<http://www.guardian.co.uk/world/2009/oct/04/man-arrested-twitter-g20-us>>.

que estas ferramentas que *nós* criamos não sejam deliberadamente enfraquecidas pelas nossas políticas errôneas”¹¹⁰.

Segundo uma voluntária do CMI, os casos de repressão e censura sobre o uso do Twitter e outros sites de redes sociais, como o Facebook e Orkut, são apenas manifestações no presente de um fenômeno que o Indymedia, e os movimentos sociais que se lançaram radicalmente na exploração do poder das redes na Internet, já vivenciou.

Existe uma propaganda enorme da mídia americana e européia sobre o twitter e o Facebook; não sei exatamente o que está por trás; mas provavelmente há algo. Claro que há! E está na cara que é o controle dos usuários e os seus perfis. É assim que esses serviços ganham dinheiro: acumulam perfis, listas de e-mail e vendem para outras empresas, para fazer propaganda. Ou você acha que a CNN faz propaganda de graça? Muitos jornalistas da CNN têm seus blogs e perfis no Twitter. Outro dia eu vi um show de comédia *quando* isso: tipo os caras mostrando o que a CNN tinha a dizer sobre um fato e o cara ficava lendo comentários no Twitter. Além disso, andam falando por aí que inventaram o jornalismo comunitário com o Twitter aonde qualquer pessoa pode relatar o fato, por causa do que rolou no Irã. O engraçado é que o CMI vem fazendo isso há uma década, e quando *rolavam* as manifestações contra globalização ninguém defendia o jornalismo comunitário que a gente fazia, ignoravam por completo. Mas quando tem manifestação no Irã, e isso é do interesse dos países que controlam o mundo, eles defendem o jornalismo comunitário. Até o departamento de defesa do Estado americano fala pro Twitter não fechar por causa disso e sabatinam o Irã e a China por bloquearem os serviços de Internet nos seus países. Enquanto em relação ao CMI, eles mandam o FBI seqüestrar os nossos servidores¹¹¹.

Se o CMI foi o anjo anunciador de novos tempos na comunicação dos movimentos sociais no início deste século, o resultado da pesquisa junto à rede Indymedia nos revela, através do

¹¹⁰ “there is an important lesson from the use and abuse of technology in these cases: U.S. lawmakers and regulators should learn that America’s own tech regulations can have unforeseen consequences abroad. [...] The larger lesson is that whenever free speech tools exist online, those Who must need them Will come to use them – perhaps even depend on them. Our government must ensure that these tools we build in America are not deliberately weakened by our own misguided policies”. Learning from Tehran and Urumqi. **San Francisco Chronicle**, 22 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?f=/c/a/2009/07/21/ED3E18SLV9.DTL>>.

¹¹¹ Entrevista com voluntário.

realismo político sobre as potencialidades autoritárias que derivam das tecnologias de informação, a ameaça do vigilantismo e controle social na Internet, em especial para os grupos políticos à esquerda, as minorias e pobres. Nesse jogo não há determinismo entre controladores e controlados, ainda mais se tratando das questões tecnológicas e das comunidades e grupos de hackers ativistas, que a cada rodada apresentam novos desafios para as tentativas de vigilância e controle dos Estados nacionais e as grandes corporações capitalistas.

O CMI, na sua defesa e prática de empoderamento através da criação de ferramentas e tecnologias voltadas para a ação coletiva de grupos ativistas, preza acima de tudo pela liberdade e autonomia dos usuários da sua rede. Os discursos e práticas sustentadas pelo Indymedia são, antes de tudo, a anunciação de uma realidade ameaçada pela excessiva tecnicidade e o controle sistemático das pessoas e que exige a educação crítica sobre os hábitos e usos da rede mundial de computadores.

No meio de tanta tecnicidade às vezes nos esquecemos que a maior parte das pessoas que usufruem das novas tecnologias não estão tão atentas ao hábito da *anti* segurança como nós. Como explicar que a segurança oferecida pelo governo, na verdade representa espionagem, censura e repressão? Além de como criar hábito de utilizar ferramentas livres e ter responsabilidade sobre os nossos próprios dados na internet. A liberdade é importante, seja online ou *offline*. Mas ela é como a saúde: você nunca pensa nela até perdê-la.¹¹²

O debate em torno dos rumos da Internet e das políticas públicas para a sua promoção está aberto, e os grupos ativistas imbuídos da cultura hacker tem muito a colaborar e esclarecer os meandros sociais e políticos das tecnologias.

¹¹² Entrevista com voluntário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Sonia. Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação no Brasil (1996-2006). **Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor** (Nupef): Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.nupez.org.br/atividade_relredessociais.htm>.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **Cyberwar Is Coming!** RAND Corporation, 1993.

_____. **In Athena's Camp – Preparing for Conflict in the Information Age.** RAND Corporation, 1997.

_____. **Redes y Guerras em red: El futuro del terrorismo, El crimen organizado y el activismo político.** Madri: Alianza Editorial, 2002.

_____, ZANINI, Michele. Networks, Netwar, and Information-Age Terrorism. In: LESSER, Ion et al. **Countering the New Terrorism.** RAND Project Air Force, 1998.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks – How Social Production Transforms Markets and Freedom.** London: Yale University, 2006.

_____. A economia política do commons. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu et al (org.). **A comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

BEST, Kirsty. The Hacker's Challenge: Active Access to Information, Visceral Democracy and Discursive Practice. **Social Semiotics**, vol. 13, nº 3, 2003, p. 263-282.

BEY, Hakim. **TAZ – Zona Autônoma Temporária.** São Paulo: Conrad, 2001.

BOHANON, John. Counterterrorism's New Tool: 'Metanetwork' Analysis'. **Science Magazine**, vol. 325, nº 5939, 2009, p. 409 – 411.

- BORGATTI, Stephen P.; MOLINA, José Luis. Ethical and strategic Issues in Organizational Social Network Analysis. **The Journal of Applied Behavioral Science**, vol. 39, no. 3, 2003, p. 337-349.
- BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. In: ANTOUN, Henrique (org.). **WEB 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- CARLEY, Kathleen. Destabilizing Networks. **Connections**, vol. 24, nº 3, 2001, p. 79-92.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** (volume I). São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **A Galáxia da Internet – Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2003.
- COLEMAN, Gabriella. The (copylefted) Source Code for the Ethical Production of Information Freedom. **Sarai Reader**, 2003, p. 297-302.
- COLEMAN, Gabriella; GOLUB, Alex. Hacker practice – Moral genres and the cultural articulation of liberalism. **Anthropological Theory**, vol. 8, nº 3, 2008, p. 255-277.
- DELLA PORTA, Donatella, FILLIEULE, Oliver. Policing Social Protest. In: SNOW, David, SOULE, Sarah, KRIESE, Hanspeter. **The Blackwell Companion to Social Movements**. Oxford: Blackwell Publish, 2006.
- DENARDIS, Laura. **Protocol Politics – The Globalization of Internet Governance**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2009.
- DIANI, Mario; McADAM, Douglas. **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- GAMSON, William; MEYER, David. Framing political opportunity. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. **Comparative Perspective on Social Movements – Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings**. New York: Cambridge University Press, 1996.

- _____. Bystanders, Public Opinion, and the Media. In: SNOW, David, SOULE, Sarah, KRISI, Hanspeter. **The Blackwell companion to social movement**. Oxford: Blackwell Publish, 2006.
- GAMSON, William; CROTEAU, David, HOYNES, William, SASSON, Theodore. Media Images and the Social Construction of Reality. **Annual Review of Sociology**, vol. 18, 1992, p. 373-393.
- GERLACH, Luther. La estructura de los movimientos sociales: El activismo ecologista y sus oponentes. In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **Redes y Guerras em Rede: El futuro del terrorismo, el crimen organizado y el activismo político**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.
- GAY, Joshua (Ed.). **Free Software, Free Society: selected essays of Richard Stallman**. Boston: GNU Press, 2002.
- GERLACH, Luther. La estructura de los movimientos sociales: El activismo ecologista y sus oponentes. In: ARQUILLA, John, RONFELDT, David. **Redes y Guerras em Rede: El futuro del terrorismo, el crimen organizado y el activismo político**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.
- GIDDENS, Anthony. O Estado-Nação e a Violência: Segundo Volume De Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico. São Paulo: Editora da EDUSP, 2001.
- GITLIN, Toddy. The **whole world is watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left**. Berkeley: University of California Press, 1980.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, vol. 78, 1973, p. 1360-1380.
- HIMANEN, PEKKA. **A ética dos hackers e o espírito da era da informação: a diferença entre o bom e o mau hacker**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.
- JURIS, Jeffrey. The Digital Media Activist Networking within Anti-Corporate Globalization. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 597, 2005, pp- 189-208.
- KADUSHIN, Charles. Who Benefits from Network Analysis: ethics of network research. **Social Networks**, vol. 27, 2005, p. 139-153.

- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Boardes – Advocacy Networks in International Politics**. London: Cornell University Press, 1998.
- KELTY, Christopher. **Two Bits – The Cultural Significance of Free Software**. Duke University Press, 2008.
- KREBS, Valds. Mapping Networks of Terrorist Cells. **Connections**, vol. 24, nº 3, 2001, p. 43-52.
- LEMOS, André. **Cibercultura – Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LESSIG, Lawrence. **Code and other laws of cyberspace**. New York: Basic Books, 1999.
- LEVY, Pierre. **O que é Virtual**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LYON, David. **El Ojo Electrónico: el auge de la sociedad de la vigilancia**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- _____. Globalizing Surveillance. Comparative and Sociological Perspectives. **International Sociology**, vol. 19, nº 2, 2004, pp. 135-149.
- McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. **Comparative Perspective on Social Movements – Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- McCARTHY, John; SMITH, Jackie; ZALD, Mayer. Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. **Comparative Perspective on Social Movements – Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- MARKOFF, John. **What the Dormouse Said: How the Sixties Counterculture Shaped the Personal Computer Industry**. New York: Penguin, 2005.
- MARX, Gary T. **Undercover: Police Surveillance in America**. Berkeley: University of California Press, 1988.
- MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente – Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- _____. **Por uma sociologia reflexiva – Pesquisa qualitativa e cultura**. São Paulo: Vozes, 2005.
- MILIONI, Dimitra L. Probing the online counterpublic sphere: the case of Indymedia Athens. **Media, Culture & Society**, vol. 31, nº 3, 2009, p. 409-431.
- MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg. **Frontiers in Social Movement Theory**. London: Yale University Press, 1992.
- OLIVER, Pamela; MARWELL, Gerald. Mobilizing Technologies for Collective Action. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg. **Frontiers in Social Movement Theory**. London: Yale University Press, 1992.
- PRUDENCIO, Kelly Cristina. **Mídia Ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2006, p. 193.
- RANCI, Costanzo. Relações difíceis - a interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva – Pesquisa qualitativa e Cultura**. São Paulo: Vozes, 2005, pp. 43-66.
- RESLLER, Steve. Social Network Analysis as an Approach to Combat Terrorism: Past, Present and Future Research. **Homeland Security Affairs**, vol. 2, nº 2, julho de 2006. Disponível em <http://www.hsaj.org/?fullarticle=2.2.8>.
- SASSEN, Saskia. **Globalization and its discontents**. New York: New Press, 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério L. L. **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: Editora da EDUNISC, 2005.
- SILVA, Vagner Gonçalves. **O Antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000
- SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESE, Hanspeter. **The Blackwell Companion to Social Movements**. Oxford: Blackwell Publish, 2006.

- GAY, Joshua (Ed.). **Free Software, Free Society: selected essays of Richard Stallman**. Boston: GNU Press, 2002.
- TARROW, Sidney. **Power on Movement – Social Movements and Contentious Politics**. New York: Cambridge University Press, 1998.
- TAYLOR, P. **Hackers: Crimes in the Digital Sublime**. London: Routledge, 1999.
- TURNER, Fred. **From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- UGARTE, David. **O poder das redes. Manuel ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- ZIMMER, Michael. The tensions of securing cyberspace: the Internet, state Power and the National Strategy to Secure Cyberspace. **First Monday**, vol. 9, nº 3, 2004. Artigo eletrônico. Disponível em <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/1125/1045>.
- WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine. **Social Network Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WATTS, Duncan. The “New” Science of Networks. **Annual Review of Sociology**, vol. 30, 2004, p. 243-270.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WELLMAN, Barry. Computer Networks as Social Networks. **Science**, vol. 293, 2001, p. 2031-2034.
- WILLIAMS, Rhys. The Cultural Contexts of Collective Action: Constraints, Opportunities, and the Symbolic Life of Social Movements. In: SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESE, Hanspeter. **The Blackwell Companion to Social Movements**. Oxford: Blackwell Publish, 2006.
- YAR, Majid. The novelty of 'Cybercrime'. **European Journal of Criminology**, vol. 2, no. 4, 2005.